



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALESSIVÂNIA MOTA

ENTRE O DISCURSO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO E
AS CONDIÇÕES CONCRETAS DA PRÁTICA:
REPERCUSSÕES SUBJETIVAS NA VIVÊNCIA DOS
ASSISTENTES SOCIAIS

Salvador

2011

ALESSIVÂNIA MOTA

**ENTRE O DISCURSO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO E AS
CONDIÇÕES CONCRETAS DA PRÁTICA: REPERCUSSÕES
SUBJETIVAS NA VIVÊNCIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Oliveira Silva

Salvador

2011

Mota, Alessivânia

M917 Entre o discurso do projeto ético político e as condições concretas da prática: repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais/Alessivânia Mota- Salvador - 2011

194 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius de O. Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

1. Assistentes sociais – Ética. 2. Subjetividade – Aspectos sociais.
3. Profissionalismo – Aspectos morais e éticos. 4. Objetividade. I. Silva,
Marcus Vinicius de Oliveira II. Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Psicologia. III. Título.

CDD – 361.322

Aos companheiros assistentes sociais

AGRADECIMENTOS

Construir esta seção de agradecimentos ganhou uma nova dimensão emocional e cognitiva, representada pela possibilidade não só de agradecer, mas também reverenciar a todos aqueles que contribuíram para que eu pudesse alcançar este ponto de chegada, configurada, a partir do movimento dialético da vida, em um novo ponto de partida.

Dessa forma, gostaria de registrar meus agradecimentos:

A Deus, pela existência.

Aos meus pais, pela personificação do amor e cuidado.

Aos meus irmãos, pela irmandade...

A pequena Isadora, por me ensinar diariamente o significado do amor puro.

Ao Professor Marcus Vinicius, minha reverência e eterna gratidão.

Ao meu querido *Aldi*, pelo amor, parceria, aventuras e insanidades.

A minha irmã de alma Tati, pela nobreza de nossa história.

A minha família, por nunca perderem essas manias...

As companheiras Evie, Lilian e Natasha, pelas reflexões e transgressões.

Aos companheiros do CIEG, pela co-responsabilidade em tudo isso e muito mais.

Aos professores do POSPSI, pelos ensinamentos.

A Professora Sônia Gondim, pela sensibilidade e acolhimento, *Namastê!*

Aos colegas do Mestrado e Doutorado, pelos compartilhamentos.

Aos companheiros do LEVI, por tornar essa caminhada mais leve.

Aos companheiros do CAPS Rosa Garcia, pelas tensões, contradições e

Inovações.

A querida Maringá, onde tudo começou.

Aos companheiros que me deixaram neste plano para continuar a história em

outra dimensão, a luta continua!

Mota, Alessivânia. *Entre o discurso do projeto e as condições concretas da prática: repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais*. 230 páginas. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Nos últimos vinte anos, os assistentes sociais têm sido convocados a desenvolver uma prática profissional direcionada à construção de uma *nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero*, visando à *transformação social* através de posicionamentos *radicalmente favoráveis à consolidação da democracia*, conforme preconizado pelo “arsenal” técnico, legal, teórico e metodológico, conhecido como o **Projeto Ético Político do Serviço Social**.

Paralelo ao processo de consolidação deste projeto, acentuadas transformações ocorreram no sistema capitalista, causando intensas e significativas mudanças organizacionais e tecnológicas além de rápidas e profundas transformações no contexto econômico, político, cultural e social dos trabalhadores, impactando significativamente na atuação profissional, baseada nas prerrogativas do projeto, bem como nas configurações subjetivas individuais e sociais destes sujeitos.

Ao nos propormos identificar e analisar as repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais, derivadas dos tensionamentos entre o discurso do projeto ético político e as condições concretas da prática profissional, buscamos compreender estes múltiplos aspectos constitutivos e reconstitutivos da subjetividade, que se manifestam e causam reações distintas, que se configuram e são configurados de forma ainda pouco conhecida e estudada pelo Serviço Social.

Adotamos a Epistemologia Qualitativa, proposta por Fernando Gonzalez Rey. Esta metodologiam se apresentando como um modo diferente de conceber os princípios ontológicos e metodológicos, responsáveis pelo estudo e produção do conhecimento sobre a subjetividade humana,questionando as tradicionais formas de produção do conhecimento na área.

A pesquisa foi realizada com dez assistentes sociais inscritas no Conselho Regional de Serviço Social 5ª. Região – Bahia, selecionadas a partir da relação estabelecida com o projeto ético-político em sua prática profissional,sendo constituídos três grupos de profissionais em exercício da prática.

A principal característica deste estudo foi poder explorar os diversos aspectos presentes na configuração subjetivas destes protagonistas, dando-lhes voz e vez de expressarem seus sentimentos, opiniões, decisões e comportamentos, desvinculando-se das pesquisas descritivas, comumente realizadas no Serviço Social.

O estudo sobre as repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais, mediados pelo discurso do projeto ético político profissional e as condições concretas da prática, mostrou-nos um conjunto de sentidos subjetivos diversos, associada a história dos sujeitos que exercem a profissão de assistente social, a história das mulheres no país e na profissão, a evolução da profissão e as especificidades do contexto institucional onde ocorrem as práticas profissionais.

Esperamos que este estudo desperte o interesse de pesquisadores, profissionais e estudantes de Serviço Social para em suas pesquisas, saírem da superficialidade ou parcialidade na análise de temas relacionados aos sujeitos, sejam eles os usuários de seus serviços, ou os próprios assistentes sociais.

Expressões-chave: Assistentes sociais – Ética. Subjetividade – Aspectos sociais.

Profissionalismo – Aspectos morais e éticos. Objetividade.

Mota, Alessivânia. Between the discourse of design and the actual conditions of practice: impact on the subjective experience of social workers. 230 pages. 2011. Dissertation (MSc) – Psychology Institute, Federal University of Bahia.

SUMMARY

In the last twenty years, social workers have been asked to develop a practice aimed at building a new social order, without exploitation / domination of class, ethnicity, gender, aiming at social transformation through radical positions favorable to the consolidation of democracy, as recommended by the "arsenal" technical, legal, theoretical and methodological, known as Project Political Ethics of Social Work. Parallel to the consolidation process of this project, marked changes occurred in the capitalist system, causing intense and significant organizational and technological changes as well as rapid and profound changes in economic, political, cultural and social workers, significantly impacting on professional practice, based on the prerogatives project, as well as the subjective configurations of individual and social subjects.

By proposing to identify and analyze the impact on the subjective experience of social workers, derived from the tensions between the discourse of political and ethical project, the concrete conditions of professional practice, we seek to understand these different aspects and reconstituting constitutive of subjectivity, which manifest themselves and cause reactions distinct, which are formed and are configured so poorly known and studied by Social Services.

We adopt a qualitative epistemology proposed by Fernando Gonzalez Rey This methodology has served as a different way of conceiving the ontological and methodological study and responsible for the production of knowledge about human subjectivity, questioning the traditional forms of knowledge production in the area .

The survey was conducted with ten social workers registered with the Regional Council of Social Service 5 th. Region - Bahia, selected from the relationship established with the ethical-political project in their professional practice, and formed three groups of practitioners to practice.

The main feature of this study was to explore the various subjective aspects present in the configuration of these actors, giving them a voice and time to express their feelings, opinions, decisions and behavior, deviating from the research is descriptive, commonly performed in Social Work.

The study on the impact on the subjective experience of social workers, mediated by the discourse of professional political and ethical project the actual conditions of practice, showed us a different set of subjective meanings associated with the history of the subjects in the profession of social worker, the history of women in the country and the profession, the evolution of the profession and the specific institutional context where there are professional practices.

We hope this study will interest researchers, practitioners and students of Social Work for in their research, leaving the superficial or bias in the analysis of issues related to the subjects, be they users of their services or their own social workers.

Key expressions: Social workers - Ethics. Subjectivity - Social aspects. Professionalism – Moral and ethical aspects. Objectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
APORTE TEÓRICO	16
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	16
2. PROJETOS PROFISSIONAIS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	33
3.1. PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	36
4. A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS	40
4.1. ANÁLISE DE UMA PRÁTICA CONTRA HEGEMÔNICA- O SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO	45
5. A TEORIA DA SUBJETIVIDADE	51
5.1. A TEORIA DA SUBJETIVIDADE EM GONZALEZ REY	60
5.2. LIMITES E POSSIBILIDADES DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE	65
DELINEAMENTO METODOLÓGICO	68
6. PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA	69
7. SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	70
8. INSTRUMENTOS	74
9. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	76
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA – A SINGULARIDADE DOS ASSISTENTES SOCIAIS	81
REPERCUSSÕES SUBJETIVAS NA VIVÊNCIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS – AS ZONAS DE SENTIDO	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, os assistentes sociais têm sido convocados a desenvolver uma prática profissional direcionada à construção de uma *nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero*, visando à *transformação social* através de posicionamentos *radicalmente favoráveis à consolidação da democracia*, conforme preconizado pelo “arsenal” técnico, legal, teórico e metodológico, conhecido como o **Projeto Ético Político do Serviço Social**.

O projeto tornou-se ao longo deste período, tema recorrente e transversal em parte significativa da produção literária, acadêmica e científica da profissão, além de estabelecer-se como pauta obrigatória nos espaços de debates, intervenções e discussões coletivas¹. Amplamente difundido e reproduzido pelos profissionais de Serviço Social, o projeto representa a “[...]autoimagem da profissão[...]” (Netto, 2001, p.4), elencando valores, objetivos e funções, além de formular os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício profissional. São também prescritas as normas que regem o comportamento destes profissionais e estabelecidas as relações com os usuários, com outras profissões e com as instituições sociais privadas e públicas.

O projeto foi se configurando nos espaços produtores de conhecimentos em Serviço Social (Graduação, Pós-Graduação, Centros de Pesquisa, Grupos de Discussão etc.) nas instâncias político-organizativas da profissão (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, Sindicatos e Associações) e no arcabouço jurídico e

¹ No último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – XIII CBAS - realizado entre trinta e um de julho e cinco de agosto do corrente ano, o projeto ético político representou a maior temática abordada no encontro, alcançando 25% do total dos trabalhos apresentados.

político representado pelo conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos— sejam estes exclusivos da profissão ou proveniente de legislações gerais.

Adota princípios e valores baseados no reconhecimento da liberdade como valor ético central, reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo. Defende o aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática. Prevê ainda a eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo, compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, além de outros princípios e valores elencados em várias publicações e documentos normativos do Serviço Social.

A implementação do projeto ético político iniciou-se a partir de um movimento ocorrido na profissão, em toda América Latina, na década de sessenta, conhecido como Movimento de Reconceitualização. No Brasil, este movimento alcançou projeção no final da década de setenta com o enfraquecimento do regime ditatorial e as novas aspirações democráticas. Em linhas gerais e iniciais, o Movimento de Reconceitualização propôs um redirecionamento das bases teóricas e prática da profissão visando aproximar-se das reais necessidades de cada sociedade, além de demarcar o posicionamento ideológico da profissão direcionado ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Com a crise econômica internacional— iniciada na década de setenta, mas com maior expressão no Brasil a partir dos anos noventa— ocorreu o processo de flexibilização e mudanças econômicas, organizacionais, tecnológica e política caracterizada pela retração produtiva, diminuição dos lucros, flexibilidade das

relações trabalhistas fomento à heterogeneidade, fragilização das organizações sindicais, sucateamento do serviço público etc. Essa nova conjuntura provocou tensões significativas no processo de democratização em desenvolvimento no país, bem como a perspectiva de universalização dos direitos sociais. Alterou as relações estado-sociedade ao voltar-se para economia de mercado e instalação do Estado mínimo, caracterizando-se como um dos grandes desafios à efetivação do projeto, tal como idealizado pelos profissionais.

Segundo Amorin (2008), a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social no ano de 2004, com objetivo de elaborar o perfil dos profissionais em atividade no Brasil, apontou que a relação de emprego para esta categoria tem se tornado cada vez mais instável, com precárias garantias legais, baixos níveis salariais para uma jornada de trabalho relativamente alta, além da instabilidade em relação à permanência no emprego. Observa-se que tanto as condições de trabalho quanto as relações sociais nas quais se inscreve o assistente social, estão mediadas por um conjunto de fatores que tendem a interferir no processo de trabalho, nos resultados individuais e coletivamente projetados, trazendo repercussões para subjetividade destes profissionais. É neste cenário de contradições e tensões que se inserem os desafios postos aos assistentes sociais na atualidade: O confronto com o contexto de um sistema produtivo e social excludente e a demanda para uma atuação profissional que vise à alteração desse *status quo*.

O interesse por este tema surge inicialmente das inquietações vivenciadas durante anos de exercício profissional em diversos seguimentos institucionais (público, privado, economia mista, organizações não governamentais), além de intensa discussão e reflexões mantidas com colegas que compartilhavam destas ideias, emoções e experiências, ressignificando e reinventando formas de conviver, amenizar ou superar estes tensionamentos.

Aderida até período recente, na propagação de uma prática idealizada por um discurso baseado em crenças revolucionárias, transformadoras da realidade social e minimização das iniquidades, deparei-me com um estado de angústia e sofrimento derivadas da impossibilidade de atendimento às reais necessidades da clientela atendida, levando-me ao questionamento e reflexão sobre o projeto em seus reais limites e possibilidades.

Presenciei o desenvolvimento de ações profissionais, muitas vezes superficial e imediata, conforme determinações de um sistema produtivo opressor e perverso que se transmuta dos mais diversos mecanismos para encobrir seus reais interesses. Acompanhei a precarização do trabalho e o temor do desemprego, a defasagem salarial e as dificuldades de aperfeiçoamento profissional. Constatei que uma parcela significativa de assistentes sociais tende a manter o projeto ético político no campo da idealização, do inatingível, como um *devoir* profissional, bem como, a existência de posicionamentos contrários, divergentes e desqualificantes do mesmo. Percebi que determinados profissionais, mesmo apresentando um discurso pautado na busca de minimização das iniquidades sociais, apresentam motivações extremamente ambíguas em suas ações, bem como presenciei profissionais que conseguiram através de uma ação articulada, refletida, planejada e negociada, imprimir mudanças significativas nas relações sociais e econômicas a partir de sua prática profissional.

O encontro entre assistente social, o discurso do projeto ético político e a prática profissional não acontece sem interferências e repercussões subjetivas para o profissional. As próprias características da intervenção profissional (geralmente feita através do contato direto com o usuário em situação de sofrimento) levam o assistente social a lidar com situações cotidianas de dor, desespero, precarização das condições de

vida e outros aspectos da história dos sujeitos que tende a repercutir na subjetividade de ambos.

Ao nos propormos identificar e analisar as repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais, derivadas dos tensionamentos entre o discurso do projeto ético político e as sujeições da prática profissional, buscamos compreender estes múltiplos aspectos constitutivos e reconstitutivos da subjetividade, que se manifestam e causam reações distintas, que se configuram e são configurados de forma ainda pouco conhecida e estudada pelo Serviço Social.

Observou-se, a partir de revisão bibliográfica realizada, uma predominância de estudos no Serviço Social relacionados à identidade profissional, projeto ético político do Serviço Social – limites e possibilidades de efetivação- análises macro societárias, instrumentos e técnicas em Serviço Social, gênero e etnia, dentre outras temáticas. Um pequeno número de produções têm abordado temas relacionados à qualidade de vida, estresse, dilemas e sofrimento psíquico dos profissionais de Serviço Social. A escassez de estudos referentes a esta temática, pode ser atribuída ao direcionamento teórico adotado pela profissão, após consolidação do projeto ético político, onde priorizou-se a intervenção profissional voltada para as classes sociais e não mais para os indivíduos isoladamente, conforme registrado no início da profissão.

Aopropor as expressões das questões sociais² como objeto de sua intervenção profissional, percebe-se um distanciamento da leitura profissional voltada para a

²Para mais informações ver IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983 p. 77

compreensão do sujeito - usuário ou o próprio profissional - em sua singularidade, dando lugar ao sujeito coletivo enquanto membro de uma classe social. Este distanciamento pode ter ocasionado no Serviço Social o que Weber denominou de “Especialistas sem Espírito”³, ou seja, profissionais que não dispõem em sua formação de elementos que o ajudem a compreender as formas pelas quais estas expressões das questões sociais (violência, desemprego, adoecimento, sofrimento psíquico etc.) são vivenciadas e experienciadas por estes usuários e pelos próprios assistentes sociais em suas inter-relações e encontros subjetivos.

Este estudo se propõe, portanto, a compreender as múltiplas formas pelas quais estes sujeitos (assistentes sociais) vêm experienciando, sentindo e expressando estes tensionamentos, contradições e determinações em sua complexidade. Para tanto, adotamos como referencial teórico de nosso estudo a Teoria da Subjetividade.

A subjetividade tem sido um tema amplamente difundido e utilizado na atualidade. Entretanto, como uma categoria em expansão, tem ocorrido - conforme sinaliza Furtado e Rey (2002)- uma pluralidade de conceitos, definições e compreensões que podem apresentar divergências, mas que ainda assim, não minimizam sua importância e força de análise.

Compreender a expressão da vivência destes profissionais em sua singularidade e pluralidade, manifestadas através das formas de pensar, das maneiras de agir e dos modos de sentir, ressignificar, manter ou transformar os aspectos derivados destes tensionamentos e contradições, foram alguns elementos que contribuíram para o delineamento do problema de pesquisa:

³Mais detalhes em Weber, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª. Edição revista. Disponível em www.praxis.ufsc.br:

Como as tensões vivenciadas pelos assistentes sociais provenientes das contradições existentes entre o discurso do projeto ético-político do Serviço Social e as condições concretas da prática profissional repercutem subjetivamente nestes sujeitos?

O objetivo consiste em *analisar as repercussões subjetivas provenientes da vivência dos assistentes sociais a partir das contradições existentes entre o discurso hegemônico do projeto ético-político do Serviço Social e as condições concretas da prática profissional.*

Para responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos, o trabalho encontra-se estruturado em duas seções: Na primeira seção apresentamos a gênese do Serviço Social no Brasil, descrevendo sua história e formação como profissão, evoluindo dos ideais caritativos cristãos ao processo de regulação e legitimação profissional. Em seguida realizamos uma análise crítica do Serviço Social a partir das contribuições da Sociologia das Profissões, apresentando críticas ao seu processo de profissionalização, as etapas de institucionalização, o papel e legitimação social, a relação com o Estado e principalmente o processo de conformação da ideologia profissional. Contemplamos ainda a descrição dos projetos profissionais, bem como os avanços e desafios presentes no processo de consolidação do projeto ético político do Serviço Social.

Apresentamos ainda na primeira seção o referencial teórico adotado nesta pesquisa - A Teoria da Subjetividade - desde as origens do termo, a compreensão e evolução histórica da subjetividade privatizada à subjetividade social bem como sua capacidade construtivo-interpretativa de compreensão da realidade. Por último apresentamos alguns limites encontrados no processo de desenvolvimento da teoria.

Na segunda seção apresentamos o delineamento metodológico da pesquisa baseada na epistemologia qualitativa, definimos o problema e os objetivos da pesquisa,

a caracterização dos grupos de participantes, o método de coleta de dados e instrumentos utilizados.

Em seguida, apresentamos o processo de construção das informações, primeiro a partir das análises individuais das conversações mantidas com as assistentes sociais e no segundo momento apresentamos as zonas de sentido, ou seja, a construção de modelos teóricos em busca de uma inteligibilidade a partir das análises, reflexões, hipóteses e inferências do pesquisador na realidade estudada.

Por último são apresentadas as considerações, compreendidas aqui não como considerações finais, mas sim iniciais, uma vez que, além de não esgotarmos as possibilidades de análise sobre o tema, enfatizamos a importância de aproximação do Serviço Social para esta temática, buscando neste referencial teórico, subsídios para uma leitura e intervenção profissional cada vez mais ampliada para as especificidades e justa com os profissionais.

APORTE TEÓRICO

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A origem do Serviço Social brasileiro encontra-se atrelada ao movimento social católico desenvolvido pelas damas de caridade do Estado de São Paulo na década de 30 do século passado. Este movimento tinha como objetivo desenvolver ações sociais junto à classe trabalhadora, visando o suprimento de suas necessidades e demandas (moradia, alimentação, transporte, acesso a escola, dentre outros), tendo como base para intervenção os ideais da Filosofia Tomista e das Encíclicas Católicas, que pregavam a reconstrução social, a reafirmação dos costumes e da moral bem como a luta por uma vida mais digna aos menos favorecidos.

O desenvolvimento da profissão no Brasil encontra-se atrelada à participação do Serviço Social no processo de reprodução das classes sociais de forma contraditória e antagônica. Com o processo de industrialização do país iniciado na década de 30, houve um aumento expressivo de trabalhadores migrando para as grandes cidades em função da crescente necessidade de mão-de-obra, sendo demandado ao Serviço Social, pelo Estado e empresariado, atuar junto à classe trabalhadora, atendendo parte de suas reivindicações, mas, ao mesmo tempo, instituindo *ações normativas e assistenciais como mecanismos de esvaziamento e controle do potencial de mobilização dos trabalhadores*. Silva (2002)

Este movimento de concessão e apreensão das demandas dos trabalhadores realizada através da atuação de um determinado corpo profissional com seu saber especializado caracteriza um fenômeno comum às sociedades modernas, denominado

por Giddens (1991) de Sistemas Peritos⁴. Nestes sistemas, os profissionais/peritos, através de sua especificidade técnica tendem a influenciar diversos aspectos da vida social, econômica e cultural das pessoas que dele precisam, por deter um tipo de saber do qual estas pessoas desconhecem e precisam, portanto, confiar em sua competência como um “artigo de fé”. Segundo Castel (1978) é a partir dos conhecimentos e práticas periciais que o especialista é chamado a decidir e intervir sobre as necessidades dos sujeitos em determinadas organizações sociais, correndo-se o risco nesta intervenção de expropriar a autonomia e capacidade de decisão dos indivíduos.

A profissão de Serviço Social se desenvolve no contexto de modernização social e econômica do sistema capitalista brasileiro, emergindo, portanto, como um dos sistemas peritos necessários ao desenvolvimento socioeconômico nacional. A intervenção profissional ocorria através do desenvolvimento de ações de caridade e pela disseminação de uma prática ideológica junto aos trabalhadores, baseada nos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica, conforme descrito anteriormente.

Após surgimento e inserção dos assistentes sociais nas principais instituições sociais brasileiras na década de 40 do século XX (Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS; Legião Brasileira de Assistência – LBA; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Social da Indústria SESI; Serviço Social do Comércio- SESC e a Fundação Leão XIII), o Serviço Social conseguiu romper “timidamente” com as origens caritativas e introduzir novos elementos em suas práticas interventivas através da adoção dos referenciais teóricos da Psicanálise, do Positivismo e do Funcionalismo.

⁴Sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que se vive na atualidade. (p. 30)

Vale ressaltar que a introdução destes novos referenciais teóricos deveu-se a uma importação derivada do grande número de profissionais que buscaram formação específica nas escolas Europeias e Americanas de Serviço Social.

Como veremos mais a frente, em uma discussão específica sobre as características do Serviço Social, a assimilação destes novos referenciais teóricos na profissão, resumiu-se, segundo estudiosos da área, a uma interpretação funcionalista dos problemas sociais, cuja intervenção baseava-se no ajustamento das disfunções sociais e individuais além de buscar integração e adaptações destes sujeitos à estrutura vigente, sem um posicionamento crítico dos profissionais sobre os reais motivos das desigualdades.

Ainda sob a forte presença do conservadorismo cristão, foi publicado neste período, em 1962, pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, o livro -Código Moral do Assistente Social, traduzido da escola europeia de Serviço Social (Hayler como citado por Barroco, 2001). Nesta publicação consta um conjunto de atitudes, hábitos e comportamentos que visava consolidar a “formação moral” dos profissionais, propondo, dentre outras prerrogativas, que estes deveriam sempre defender

A noção exata da família... opor-se-á a todas as leis, regulamentos, organizações ou serviços que preconizem uma falsa noção de família, favoreçam sua instabilidade pelo divórcio, tolerem a infidelidade, imperem sobre a autoridade paterna... Será inimigo de toda prática contrária ao respeito à família e à vida conjugal: o amor livre, o concubinato, o adultério, a limitação ilícita dos nascimentos, a inseminação artificial propriamente dita, o aborto direto, mesmo os que se dizem “terapêuticos”, o divórcio etc. Combaterá, por todos os meios legítimos, os fatores nocivos à vida da família: a licenciosidade das ruas, dos espetáculos, da má imprensa, o alcoolismo, a tuberculose e outras doenças sociais destruidoras da família, o regime dos casebres, a propaganda imoral, a desorganização do trabalho.

Em outra citação, o referido Código apresenta um direcionamento ideológico voltado à hegemonia tradicionalista e conservadora sugerindo aos profissionais abster-

se de toda *crítica infrutuosa e destrutiva da autoridade em si mesma*. Mas não bastava abster-se, deveria também combater *inteligentemente* o espírito de crítica.

Além das prerrogativas profissionais, o Código Moral, prescrevia também condutas para a vida privada, devendo os assistentes sociais em sua prática cotidiana evitar paixões e desejos não moderados de riqueza, gozo, poder, preguiça e denotação de falta de vontade. As relações sociais deveriam ser selecionadas e condizentes com os princípios morais da profissão, evitando ainda a solidão, os flertes e as companhias suspeitas. Excessos de toda ordem (bebida, sexo, diversões etc.) deveriam ser, não só evitados como combatidos.

As origens da profissão guardam forte configuração ideológica e uma ética conservadora que atravessa todo desenvolvimento profissional, dificultando o desenvolvimento de uma prática capaz de promover a transformação social proposta, além de desencorajar profissionais com perfil compatível para conduzir estas transformações. Entretanto, ao lado do conservadorismo vigente, setores profissionais influenciados pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciaram amplo debate sobre o caráter político da prática profissional, questionando seus princípios e métodos além de sugerir a possibilidade do Serviço Social assumir um direcionamento profissional mais voltado para os interesses dos usuários baseando-se em análises críticas da sociedade, questionando as contradições e alertando para necessidade de mudanças.

O Movimento de Reconceituação surgiu no contexto social e profissional latino americano (principalmente na Argentina, Chile, Peru e Uruguai) a partir da década de sessenta, visando reformulações das propostas de intervenção profissional que fossem condizentes com as especificidades daquele contexto. Propunha amplos questionamentos, reflexões críticas, contestações e denúncias de práticas conservadoras

da profissão. Este período, marcado também por intensas transformações no contexto econômico e social destes países, caracterizou-se pela consolidação e visibilidade dos movimentos urbanos, dos sindicatos e movimentos sociais em reação a crise mundial do padrão de acumulação capitalista, a inserção dos países latinos na nova divisão internacional do trabalho e a implantação da política econômica desenvolvimentista que ampliou as contradições e desigualdades sociais. Destacou-se também a Revolução Cubana e os movimentos políticos vinculados ao socialismo e ao marxismo como a experiência política do Chile (Silva, 2009).

Os acontecimentos descritos impactaram sobremaneira no redirecionamento formativo e interventivo do Serviço Social, dando início ao questionamento de diversos segmentos profissionais sobre a neutralidade técnica e a necessidade de articulação do projeto profissional com o projeto da classe trabalhadora, além de fomentar o debate sobre a dimensão política do Serviço Social e a necessidade de ruptura com uma prática tradicional e conservadora. Entretanto, o movimento não se configurou de forma linear, haja vista, a situação conjuntural específica de cada país. Ao contrário, coexistiram tendências e correntes muitas vezes dispares, mas cuja unidade fundamentava-se na constatação de uma inadequação do Serviço Social à realidade local, exigindo a construção de uma nova proposta profissional voltada aos interesses dos setores populares – clientela majoritária do Serviço Social.

Como todo processo que visa imprimir mudanças em determinado contexto, o Movimento de Reconceituação apresentou avanços e entraves para o processo de desenvolvimento e redirecionamento da profissão. O intercâmbio acadêmico e técnico entre os países da América Latina; a consolidação da dimensão política na ação profissional; a aproximação com as ciências sociais, principalmente o marxismo e a

possibilidade de planejar e pesquisar políticas sociais - não apenas executá-las -são alguns dos principais avanços obtidos com o Movimento.

Equívocos como o desenvolvimento de ações acentuadamente militantes e ativistas, em sobreposição ao seu desenvolvimento teórico e científico, a recusa de teorias que não fossem explicativas da realidade macro social e que proporcionassem o conhecimento do sujeito em sua singularidade, a exemplo da Psicologia, são alguns dos “efeitos colaterais” apresentados pelo Movimento de Reconceituação que repercutem até a atualidade.

No Brasil, em função do regime militar, o Movimento de Reconceituação não esteve direcionado, no primeiro momento, para uma ruptura com o tradicionalismo, mas sim para uma intervenção tecnocrata e de conservação das bases ideológicas de ajuda. Esta condição ficou conhecida no Serviço Social como uma perspectiva de “Intenção de Ruptura”, Netto (2005). Os moldes revolucionários do Movimento no Brasil, conforme ocorrido nos demais países da América Latina ocorreu a partir dos anos setenta com o processo de democratização do país.

Neste período, através de debates promovidos pelos segmentos majoritários das representações profissionais, (estudantes, profissionais, instituições de ensino, pesquisadores, docentes, organismos corporativos e sindicais), o Serviço Social buscou uma nova direção e legitimidade técnica, política e científica, consolidando um posicionamento contrário ao projeto societário vigente que traduzia os interesses da conjuntura ditatorial. É neste cenário de cerceamento individual e político, controle das ações e repressão coletiva, ao mesmo tempo, marcado pela resistência, crítica e protagonismo de alguns profissionais, além da introdução das perspectivas marxista,

althusseriana e gramsciana que o novo projeto profissional do Serviço Social se desenvolveu.

Importante assinalar, entretanto, que apesar de não constituir o único projeto vigente no Serviço Social, ele tornou-se “hegemônico” por causa da trajetória e visibilidade histórica de vinculação ao processo de redemocratização do país. Outro elemento favorável à hegemonia foi a adesão ideológica dos profissionais aos valores e princípios elencados no projeto, que, em síntese, posiciona-se em busca de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de uma classe sobre a outra.

A adesão ideológica dos profissionais e a direção adotada em sua prática, visando atender os interesses do projeto, configuraria uma categoria de sujeitos denominada por Gramsci (2004) de Intelectuais Orgânicos. Estes intelectuais compreenderiam além dos ideólogos e filósofos, os ativistas políticos, técnicos industriais, economistas políticos, especialistas jurídicos, bem como qualquer sujeito ou grupo de sujeitos, representantes de determinados grupos sociais. Os Intelectuais não se confundem com pensadores contemplativos, mas sim como pensadores ativos que ajudariam a organizar ativamente a vida social, além de ajudar a interpretar, para o povo, os ensinamentos teóricos, promovendo assim, uma unidade entre o conhecimento e ação, visando possíveis transformações sociais.

A “organicidade” dos assistentes sociais encontra-se sujeita a afiliação ideológica e forma de vinculação com os projetos societários e/ou profissionais vigentes. Eles podem intervir de forma a atender, um ou outro projeto de classe, estando inseridos num projeto conservador da classe hegemônica ou num projeto revolucionário das classes subalternas. Podem também, contribuir para um e outro projeto, ainda que por um lado de forma idealizada e de outro de forma executável.

Conforme assinalado por Teixeira & Braz (2009) os projetos profissionais poderão não ter uma relação efetiva entre aquilo que se projeta e o que efetivamente se realiza, ou seja, não há uma relação identitária e obrigatória entre consciência e ação, entre sujeito e objeto, entre o idealizado e o plano real, haja vista não ser possível controlar todos os fatores que incidem sobre os múltiplos aspectos da vida social concreta. Apesar de o Serviço Social ser uma profissão reconhecida e regulamentada como liberal, conforme Lei no. 8.662/1993, os profissionais, em sua maioria, para desenvolver suas atividades profissionais necessitam de uma vinculação institucional. Yamamoto (1999), afirma que o desenvolvimento da prática profissional tende a se realizar através da inserção destes profissionais em instituições públicas ou privadas, mediante um contrato de trabalho, caracterizando-o como um trabalhador assalariado, estabelecendo assim uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada.

Entretanto, a autora define e assegura a existência de uma categoria no Serviço Social conhecida como “espaço de relativa autonomia”, que consiste na existência de um espaço autônomo e independente de intervenção, onde os profissionais direcionam socialmente seu exercício junto à clientela. Este direcionamento torna-se possível, tanto pela existência da legislação específica do Serviço Social, que garantiria o exercício da prática conforme objetivos propostos pelos profissionais, desde que estes apresentem concordância com o arsenal normativo da profissão (mesmo divergindo dos objetivos institucionais), quanto pelas diversas possibilidades de manejo e intervenção sobre as questões sociais apresentadas pelos usuários neste espaço sigiloso e autônomo de atendimento social.

Este espaço, quando compreendido em sua real dimensão, permite uma forma singular de atuação pelos profissionais, ao “emprestarem” aspectos de sua subjetividade para compreensão, assimilação e intervenção destas demandas. Esta

autonomia,entretanto, encontra-se também sujeita a correlação de forças econômicas, políticas e culturais existentes no espaço institucional, não podendo esquecer que os empregadores detêm também, autonomia significativa para normatizar as atribuições e objetivos profissionais, incidindo diretamente no conteúdo e resultado do trabalho destes. O manejo da autonomia relativa dos profissionais, no contexto institucional, em determinadas circunstâncias, pode se transformar em fonte geradora de conflitos e tensões entre os objetivos profissionais e institucionais, por nem sempre apresentarem a mesma direcionalidade e possibilidades de conciliação podendo incidir, inclusive, no funcionamento psíquico dos profissionais.

Iamamoto (1999) segue afirmando que o grande desafio para efetivação do projeto ético-político é torná-lo um guia exequível para o exercício profissional, o que exige dos profissionais um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sob o risco de incorrer numa proposta idealizada, abstraída da realidade histórica. A autora atribui a efetivação desse projeto a um “tipo ideal weberiano”⁵de profissional que disponha, dentre outros atributos, de senso crítico sofisticado e de capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas a democratização social.

Netto (2001), afirma que o projeto, para ser efetivado, implica num compromisso dos profissionais com a competência alicerçada no aperfeiçoamento intelectual permanente, viabilizada a partir de uma formação acadêmica qualificada com base em referenciais teórico-metodológico críticos e sólidos que sejam capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social.

⁵Conceito teórico desenvolvido por Marx Weber utilizado para facilitar a descrição e compreensão de um conjunto de elementos ou fenômeno, mas que são raramente encontrados na realidade nesta forma descrita ou idealizada pelo pesquisador. Mais detalhes ver Weber, M. Economia e Sociedade, vol. 01. Cap.3

Os aspectos descritos como necessários para efetivação do projeto (radical esforço, senso crítico sofisticado, aperfeiçoamento intelectual permanente, etc.), representam um alto nível de responsabilização ao sujeito da prática, havendo uma aparente minimização da força representada pela organização do trabalho e do próprio sistema sócio econômico vigente, que tendem a obstaculizar a efetivação desses critérios. Desse campo de tensão – discurso do projeto e sujeições da prática - pode ocorrer diversas repercussões na vida dos sujeitos, inclusive em sua saúde psíquica.

A partir do exposto, surgem lacunas propulsoras de interrogações e questionamentos, dos quais esperamos nos aproximar e problematizar ao longo deste estudo: Quais seriam as características necessárias para composição desse *radical esforço* visando à aproximação entre o “ser e o dever ser” do Serviço Social? O quanto desde projeto pode ser executado no atual cenário sócio econômico e político ou o quanto se mantém no plano mental, prescrito e subjetivo dos órgãos normativos e formativos do Serviço Social? O que caracterizaria um perfil profissional culto e crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas? Será que já existiu ou poderia ter existido em toda a história do Serviço Social um profissional que reunisse todas estas características sugeridas?

Se existe/existiu, conseguiu a efetivação do projeto em algum “grau” ou “escala” satisfatório? Como avaliar e distinguir uma criticidade propositiva de uma criticidade esvaziada, utilizada como forma de escamotear a falta de embasamento teórico para analisar as situações sociais em sua complexidade?

Como são estes profissionais que porventura possuem ou adquiriram essa competência, enquanto resultante do aperfeiçoamento intelectual? A competência, por si só, é um elemento suficiente para o Serviço Social superar as inúmeras contradições e obstáculos presentes em seu processo de desenvolvimento profissional? Quem são estes

profissionais e quais são suas histórias e trajetórias percorridas na busca desta competência? Quanto “custa emocionalmente” lutar pela defesa radical e intransigente do *dever ser* profissional? Os profissionais que “não possuem” estes atributos e requisitos são obstáculos para o desenvolvimento do projeto profissional?

Como estes sujeitos percebem e sentem esta zona de tensão vivenciada cotidianamente? Quais são as estratégias utilizadas para o manejo desses conflitos profissionais, pessoais e institucionais? O que sentem, o que pensam, como significam e vivenciam estas contradições? Enfim, quais são as repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais a partir das tensões vivenciadas entre o discurso hegemônico do projeto ético político do Serviço Social e as sujeições da prática?

2. SERVIÇO SOCIAL – UMA ANÁLISE DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

A Sociologia das Profissões é um campo de conhecimento relacionado ao estudo das origens e processo de profissionalização do trabalho. Estuda a institucionalização das profissões, seu papel, legitimação social, sua relação com o Estado, o controle profissional sobre o resultado dos seus trabalhos e a ideologia do profissionalismo.

Freidson (1998), um dos mais importantes expoentes deste campo teórico, afirma que o termo profissão apresenta diversas compreensões tanto para o senso comum quanto para o meio acadêmico/científico, sendo que a definição mais usual é aquela que faz contraposição ao conceito de amador.

O “amador” compreenderia os sujeitos que realizam um dado conjunto de tarefas sem a preocupação consciente e calculada do seu valor de troca no mercado, enquanto o profissional ou especialista seria constituído por aqueles sujeitos ou grupo de sujeitos

que realizaria determinadas tarefas, somente possíveis através de um extenso treinamento ou experiências, denominada *expertise*.

As profissões constituem-se [...] “trabalho especializado pelo qual uma pessoa ganha a vida numa economia de troca [...].”(Freidson, 1998, p.246). O trabalho dos profissionais, diferente dos outros trabalhos, apresentaria dentre outras características: caráter esotérico,arbitrário,complexidade no seu desenvolvimento além de ser considerado importante para o bem estar dos indivíduos, requerendo destes profissionais um conhecimento teórico, competência e discernimento que o diferenciaria das pessoas comuns, dos não profissionais. O valor do trabalho para Freidson se configuraria tão especial para a sociedade, que a análise e compreensão desta ação não pode ser circunscrita à valoração monetária, mas sim numa condição de status, poder e prestígio social.

O processo de transformação, de um trabalho qualquer em trabalho especializado ou profissão,segundo Diniz (2001, p.87)segue algumas etapas necessárias e até indispensáveis para seu processo de efetivação na prática social.

- Criam-se, em primeiro lugar, escolas profissionais;
- Em seguida, surgem associações profissionais que procuram garantir para seus membros, através da mobilização do apoio do Estado, vantagens e privilégios ocupacionais com base nas credenciais educacionais;
- O Estado cria para os profissionais “reservas de mercado” na burocracia pública, isto é, posições e cargos reservados aos diplomados pelas escolas profissionais;
- As associações mobilizam-se para ampliar a “reserva” e, com o apoio do Estado, excluir do mercado de trabalho e dos serviços os não-qualificados;
- O estado regulamenta as profissões, criando monopólios;
- Conquistado o monopólio da prestação de serviços, as profissões tentam criar “escassez” pela restrição do acesso às credenciais acadêmicas, isto é, pelo controle da “produção de produtores”.

Para garantir este espaço no mercado de trabalho, seria necessário afastar os concorrentes e proteger seus membros da dominação de clientes ou empregadores

através de uma jurisdição consolidada e expressiva, suficiente, para associar os pares em uma ação comum, a fim de manter a profissão coesa, tanto para manter sua situação de privilégio quanto para promover seus projetos culturais.

No Serviço Social, a ação comum giraria em torno da busca de efetividade do projeto ético político profissional. Para manter uma coesão profissional através do desenvolvimento de ações comuns, o saber técnico-científico e as normatizações tornam-se fundamentalmente importantes. Entretanto, o desenvolvimento de ações realizadas diretamente com a população usuária e a complexidade dos problemas apresentados por estes, direcionaria uma preferência dos técnicos pelas soluções práticas e por uma necessidade de confiar na autoridade de seus sentidos e nas próprias experiências bem sucedidas, não sendo possível, portanto, manter o mesmo enfoque que o cientista ou o erudito, criando assim uma forma de apropriação técnico-científica denominada pela autora de *individualismo epistemológico* (Cardoso, 2005).

Outro elemento presente no processo de consolidação das profissões diz respeito ao discurso produzido pelos seus membros. Conforme assinala Silva (2002) toda profissão para se afirmar socialmente tem que produzir um discurso sobre a importância e necessidade de sua existência. Ela precisa ser construída como “algo necessário para a sociedade”. Para que esta necessidade se instale é preciso uma “construção ideológica” sobre a importância desta, junto aos segmentos que serão alvo de sua intervenção profissional.

A construção ideológica do Serviço Social na atualidade, segundo Marquez (1996), configura-se numa autoimagem relacionada ao compromisso com a classe trabalhadora, à existência de um profissional crítico e criativo além de uma prática “iluminada” pela teoria marxista. Entretanto, suas origens identitárias, vinculadas aos ideários cristãos, humanitários, conservadores e mantenedores do *status quo*, ainda

permanecem no interior da profissão coexistindo com essa tentativa de consolidação de uma imagem representada (conforme ironizado pela autora) de um “[...]super-herói pronto para combater o inimigo[...]”(Marquez, 1996, p.14).

Estas duas vertentes identitárias não convivem de forma harmônica nem tranquila no interior do Serviço Social. Ao contrário, há uma forte tensão nos espaços de intervenção profissional, tanto entre os próprios profissionais quanto individualmente podendo concomitantemente, acreditar que desenvolvem uma ação profissional transformadora das relações sociais, ao mesmo tempo em que esta ação encontra-se baseada em aspectos conservadores inconscientes.

A tese de doutorado de Ortiz (2007) - O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção–evidenciou as diferentes visões sobre a imagem do Serviço Social de acordo com o público pesquisado: assistentes sociais, usuários, outros profissionais de nível superior e estudantes de graduação de Serviço Social.

Os usuários/clientela concentraram a imagem do Serviço Social atrelada ao profissional de ajuda, baseado em ideais humanitários. No relato dos assistentes sociais permaneceu a coexistência dos elementos de modernidade e conservadorismo, caracterizados pelo discurso baseado na cientificidade da profissão sem descartar a possibilidade da caridade ser, também, uma das atribuições desse profissional. Os profissionais de outras áreas guardam representações de uma profissão inespecífica quanto as suas atribuições técnicas, teóricas e interventivas. Por último, os estudantes de graduação, trazem ambiguidades no discurso baseados em ideais transformadores da realidade social bem como escolha profissional influenciada pelos trabalhos sociais desenvolvidos em instituições religiosas. (p.274-79)

Em síntese, a identidade profissional do Serviço Social representada por elementos contraditórios e tensionadores, ainda longe de serem superados, necessita de maiores estudos e investigações para que estes aspectos não incorram no risco da perda de legitimidade social, falta de efetividade profissional, impossibilidades de contribuições em contextos multiprofissionais, além da perda de espaço no mundo do trabalho.

O Serviço Social, assim como outras profissões - Administração, Contabilidade, Economia, Enfermagem - surgiram no Brasil como profissões “burocratizadas”, estando submetidas à “autoridade heterônoma de hierarquias gerenciais”, possuindo um corpo de conhecimento artificial tomado de empréstimo de outras áreas e dependentes destas para seu desenvolvimento. Estas profissões seriam em verdade, ocupações em processo de profissionalização. Na pior das hipóteses, casos de profissionalização fracassada, onde o “sucesso” para sua consolidação estaria relacionada a sua capacidade de executar um projeto de “Fechamento”⁶ bem sucedido (Diniz, 2001, p.95).

As dificuldades presentes no processo de profissionalização do Serviço Social iniciam-se desde sua definição conceitual. Em 1979, a primeira edição da revista científica Serviço Social e Sociedade, apresentou um artigo da Professora Maria Luiza de Souza, intitulado *As indefinições do “Social” na Política Social e no Serviço Social*. O questionamento central deste artigo versava sobre o significado do Serviço Social e as dúvidas que ele suscitava, tanto para o público, como para os próprios profissionais. A autora conclui que esta terminologia – Serviço Social -ao apresentar diversas conotações perderia sua significação para explicar a profissão.

⁶ (...) conceito elaborado por Max Weber (closure) para indicar o processo pelo qual coletividades sociais procuram maximizar seus ganhos pela restrição do acesso a recursos e desde oportunidades, geralmente de natureza econômica, a um círculo limitado de elegíveis que procuram monopolizá-los. Weber, 1968:I, 341-343 *apud* Diniz, 2001 p.30

⁷ para consulta vide <http://www.ifsw.org>

Em 1994, a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais⁷ propôs a elaboração de um conceito universal. Após diversas discussões, este órgão concluiu sobre a impossibilidade em alcançar uma definição teórica satisfatória que contemplasse todos os sujeitos e os diversos fazeres e entendimentos sobre a atividade profissional. Dessa forma optou-se pela **descrição** das atividades, afirmando que a

A profissão de assistente social ou de trabalhador social busca suscitar a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas a fim de melhorar seu bem estar geral. Devido à utilização das teorias do comportamento e dos sistemas sociais, o trabalho social intervém no ponto de encontro entre as pessoas e seu meio ambiente. Os princípios dos direitos humanos e a justiça social são fundamentais para a profissão.

Existe em curso uma nova tentativa para definir o Serviço Social através de um grupo de trabalho constituído pela FITS – Federação Internacional de Trabalhadores Sociais e AIETS – Associação Internacional de Escolas de Trabalhadores Sociais, responsáveis pela revisão da atual “definição”. O resultado deste trabalho deveria ter sido apresentado na Conferência Mundial de Trabalhadores Sociais durante o mês de junho do ano de dois mil e dez. Entretanto, como este grupo não conseguiu concluir os objetivos propostos, ficou estabelecido a realização de um *workshop* no Brasil, em 2011, para continuidade dos trabalhos.

Outro aspecto referente às dificuldades presentes no processo de profissionalização do Serviço Social, diz respeito às atribuições privativas. A lei de regulamentação profissional – Lei nº 8.662/1993 - descreve em seu artigo quinto, as seguintes atribuições privativas: coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; planejamento, organização e administração de programas e projetos em unidades de Serviço Social; realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

Estas atribuições não se constituem categorias com propriedades para sua auto definição, nem para garantia da privacidade, gerando assim lacunas e diversidades de compreensão, assimilação e execução por parte dos profissionais, o que faz com que Montañó (2009) as considere *categorias ilusórias* que necessitam demonstrar o que há de diferente, de próprio e específico para o desempenho profissional, pois sem elas o Serviço Social não poderia existir, não teria uma razão de ser, nem legitimar-se como profissão. Para Freidson(1994) as atribuições privativas constituem-se na verdade, parte de conhecimento complexo e esotérico, típico das profissões que são incapazes de serem avaliados pelos clientes com uma determinada precisão, fazendo com que eles, na falta de uma alternativa, depositem maior confiança nestes profissionais.

Apesar dos esforços empreendidos em busca de uma legitimidade social, conforme assinalado por Iamamoto (2004), o Serviço Social não conseguiu ainda se afirmar como necessário na sociedade, enquanto um ramo do saber entre as ciências, bem como no quadro da divisão do trabalho, massim

como um tipo de trabalho especializado na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social, [ressaltando-se] a importância de sustentar uma perspectiva teórico-metodológica que, não sendo propriedade privada do serviço social ou de qualquer outra disciplina particular, afigura-se como uma matriz de explicação da vida social, dispondo de um acervo heurístico para ler a sociedade e para iluminar a ação nessa sociedade (p. 175-6).

Seguindo esta compreensão, Montañó (2009) afirma que o Serviço Social não é visto como uma profissão onde os profissionais possam tomar determinadas decisões, não participa produtivamente na divisão do trabalho, nem da definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar.

Ao contrário, o Serviço Social é, em geral, identificado como uma profissão em que os profissionais executam decisões tomadas por outras instâncias – a exemplo das

políticas públicas, programas sociais, normatizações etc.- que conhece a realidade social por meio do conhecimento teórico produzido por outros ramos do conhecimento - ciências sociais, psicologia social, economia, dentre outros - e que assiste às populações carentes como auxiliar de outros profissionais - médicos, advogados, juízes, etc.

Na verdade, o Serviço Social não possui um objeto de conhecimento próprio, portanto, não produz teoria própria. Possui isto sim, um saber técnico-operativo autóctone, mas seus objetos de pesquisa, seu arsenal heurístico e suas teorias são comuns a outras profissões sociais. Ele pode elaborar, portanto, teoria sobre o social, e não teoria de Serviço Social. Dito de outra forma, o Serviço Social como um todo possui uma cultura profissional própria, mas este saber é conformado pelas particularidades da sua história, pela sua identidade e pelo seu instrumental técnico-operativo, por outro lado, este profissional pode produzir teoria, mas ela não é própria, e sim teoria ou conhecimento teórico sobre o social, que formará parte do acervo do conhecimento teórico sobre a sociedade. (p. 136)

Diante do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil caracterizado pela precária formação de seu estatuto ontológico – imprecisão conceitual, inexistência de um corpo de conhecimento específico, falta de elementos específicos e inteligíveis da profissão, disseminação de valores e princípios generalistas- o projeto ético político tornou-se o maior atributo de coesão e legitimação da profissão na sociedade. É a partir desse produto, que a profissão vem garantindo sua inserção e legitimação (ainda que ambíguas) na divisão social do trabalho. São os princípios e valores, nele contidos, que orientam a prática dos profissionais. A partir do direcionamento do projeto, voltado aos interesses da classe trabalhadora, que os usuários dos serviços podem beneficiar-se de resultados concretos em sua vida.

3. PROJETOS PROFISSIONAIS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Os projetos profissionais apresentam forte vinculação aos projetos societários, apresentando um *“corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo,*

requerendo um aprendizado formal e prolongado, uma orientação para as necessidades da sua clientela e um código de ética” (Diniz, 2001, p. 20). Representam a “autoimagem” da profissão, comportando os valores legitimados socialmente, as delimitações e priorizações de seus objetivos e funções, formulam os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício profissional.

Os projetos societários por sua vez, são compreendidos como projetos coletivos que apresentam determinadas propostas para o conjunto da sociedade. Comportam uma dimensão política que envolve relações de poder e uma concorrência entre diferentes projetos societários (num contexto democrático), onde estes diversos projetos podem confrontar-se, ainda que segundo Netto (2001), a experiência histórica tenha demonstrado que, no sistema capitalista, os projetos societários que reclamam os interesses das classes trabalhadoras e subalternas tendem por razões macro econômicas, apresentar condições menos favoráveis aos projetos das classes dominantes.

Destes projetos societários se desprenderiam diversos valores, princípios e ações que orientariam os profissionais, o que justificaria a existência de um ecletismo profissional, cujos valores e princípios tendem a apresentar certo grau de antagonismo e disputa profissional interna.

Os projetos profissionais, dentre eles o do Serviço Social, não conseguiriam consistência ao se apresentarem desvinculados dos projetos societários, pois são estes que lhes oferecem as bases de valores e direcionalidade. Por isso mesmo, os projetos profissionais apresentam forte dimensão política exógena (quando direcionada aos projetos societários) e endógena (quando referente aos debates interno da profissão), o que lhes confere um caráter flexível e mutável.

Estes projetos tendem a se constituir através de um conjunto de princípios, valores e normatizações que buscam direcionar as intervenções profissionais. Requer

adesão do conjunto de membros que formam o corpo profissional, seja no campo formacional (estudantes e instituições de ensino) seja no campo de atuação (profissionais de execução) ou ainda no campo normativo (conselhos, sindicatos, associações).

Vale ressaltar que a adesão não significa a existência de uma homogeneidade nestes campos, em função da esperada presença de projetos alternativos na mesma profissão gerando, comumente, campos de tensões e lutas no interior destas. Em outras palavras, a conformação de um projeto hegemônico não se constituirá exclusivo da profissão. A saída apresentada por Netto (2001), para dissolução dessa aparente tensão e consolidação de um projeto hegemônico para um determinado corpo profissional é a suposta construção de um pacto entre seus membros, uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos *imperativos* e aqueles que são *indicativos*.

Os aspectos imperativos seriam aqueles componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão - formação profissional, registro no Conselho de Classe, conduta regulada pelo código de ética. Os aspectos indicativos compreenderiam os elementos, em torno dos quais não há um consenso mínimo que garantiria seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional - opções teóricas, ideológicas e política dos profissionais (Netto, 2001, p.07).

Conforme descrito anteriormente, um dos requisitos para o processo de desenvolvimento das profissões é a construção e difusão de um projeto profissional que dentre outros motivos, a legitime socialmente. Entretanto, conforme observado em pesquisa realizada nos sites dos Conselhos Federais de diversas categorias profissionais brasileiras, este constructo não se encontra, na maioria delas, suficientemente descrito, definido ou defendido, como visto no Serviço Social, que adota este elemento do

processo de profissionalização, como um dos mais importantes para sua legitimação social.

3.1 Projeto Ético Político do Serviço Social

Conforme descrito na introdução deste trabalho, o Projeto Ético-Político origina-se a partir de uma crescente recusa e crítica dos profissionais aos métodos conservadores e tradicionais utilizados na prática profissional. Estes métodos, reproduzidos das escolas europeias e americanas- base de formação técnica dos primeiros profissionais - eram tidos como distanciados da realidade brasileira e mantenedores do *status quo*.

A consolidação do projeto ocorre na década de noventa, após um acúmulo significativo de mudanças incorporadas pelas bases de formação e atuação do Serviço Social, além de um cenário social favorável à sua consolidação. Estas mudanças compreenderam o redimensionamento do ensino através da introdução de conteúdos que pretendiam formar profissionais mais capacitados para responder às demandas locais, a ressignificação nas modalidades prático-interventivas tradicionais, incorporação de matrizes teóricas e metodológicas de natureza crítica, inspiradas na tradição marxista, introdução de novas áreas e campos de intervenção, restauração democrática da sociedade brasileira, conquista de direitos cívicos e sociais e implantação das diversas políticas públicas.

No Projeto Ético-Político encontram-se refletidas as projeções coletivas dos diversos segmentos profissionais, materializada através de um conjunto de componentes legais, técnicos e éticos que buscam constantemente uma direção para o fazer profissional. Essa direcionalidade, entretanto, encontra-se intimamente relacionada

ação profissional, considerada a mais importante forma de efetivação do projeto, podendo haver um favorecimento, ou não, da consolidação dos princípios norteadores do projeto.

O assistente social quando intervém nas mais variadas expressões das questões sociais, imprime em sua prática um posicionamento ético e político, (ainda de que forma irrefletida), seja favorecendo os interesses do capital, seja favorecendo (ao menos intencionalmente) os interesses do trabalhador ou tentando mediar os interesses de ambos. Dessa forma, a efetivação do projeto encontra-se condicionada a este conjunto de intervenções profissionais, mesmo que este profissional atue isoladamente em seu espaço institucional.

Os principais estudiosos do projeto ético político afirmam que este constructo apresenta alguns elementos que, associados a determinados componentes possibilitariam a sua materialização e efetivação. Segundo Teixeira & Braz (2009), estes elementos compreenderiam: a existência de um núcleo central direcionado ao reconhecimento da liberdade dos sujeitos com estabelecimento de um compromisso com a autonomia, à emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; vinculação ao projeto societário (pós-ditatorial) de construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia gênero.

Outro elemento do projeto consiste no posicionamento político a favor da equidade e da justiça social, com uma perspectiva universalizante de acesso a bens e serviços referentes às políticas e programas sociais e um posicionamento radicalmente democrático com vistas à ampliação e consolidação da democracia. No que se refere aos profissionais, o projeto estabelece o compromisso destes com a competência que pode ser alcançada através do constante aperfeiçoamento intelectual. Por último estabelece

uma nova relação com os usuários voltada ao compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos.

Estes elementos, associados a outros três componentes imprimiriam uma perspectiva concreta e aplicável do projeto ético político no exercício profissional. Estes componentes seriam:

- Produção do conhecimento de Serviço Social – onde estão sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão além de apresentarem os processos reflexivos do fazer profissional. Estão representados pelos trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, dissertações, teses, livros, grupos de discussão e pesquisa, etc.
- Instâncias político-organizativas da profissão – constituídas pelas organizações profissionais, organizações sindicais e estudantis onde são conformadas, reformuladas e reafirmadas (ou não), as características gerais do projeto. Estão aqui inseridos o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, os sindicatos dos assistentes sociais, a ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e as diversas outras associações.
- Dimensão jurídico-política –conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados para aplicação, sejam estes exclusivos da profissão a exemplo da Lei de Regulamentação Profissional (lei. 8662/1993) e Código de Ética Profissional (1996) ou ainda as legislações gerais que subsidiam sobremaneira a intervenção profissional: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde, Estatuto do Idoso dentre outros. (Teixeira & Braz, 2009).

A transformação destes componentes em guia efetivo e norteador do exercício profissional têm sido considerados um dos maiores desafios à consolidação do projeto

na atualidade, seja pelo cenário socioeconômico desfavorável à execução do projeto tal como idealizado, seja pela necessidade constante de discussão e proposição dos princípios estabelecidos ou ainda pelas divergências profissionais internas. Iamamoto (1999) considera que, se não houver um radical esforço de integrar o dever ser com sua *implementação prática*, corre-se o risco de se deslizar para uma *proposta ideal*, abstraída da realidade histórica.

Mendonça (2007) elaborou duas hipóteses sobre as estratégias utilizadas pelo profissional para efetivação do projeto. A primeira hipótese supõe que, frente às reais dificuldades/tensões presentes na prática, uma significativa parcela de assistentes sociais tende a manter o projeto no campo da subjetividade como um *devir* profissional.

A compreensão de subjetividade posta pela autora encontra-se relacionada às experiências íntimas, pessoais e inacessíveis (diferente da concepção atual de subjetividade que significa um processo dinâmico e relacional entre aspectos individuais e sociais) e afirma que, frente às tensões cotidianas, os profissionais tendem a manter o projeto numa dimensão desejante, causando-lhes mal estar pela antinomia entre aquilo que é vivido e o que é idealizado pelos assistentes sociais. Frente a esta constatação, a autora propõe uma reavaliação das estratégias político pedagógicas de discussão do projeto profissional visando sua consolidação qualitativa, tanto nos espaços de discussão acadêmica quanto nas instâncias de representação política da profissão.

A segunda hipótese refere-se a forte tendência à homogeneização da forma de apropriação do projeto pela corporação profissional, ou seja, a negação da existência de uma cultura plural e histórica de posicionamentos, divergências, discussões e confrontos de ideias existentes, no interior da profissão. Essa hipótese trata-se, na verdade, da constatação dos acirrados questionamentos e divergências feitas por alguns segmentos

profissionais, apoiados inclusive por outras categorias, que entendem esta homogeneização como uma imposição verticalizada dos grupos representantes das instâncias deliberativas e organizativas da profissão. O risco dessa tendência, segundo a autora, seria a legitimação tanto do autoritarismo quanto do dogmatismo profissional.

A partir destas hipóteses, a autora levanta algumas possibilidades de relação do assistente social com o projeto ético-político. Essa relação tenderia à formalidade devido ao entendimento da compulsoriedade em referenciar a prática pelo que está posto no código de ética e na lei de regulamentação profissional, ou, a uma relação de caráter político-estratégico mediante a compreensão de que os termos dessa normativa profissional carregam em si a condição de instrumentalidade que pode amparar o empreendimento de escolhas e atitudes ético-políticas direcionados a uma nova ordem social.

O projeto ou projetos devem ser compreendidos como construções coletivas que permitem a produção de determinadas direcionalidade profissional que envolve valores, compromissos sociais e princípios que poderão ser efetivados satisfatoriamente a partir de uma permanente discussão e aceitação das diversas possibilidades de atuação e intervenção pelos profissionais da mesma categoria profissional.

4. A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Conforme apresentado anteriormente, os projetos profissionais não possuem uma relação efetiva entre aquilo que se projeta e o que efetivamente se realiza, ou nas palavras de Teixeira & Braz (2009), na há uma relação *identitária* entre consciência e ação, entre sujeito e objeto. A realidade apresentaria elementos distintos e incontroláveis, do plano subjetivo idealizado e intencional, onde não seria possível aos

profissionais, controlar todos os aspectos que se apresentam nesta realidade nem alterá-los apenas por um ato de vontade e intenção.

O cenário atual do trabalho caracteriza-se, segundo Antunes (2007), por um movimento analogicamente “pendular”, onde por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito e por outro lado, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho. Vem ocorrendo uma fragmentação e diminuição acentuada do trabalho contratado e regulamentado, surgindo novas formas de organização do trabalho, a exemplo das cooperativas, trabalho voluntário, trabalho terceirizado, sub-contratação, dentre outros. Os desdobramentos desta crise recaem também sobre os assistentes sociais, haja vista a predominância da condição assalariada destes profissionais ainda que regulamentados como profissionais liberais.

Freidson(1998) argumenta que apesar da condição assalariada é possível aos profissionais permanecerem com autonomia profissional. Esta condição não conduz necessariamente à perda da autonomia técnica, embora implique perda de controle sobre as condições de trabalho. Trata-se, segundo o autor, de um paradoxo onde os profissionais assalariados são simultaneamente dependentes e autônomos, permanecendo com controle do processo, mas dentro de circunstância que eles não controlam.

Diniz (2001) complementa esta ideia afirmando que a condição assalariada pode gerar uma perda de sentido ético do trabalho, dos valores sobre os quais o profissional deveria “servir”. Entretanto, a autora segue argumentando, que as profissões que já surgiram assalariadas, não podem ser atribuídas perdas, uma vez que nunca tiveram, efetivamente, o controle das políticas organizacionais.

O que se observa nas análises acima é que tanto as condições de trabalho quanto as relações sociais nas quais se inscreve o assistente social, estão mediadas por um

conjunto de fatores que interferem no processo de trabalho, nos resultados individuais e coletivamente projetados, podendo se constituir como importantes elementos no processo de configuração da subjetividade destes profissionais.

Pesquisa realizada no ano de 2004 pelo Conselho Federal de Serviço Social, com o objetivo de conhecer o perfil dos assistentes sociais, demonstrou maior prevalência de profissionais do sexo feminino, com faixa etária entre 35 a 44 anos, religião católica, autodeclaradas brancas, heterossexuais, casadas e sem filhos. O maior empregador são as instituições públicas municipais, com vínculo empregatício regido pela CLT, carga horária prevalente de 40 horas semanais e faixa salarial entre quatro e seis salários mínimos. Mais de 50% dos profissionais entrevistados possuía apenas a graduação.

O resultado dessa pesquisa ratifica, portanto, a representação da profissão para a sociedade, cuja visão encontra-se predominantemente associada às mulheres, historicamente associada à existência de sentimentos fraternos e amorosos além de uma preparação “inata” para compreender, ajudar e servir qualquer segmento em vulnerabilidade (crianças, idosos, enfermos, indigentes etc.). Dessa forma, não se torna surpresa que os usuários, empregadores e inclusive os próprios profissionais ainda detenham uma representação da profissão associada ao profissional de ajuda, obstaculizando assim os movimentos de ruptura com as bases caritativas da profissão.

Os resultados da pesquisa do Conselho Federal, apontaram também para condições de trabalho e salariais precárias, caracterizadas por baixos salários, vínculos trabalhistas fragilizados e flexibilização dos direitos trabalhistas. Estas precárias condições de trabalho podem estar refletindo no processo de formação continuada dos assistentes sociais, haja vista o baixo percentual de profissionais que deram continuidade ao seu processo de formação – pouco mais de 30% dos entrevistados.

Vasconcelos (2002) em seu livro - A Prática do Serviço Social – afirma que um dos grandes conflitos enfrentados pelos assistentes sociais, na atualidade, tem sido trabalhar demandas, pleitos, exigências imediatas – dor, sofrimento, escassez, iminência de morte, da perda, da falta de condições de trabalho – sem perder a perspectiva de médio e longo prazo. Os profissionais lidam com as demandas imediatas sem a clareza que estas não incidem nas questões macro estruturais. Percentual significativo de assistentes sociais entrevistados neste estudo expressou a intenção de articular seu trabalho aos interesses e necessidades dos usuários sem identificar, entretanto, as condições objetivas para sua realização. A forma como os assistentes sociais organizavam o atendimento às demandas dirigidas ao Serviço Social encontra-se diretamente relacionada à forma como as instituições se organizavam para atender os usuários.

As ações desenvolvidas pelos profissionais não apresentaram fundamentação teórico/técnica que possibilitasse desvelar as questões estruturais originárias das necessidades dos usuários. Em linhas gerais, as ações descritas compreendiam: apoio social, triagem e relatório social; encaminhamentos para acesso a serviços internos e externos à unidade; orientações sociais, orientações previdenciárias, visitas domiciliares e mediação de conflitos; definição de elegibilidade para inserção em programas e projetos da unidade; desenvolvimento de grupos de família, grupos educativos e palestras; atividades de assessoria além do controle da participação popular nos programas/projetos.

Sem entender os mecanismos que produzem e/ou reproduzem a questão social, estes profissionais estariam impossibilitados de apreendê-la em sua complexidade, restringindo-se independente da área de atuação – a uma prática direcionada a minimização dos transtornos, pendências, disputas, conflitos e/ou imprevistos causados

pela exploração e pela condição humana- o sofrimento, a dor, o desespero, a fome, a violência, o abandono.

Essa “prática minimalista” foi atribuída por Montanõ (2009) a pouca disponibilização de tempo para realização das tarefas; insuficiência de recursos financeiros, materiais, infra-estruturais e humanos; relações de poder verticalizadas; promoção de ações verticalizadas; ausência de definição das atribuições do Serviço Social; insuficiência de articulação intersetorial; dificuldades em favorecer o protagonismo social e político dos usuários; ausência de canais de participação para os usuários.

Ainda que o assistente social tenha um papel reconhecidamente importante nestes momentos de sofrimento, de dor, desespero etc., só será possível atingir a dimensão social proposta pelo projeto profissional, ao articulá-la com outras ações que, envolvendo ou não diretamente os usuários, atinjam as causas daquele sofrimento, tais como a reorientação da política e dos programas na direção dos interesses e necessidades da clientela a exemplo da modificação da rotina e qualidade dos serviços prestados; denúncia da falta de serviços e recursos etc. (Montañõ, 2009, p. 433).

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – vem elaborando documentos normativos⁸ que buscam parametrizar a atuação dos assistentes sociais em determinadas áreas de atuação, visando ampliar a efetividade das práticas comumente desenvolvidas, através da apresentação detalhada de um repertório de ações e dos principais instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

Faz-se necessário, entretanto, uma discussão ampliada e continuada sobre as possibilidades e entraves para efetivação dessa nova prática, nos diversos cenários de intervenção profissional, para não incorreremos no risco de transformar este documento normativo numa cartilha de boas intenções, sem a efetividade desejada e necessária,

além de atribuir ao Conselho uma função que deveria ser compartilhada com os órgãos de formação profissional.

4.1 ANÁLISE DE UMA PRÁTICA CONTRA - HEGEMÔNICA: O SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO

Antes de iniciar esta seção, faz-se necessário situar o leitor nos pressupostos que influenciaram a opção de incluir este tema na dissertação. Acompanhando as discussões referentes à profissão nos boletins informativos do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), além das publicações científicas recentes, constatei os acirrados debates sobre a legitimidade da prática clínica desenvolvida por assistentes sociais que atrelam esta atividade como atribuição profissional.

Chamou-me atenção a maneira rápida e sintética como as discussões foram conduzidas pelo Conselho Regional, que contribuiu para decisão do Conselho Federal posicionar-se contrário a esta prática no Brasil. O CFESS sistematizou o resultado das reuniões realizadas em sete conselhos regionais (do total de vinte e cinco) levantando o objeto, objetivo, fundamentação teórica, instrumentos e procedimentos utilizados pelos assistentes sociais clínicos em sua prática. A partir desses dados e de outras fundamentações teóricas, o CFESS publicou o texto - Práticas Terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para o aprofundamento do estudo – considerando as práticas terapêuticas uma atividade de natureza conservadora, vinculada a projetos societários distintos e antagônicos ao projeto ético político profissional (CFESS, 2009, p.14).

A prática clínica não é uma atividade recente no Serviço Social. Dessa forma, nos propusemos situá-la historicamente para compreender sua variação e importância ao longo da história da profissão no Brasil.

Nos anos 50 do século passado, o Serviço Social, influenciado pela corrente norte-americana, adotou três metodologias de trabalho denominadas: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. O Serviço Social de Caso, baseado no método americano denominado *Clinical Social Work*, tinha como principal referência às obras de Mary Richmond e Gordon Hamilton (primeiros assistentes sociais a publicarem trabalhos científicos). Estes autores, guardada suas especificidades, propuseram uma metodologia de intervenção baseada no atendimento individualizado, por acreditar que este método se mostrava o mais eficaz para ajudar os indivíduos a compreenderem suas relações sociais, cabendo ao profissional, atuar como “conselheiro” ou “terapeuta”, ajudando-os a encontrar novas perspectivas e direções para seus problemas.

O aconselhamento ou terapia, não poderia apresentar viés paternalista e os profissionais deveriam evitar intervenções que não tivessem participação ativa do cliente. Este método, segundo os autores descritos, impelia o profissional a compreender tanto a estrutura e dinâmica da personalidade dos sujeitos, quanto à utilização do ambiente ou contexto social, em prol dos problemas apresentados pelos sujeitos (Hamilton, 1987).

O assistente social deveria utilizar os conhecimentos destes fatores psicológicos para estimular os clientes a tomarem decisões construtivas, ajudando-os a assumir responsabilidades individuais, com sua família e com a comunidade. As decisões construtivas os ajudariam a suportar as dificuldades e pressões com menos dispêndio de

energia, a modificar hábitos de excessiva autocrítica e sentimento de frustração, evitando assim, manifestações menos agressivas e ansiogênicas.

Leite (1982) difundiu um modelo operacional de intervenção denominado “Solução de Problema”. Este modelo baseava-se na utilização de três variáveis: Estratégia - onde eram realizados estudos e avaliada a situação onde o assistente social intervinha; Alvo (target’s) – compreendia a unidade recebedora do serviço profissional - Intervenção – apresentava a “solução” para os problemas.

Esse método de trabalho foi alvo de duras críticas por autores latino-americanos por considerá-la uma metodologia particularista, sem a capacidade de fornecer uma visão global da sociedade, não transcendia a aparência e limitava-se a atuar nas disfunções sociais, visando o ajustamento e superação dos conflitos, limitando-se nas palavras da autora, em uma *função operativa do sujeito*.

Com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, conforme visto anteriormente, ocorre uma recusa e crítica às teorias psicológicas utilizadas para explicar as relações sociais, ao tempo que ocorre uma aproximação com a teoria marxista, pela maioria dos profissionais. Entretanto, ainda que a profissão tenha conquistado uma nova direção hegemônica, o atendimento individualizado, ou Serviço Social de Casos, nunca deixou de existir, legitimamente, no interior da profissão. Conforme citação de Netto (2001), o projeto ético político não se constitui o único projeto profissional, haja vista pluralidade de pensamentos, adesões teóricas e metodológicas distintas, não se constituindo com isso, numa transgressão profissional (p.12).

A reatualização da proposta metodológica do Serviço Social de Casos, ora denominada, Serviço Social Clínico, tem como base teórica a terapia familiar, o psicodrama, bioenergética, psicanálise e outras fontes de conhecimentos com base

existencial-humanista. Os escassos materiais produzidos por estes profissionais permanecem influenciados pelo modelo americano, que disponibiliza aos assistentes sociais, a possibilidade de exercerem a clínica psicoterápica, seja em instituições ou consultórios, desde que possuam formação terapêutica específica.

A partir de informações levantadas no principal *sitede* discussões sobre a prática clínica do Serviço Social no Brasil, os profissionais participantes desse grupo, encontram-se atuando em instituições públicas e privadas (utilizando a prática terapêutica como um dos instrumentos de leitura e intervenção profissional), pesquisa e docência e atendimento em consultórios clínicos.

É esta modalidade de intervenção que vem suscitando no interior da profissão, desde o final dos anos noventa (mas com considerável vigor a partir de 2008), questionamentos e divergências entre os órgãos deliberativos da profissão, culminando em 2010, com a Resolução no. 569/2010, precedido dos pareceres jurídicos no. 11/2009 e 16/2008, expedidos pelo CFESS (<http://www.cfess.org.br>), vedando a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

O CFESS argumenta que a prática terapêutica não constitui uma atribuição do assistente social, diverge da direção social estratégica assumida pela profissão e não contribui com os princípios do projeto ético político. O Conselho considera que o referencial teórico-analítico e técnico-operativo relatado pelos profissionais, leva ao exercício de práticas referenciadas em estudos e especializações distantes do processo de formação e das diretrizes curriculares do Serviço Social. Esta abordagem fragmentaria a questão social, abstraindo seu conteúdo político, transformando-a em problemáticas particulares e reatualizando as origens conservadoras do Serviço Social. Rodrigues (como citado em CFESS, 2010) argumenta que as demandas

profissionais, definidas a partir do projeto ético político, não ecoam no Serviço Social Clínico, além destes profissionais estarem voltados para questões de ordem micro.

Os assistentes sociais clínicos, por sua vez, argumentam que a prática terapêutica não é uma atividade exclusiva de uma única profissão e que uma abordagem clínica não implicaria necessariamente numa perspectiva adaptativa e conservadora. Ao contrário, afirmam que a prática clínica privilegia a escuta para uma melhor intervenção profissional, mobiliza recursos e contribui para que os sujeitos sejam capazes de exercer a crítica, reivindicar seus direitos e protagonizar mudanças em suas vidas, tal como sinaliza uma das participantes da pesquisa:

Como seria possível, na face da terra, nós assistentes sociais, oferecermos os nossos cuidados a [...] população, se não tivéssemos os conhecimentos obtidos através de uma formação clínica extensa? Eu lhe digo que seria impossível oferecer um trabalho de qualidade. Na melhor das hipóteses um trabalho improvisado e superficial.

A Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS- reconhece que a profissão utiliza-se de uma variedade de habilidades, técnicas e atividades em consonância com seu aspecto plural e multifacetário. Afirma ainda que o Serviço Social intervêm abrangendo a pessoa em seus aspectos psicossociais utilizando-se do aconselhamento, do Serviço Social Clínico e do tratamento familiar e terapêutico.

O objeto de intervenção da prática terapêutica consiste na ação com indivíduos, grupos, famílias em situações de crise, sofrimento psicossocial, risco pessoal e/ou social, visando à reintegração social. A prática profissional, segundo Teixeira (como citado em CFESS, 2010) estaria voltada para

O atendimento de indivíduos, grupos, famílias que, por diversas razões, não tiveram suas necessidades atendidas, sofrem psicologicamente e vivem em situações concretas de exclusão e abandono. São constantemente solicitados para intervir nos conflitos familiares, nos conflitos comunitários e interpessoais, em situações que envolvem crianças e adolescentes desprotegidos ou desfavorecidos. Também atuam nas questões de dependência química, de abuso sexual, de violência doméstica, nos campos da saúde, da educação, da reabilitação, no campo sócio jurídico, empresas e tantos outros.

Essas práticas, segundo Faleiros (2009) estariam constituídas como alternativa ao apoio e emponderamento das pessoas na conquista de seus direitos. A sua negação é a negação do próprio sujeito, além da constituição de um estruturalismo estéril. O autor segue afirmando que seria possível o exercício da terapia e da clínica, não só em articulação com a política, mas como uma política de fortalecimento do usuário no exercício de seus direitos, uma alternativa de orientação social de acordo com a Lei de Regulamentação Profissional.

O trabalho terapêutico constitui-se assim, num espaço de ressignificação, comunicação contextualizada e rearticulação entre profissional e usuário nos diferentes contextos de atuação, não havendo com isso a psicologização das relações sociais. A relação entre profissional e usuário se constituiria num processo de apoio estabelecido a partir de um contrato e numa dinâmica que promovesse a autonomia, o autodesenvolvimento, a defesa e exercício de direitos, constituindo-se, para o autor, numa atitude política ao promover aos indivíduos a possibilidade de questionarem sua constituição individual e social.

Por último, Faleiros (2009) apoia-se numa prerrogativa, já discutida nesta seção, que é a existência legítima de múltiplas orientações teórico metodológicas das profissões. Esta diversidade deve ocasionar debates, divergências, disputas de orientações, mas não sua anulação, sem antes utilizar-se de critérios que possam avaliar a sua efetividade e reais contribuições para o arsenal teórico interventivo da profissão.

Os órgãos gestores da profissão, ao restringir um campo de conhecimento para o Serviço Social, podem estar incorrendo num cerceamento das possibilidades de ampliação profissional, tanto em mercado de trabalho quanto em apropriação teórica metodológica, capaz de atender a pluralidade de aspectos que envolvem os sujeitos em suas relações sociais e aos diversos campos de atuação do assistente social em sua prática cotidiana. Por sua vez, percebe-se uma fragilidade teórica, científica e

argumentativa dos profissionais ligados ao Serviço Social Clínico, em relação às contribuições deste campo do saber interventivo para o desenvolvimento profissional.

Entretanto, à guisa de toda discussão sobre as práticas terapêuticas, o que se tem operativamente é a Resolução no. 569, publicada em 25 de março de 2010, proibindo esta prática atrelada ao título e/ou exercício profissional do assistente social. Estes profissionais deverão processar as modificações necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta dias), sob pena de aplicação de medidas cabíveis e responsabilidades disciplinares.

Portanto, a inclusão desta seção em nosso estudo, justifica-se pela especificidade do tensionamento vivenciado e as repercussões subjetivas configuradas nestes sujeitos, não apenas provocada pelas contradições existentes entre o discurso do projeto ético político e as sujeições da prática, mas também pela própria profissão que não considera esta prática legítima ao projeto ético político, ainda que seus representantes afirmem o contrário.

5. A TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Abordar o tema subjetividade na atualidade pressupõe um convite à subversão do seu significado e limites de compreensão circunscritos até então, pelas ciências humanas e pelo senso comum. Quando se questiona o significado do termo ou recorre-se aos dicionários e enciclopédias é frequente encontrarmos uma polissemia que tende a incorrer em compreensões divergentes e algumas vezes limitantes em sua capacidade explicativa sobre as práticas humanas socialmente construídas. As definições comumente encontradas se referem a: “íntimo”, “pessoal”, “o que não se acessa”, “interior”, “o que não é objetivo” ou ainda “é muito subjetivo para ser explicado”.

Conforme análise de Figueiredo & Santi (2003), a subjetividade foi compreendida inicialmente como as experiências individuais sentidas e vividas como únicas e originais, quase incomunicáveis e inacessíveis a outras experiências. O seu estudo encontrava-se relacionada a questões filosóficas referentes à busca da origem dos seres, da existência, dos desejos, experiências, sentimentos, valores, sendo denominada por estes autores de *subjetividade privatizada* e refletia a visão predominante do pensamento liberal vigente no final do século XVIII.

Inicialmente legitimada pelo campo filosófico, a subjetividade privatizada demarcava uma distinção entre os processos íntimos da alma (relacionados à essência do eu, à interioridade do pensamento) e os processos do corpo (sujeitos às mesmas leis físicas e orgânicas). No Discurso do Método, René Descartes (2010) ao descrever “... *esse eu, ou seja, a alma, por causa da qual sou o que sou, é completamente distinta do corpo e, também, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é.*” (Descartes, 2009, p.20) supõe um modelo de condução do pensamento humano baseado nas ciências exatas, buscando a ausência de dúvidas e uma autoridade da razão que só poderia ser atingida, segundo o autor abstraindo-se a “distração” dos sentidos, havendo assim uma distinção paradigmática e epistemológica entre objetividade e subjetividade.

A crença na existência de um polo objetivo e um polo subjetivo, de um mundo interno e um mundo externo produz uma percepção dos sujeitos reconhecidos como seres únicos, singulares e individualizados sem relação, contudo, com o mundo real e objetivo, levando à compreensão destes sujeitos a partir de aspectos dicotômicos e muitas vezes incomunicáveis entre objetividade/subjetividade, corpo/mente, razão/emoção, indivíduo/ sociedade, inclusão/exclusão.

A Psicologia surge como ciência nesse período, mais precisamente em 1875, por Wilhelm Wundt (um dos seus principais fundadores) marcada por um cenário positivista e dicotômico. Este autor não considerava possível acessar os processos complexos do pensamento humano, nem seus aspectos sociais, pelos métodos experimentais vigentes. Para acessá-los Wundt propôs a divisão do conhecimento em Psicologia denominado *Volkerpsychologie* ou Psicologia Social. Neste ramo do conhecimento poderiam ser estudados os produtos mentais criados pelas comunidades tais como a religião, a linguagem, os mitos etc. (Rey, 2005, p.2).

Entretanto, nem Wundt nem seus seguidores se dedicaram ao desenvolvimento deste ramo da Psicologia, pois além de estarem fortemente influenciados pelas ciências naturais buscando evidências empíricas para os temas da Psicologia tradicional, apresentaram como principais preocupações a compreensão da consciência como um instrumento de adaptação a realidade, a busca da utilidade do conhecimento em relação às suas aplicações práticas e à consolidação da Psicologia como profissão. (idem, p. 4).

Paralelo ao desenvolvimento da Psicologia, um movimento de reação contrária ao “caráter ilusório” da subjetividade privatizada, fora incentivada pelos grandes pensadores da época. A concepção de subjetividade, movida pelo pensamento naturalista e positivista, incentivava o desenvolvimento de ações controladoras e previsíveis do comportamento humano além de servir como suporte, ordenamento e regulação social. Uma significativa contribuição a estes questionamentos pode ser encontrada nos estudos desenvolvidos pelo pensador russo Lev Semenovitch Vygotsky e seus principais seguidores – Alexander Luria e Alexei Nikolaevich Leontiev.

⁹Termo desenvolvido por Pimon (2000), para afirmar a existência um regime disciplinar disfarçado, presente em todas as esferas da vida, segundo o autor, facilmente observado nas instituições governamentais, nas relações trabalhistas, familiares e do conhecimento com forte necessidade de obter-se o domínio sobre a subjetividade do homem.” Mais detalhes em Figueiredo L.C., & Santi, P.L.R. (2003).

Eles apresentavam fortes críticas às posições reducionistas sobre a compreensão da vida consciente, o incentivo à produção de uma psicologia dialética, uma correlação entre fenômeno subjetivo e fenômeno objetivo, além de afirmarem que o sujeito poderia ser melhor compreendido a partir de seu contexto cultural.

Vygotsky e seguidores buscaram explicar como o psiquismo se constituiria na relação dialética com a natureza e como esta interação [homem/natureza], ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma também o próprio homem. Para isso, propuseram a ultrapassagem dos limites da compreensão biológica buscando a compreensão histórica e social dos homens, compreendendo a subjetividade como um campo socialmente construído, expresso nos diversos planos sobre os quais os sujeitos encontram-se inseridos.

Importantes contribuições sobre o questionamento da concepção paradigmática entre subjetividade e objetividade advieram de outras correntes de pensamento da Filosofia e Sociologia, sobre as quais discorreremos sinteticamente, a partir de uma análise feita por Hernandez (2005). Segundo este autor, na corrente existencialista, destacaram-se os trabalhos de Heidegger e Sartre que enfatizavam a importância do cotidiano e das vivências existenciais como elementos de sentido para a vida dos homens.

Husserl, Schutz e Weber, representantes da corrente fenomenológica, consideravam a importância dos aspectos sociais no processo de formação da consciência e da falácia do conhecimento e teorias construídas sem que estas estivessem ancoradas na experiência dos sujeitos.

A Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckman propunha uma análise da construção social a partir da apreensão da vida cotidiana dos sujeitos considerando a objetivação, institucionalização e legitimação desta realidade, que levaria a existência

de um conhecimento comum. A Filosofia da Linguagem de Wittgenstein apresentou a ideia das imagens mentais privadas, ou seja, um termo ou proposição isolado de um contexto ou de seu uso específico nada significariam na realidade. Do Pós-Estruturalismo de Foucault tem-se a ênfase nos discursos sociais e nas relações de poder e governabilidade como formas de subjetivação (Hernandez, 2005).

Vale ressaltar que estas correntes apresentaram, segundo Hernandez (2005), alguns excessos de ênfases e polarizações subjetivistas, mas sem comprometer sua inegável importância para o desenvolvimento do tema subjetividade, tal como se apresenta na atualidade. Entretanto, esta breve retrospectiva epistemológica não estaria completa sem as importantes contribuições advindas das reflexões de Karl Marx sobre a constituição social dos indivíduos. Na obra intitulada *Manuscrito Econômico-Filosófico*¹⁰, Marx (2004) adverte que a relação entre os indivíduos e a sociedade deve ser pensada como uma relação entre o especial (particular) e o geral, onde o indivíduo é também ao mesmo tempo, um ser particular e uma totalidade. Ainda neste trabalho, Marx afirma que todos os órgãos de sua individualidade, bem como a forma de se relacionar com o mundo (ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, desejar, atuar, amar) assim como os sentidos espirituais ou práticas (amar, atuar etc.) são imediatamente coletivos.

No manuscrito – *Teses sobre Feuerbach* - Marx (1982) destaca que a essência humana se constitui pelo conjunto das relações sociais mantidas, onde se tenta não somente interpretar o mundo, mas também transformá-lo através da prática social, o que demonstraria uma preocupação do autor em articular a subjetividade e a prática pelo comportamento e pela expressão do indivíduo em uma dada situação social concreta.

10. Trabalho escrito por Karl Marx em 1844, mas publicado apenas na década de 30 do século XX. Mais informações ver Ranieri, J. Boitempo Editorial.

O intenso trabalho intelectual de Marx bem com sua atuação prática na cena política, em busca da transformação da sociedade, foi extraído dos acontecimentos econômicos, políticos e históricos e ideológicos da época, formando - segundo analistas da obra de Marx - uma unidade de análise, sem a qual a compreensão da sociedade estaria incompleta.

Segundo Bock, Gonçalves & Furtado (2009) as contribuições de Marx neste período representaram uma contraposição à visão liberal vigente. Evidenciava a necessidade de compreendermos os sujeitos como sujeitos ativos e envolvidos na construção de si mesmo e do mundo, negando a concepção de uma natureza humana pronta, imutável, resultado do exterior e independente deste.

As repercussões da perspectiva marxista de análise da sociedade possibilitaram à Psicologia Social a compreensão do sujeito e da subjetividade como produções históricas na relação dialética destes com sua realidade. Nessa perspectiva, os sujeitos seriam definidos a partir de sua ação concreta e de suas ideias, inseridas em um contexto social num dado momento histórico, tornando-o determinado, mas também determinante. Esta relação dialética, entretanto, não ocorre de forma linear nem harmônica, ao contrário, a ação do homem em sociedade ocorre por meio de movimentos contraditórios, antagônicos e conflituosos.

Outra importante definição sobre subjetividade é apresentada por Bock *et al.* (2009). A subjetividade estaria definida como um processo individual que congrega as experiências dos indivíduos e da sociedade, sendo ao mesmo tempo, consequência e condição dessas experiências. Em outra análise, a autora afirma que a dimensão subjetiva tratar-se-ia de uma configuração dos sujeitos a partir de suas experiências no mundo social e da dimensão dos registros simbólicos e emocionais que o sujeito vai construindo no decorrer de suas vivências. Explica que nestes registros estaria presente

capacidade biológica dos seres humanos, mas a “matéria prima” para estes registros estariam presentes nas relações sociais, nas atividades humanas e na cultura.

As experiências humanas para Bock *et al.* (2009) constituem toda atividade realizada socialmente pelos homens, como forma de atender suas necessidades, produzindo assim sua própria existência. As experiências concretas de atividade dos homens implicam necessariamente a produção de ideias e representações sobre elas, as quais refletem sua vida real nas ações e relações.

Bernardes (2007) apresenta a subjetividade como síntese singular e individual, resultante das vivências e experiências da vida social e cultural, sendo que esta síntese, por um lado identifica as pessoas na sua singularidade e por outro lado, as iguala, na medida em que seus elementos constituintes são comumente experienciados no campo da objetividade social. Nesta perspectiva, a subjetividade compreenderia o conjunto de ideias, significados e emoções construídos internamente pelos sujeitos a partir de suas relações sociais e vivências, além da constituição biológica e das manifestações afetivas e comportamentais.

As concepções atuais de subjetividade redimensionam a importância dos aspectos sociais e coletivos para constituição dos sujeitos, aspectos estes que são construídos a partir da realidade social significada e expressos através dos significados, emoções, ideias, discursos etc. necessitando, na visão de Bock *et al.* (2009), serem constantemente compreendidos, analisados e criticados, visando desvelar aspectos ideológicos que mascaram as relações sociais de dominação, desigualdade e manutenção do *status quo*.

Fala-se da mãe e do pai sem falar da família como instituição social marcada historicamente pela apropriação dos sujeitos, fala-se da sexualidade sem falar da tradição judaico-cristã de repressão à sexualidade; fala-se de identidade das mulheres sem se falar das características machistas de nossa cultura; fala-se do corpo sem inseri-lo na cultura, fala-se de habilidade e aptidões de um sujeito sem se falar das suas reais possibilidades de acesso à cultura; fala-se do homem

sem falar do trabalho, fala-se do psicológico sem falar do cultural e do social. Não se fale nada. Faz-se ideologia! (p.25)

Esses aspectos ideológicos apresentariam raízes profundas na sociedade e na constituição dos sujeitos, metamorfoseando-se nos discursos, nos atos, nas regras institucionais, nos valores sociais, nas condutas econômicas e aspectos culturais impedindo questionamentos e favorecendo sua legitimação.

A compreensão sobre estas formas de dominação social, sustentada na legitimação de consensos sociais opacos, articulados e direcionados a um *modus operandis* específico, foi também objeto de interesse e estudo do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2009). Ao desenvolver o conceito de *habitus* autor retira a centralidade das questões econômicas para explicar as desigualdades sociais e propor a concepção de uma nova perspectiva crítica da sociedade que ajude a compreender os complexos mecanismos de dominação e legitimação dessas desigualdades.

O *habitus*, desenvolvido inicialmente por Aristóteles, era conhecido na Grécia como *hexis*. Traduzido posteriormente em latim para *habitus*, compreende um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, que produz um esquema de condutas e comportamentos que passa a gerar práticas individuais e coletivas. Segundo Bourdieu (2009, p.90) o *habitus*, constitui-se num sistema de disposições e estruturas duráveis e transponíveis, princípio gerador e organizador das práticas individuais e coletivas, de acordo com os esquemas engendrados pelos grupos dominantes, onde cada experiência ao ser depositada em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tende a formar-se de forma mais segura que todas as regras formais e todas as normas explícitas, garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo.

Bourdieu (2009) afirma que a dinâmica de produção simbólica na vida dos sujeitos não ocorre arbitrariamente. Ao contrário, estas produções seriam provenientes

desse sistema dominante e legitimador das preferências, estilos, formas de ser, pensar e atuar, que se incorporariam nos sujeitos de uma forma tão sedimentada, complexa e mascarada que o processo de dominação e opressão tende a se tornar legítimo e aceito por estes. Enquanto produto da ação dominante do sistema, o *habitus* permitiria a produção “livre” de todos os pensamentos, de todas as percepções e todas as ações inscritas, entretanto, nos limites inerentes às condições particulares de sua produção. Isso porque o *habitus* possuiria uma capacidade infinita de engendrar uma liberdade controlada, condicional e condicionada aos produtos, pensamentos, percepções, expressões, ações, que se encerram nos limites impostos pelas condições historicamente e socialmente situadas.

A noção de *habitus* permite desvelar a força das construções ideológicas presentes na sociedade, os processos de constituição dos sujeitos baseada na naturalização e banalização das desigualdades, reproduzidas e aceitas pelos próprios sujeitos e os mecanismos utilizados para legitimá-las como boa e justa. Em outras palavras, compreender a “persuasão invisível” enquanto produto de uma pedagogia implícita que atua sutilmente nos detalhes cotidianos considerados de menor importância (andar, vestir, falar, consumir etc.) que vai se inscrevendo e naturalizando, de forma imperceptível e inconsciente, toda uma estrutura social.

Estudar a subjetividade na atualidade é buscar compreender a complexa produção dos modos de ser e estar no mundo pelos sujeitos a partir dos diversos aspectos presentes nas relações culturais, políticas, econômicas, sociais e históricas. Buscando ampliar a compreensão sobre a constituição destes modos de ser e estar no mundo pelos sujeitos, o psicológico social cubano González Rey, vem desenvolvendo importante concepção epistemológica sobre a teoria da subjetividade na

atualidade, conciliando a histórica compreensão dicotômica existente entre objetividade e subjetividade.

5.1. A TEORIA DA SUBJETIVIDADE EM GONZALEZ REY

González Rey (2005a) iniciou suas investigações científicas através de estudos sobre a personalidade e motivação humana. Influenciado pelos conflitos e contradições vivenciados no contexto social, econômico e político de Cuba – cujo sistema socialista tenderia, na visão do autor, negligenciar as necessidades individuais dos sujeitos – Rey direcionou seus estudos para o tema da subjetividade desenvolvendo inicialmente as categorias de sujeito e subjetividade apresentando-as como “categorias subversivas”, por acreditar, dentre outros motivos, que elas legitimariam o espaço e tensão da diferença, reconhecendo assim o direito a posicionamentos distintos dos sujeitos.

Baseando-se nos trabalhos desenvolvidos por Vygotsky, Rey (2005a) buscou explicar a complementariedade entre o cognitivo, o afetivo, o social e o individual, distanciando-se teórica, epistemológica e metodologicamente das explicações propostas tradicionalmente pelas ciências humanas para compreensão da psique humana. No desenvolvimento da teoria, surge em Rey (Martinez, 2005) a necessidade de elaborar uma nova perspectiva epistemológica e metodológica de produção de conhecimento da subjetividade, resgatando a centralidade dos sujeitos, a construção do conhecimento de forma interativa entre pesquisador e sujeitos além de uma perspectiva construtivo-interpretativo do saber, guiado pelas categorias de configuração subjetiva, subjetividade individual, subjetividade social e sentido subjetivo.

A categoria sentido subjetivo, considerada central para Rey (2005a), por representar a forma essencial dos processos de subjetivação, compreende as unidades de aspectos simbólicos e emocionais, associadas às diferentes esferas e momentos da vida dos sujeitos, responsável pela versatilidade de expressões no nível psíquico destes. O

sentido subjetivo permite uma complexa representação da subjetividade por tratar-se de uma categoria em constante processualidade, que se desloca de múltiplas formas, não previsíveis, nem controláveis na subjetividade individual, afastando assim os reducionismos, as regras universais e a invariabilidade das ações. A compreensão do sentido subjetivo permite aproximar de elementos constitutivos da história dos sujeitos e dos diferentes cenários que compõem sua vida, num determinado momento histórico e contexto social.

Rey(2005a) segue afirmando que toda produção de sentidos subjetivos resulta da tensão entre os sentidos surgidos no momento de uma experiência vivenciada pelos sujeitos e os sentidos que antecederam esse momento. Ressalta, entretanto, que durante seu desenvolvimento, o sentido subjetivo torna-se relativamente independente dos processos simbólicos e emocionais originários, configurando-se e reconfigurando-se em inúmeras formas, desconhecidas ou irreconhecíveis, tanto para o sujeito como as pessoas que estão em seu ciclo de convivência.

O sentido subjetivo, responsável pelos múltiplos deslocamentos na organização da subjetividade individual, não possui uma racionalidade inerente, não segue padronizações, reducionismos, nem pressupõe uma lógica comportamental. Dessa forma Rey (2005a, p. 40) afirma que um *mesmo sentido* subjetivo pode ser, de forma simultânea, parte de diferentes configurações e estar associado à produção de novos sentidos em cada uma delas, em um processo que sempre escapa à consciência dos sujeitos.

Com o avanço da teoria, Rey (2005a) desenvolve a categoria configuração, inicialmente de uma maneira intuitiva (conforme assinalado pelo mesmo) constituindo-se em unidades representativas das sínteses das histórias individuais, que por sua vez contém elementos das histórias coletivas, a partir da qual a subjetividade se organiza.

Posteriormente amplia o entendimento, definindo-a como uma categoria que apresenta um caráter sistêmico que permite a compreensão das diferentes expressões do sujeito, em qualquer atividade, resultante da *manifestação da subjetividade individual, que, por sua vez, tomará formas diferentes em dependência do contexto da subjetividade social na qual a atividade do sujeito ocorre* (2005a p.41).

As configurações subjetivas compreenderiam um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiências sociais e individuais, além de serem consideradas pelo teórico como as responsáveis pelas “formas de organização da subjetividade como sistema”. Dessa forma as configurações subjetivas representam uma unidade dinâmica sobre a qual estão definidos os inúmeros e multiformes sentidos subjetivos, construídos a partir das experiências vivenciadas por cada pessoa.

Para Rey (2005a) os sujeitos ao desenvolverem diferentes tipos de atividades, constroem uma forma única e particular de produção de sentidos, constituindo, portanto, configurações subjetivas diferenciada em suas expressões particulares. O sujeito constituído por uma concepção dialética e complexa de homem, torna-se o verdadeiro protagonista de sua história, sendo também o responsável pelo próprio processo de subjetivação a partir dos contextos onde se encontra inserido. As ações dos sujeitos não são consequências ou causas de natureza estranha a eles. Ao contrário, *constituem-se parte de um processo que as integra como constituintes e constituídas ao sistema onde elas estão definidas: a subjetividade* (Rey, 2005a, p. 32).

A compreensão de sujeito em Rey apoia-se também nas contribuições de Edgard Morin (2000) ao afirmar ser necessário “transcender a noção de indivíduo para abarcar a noção de sujeito” visando superar a simplicidade do primeiro para dar conta da complexidade do segundo. A compreensão de sujeito, nessa perspectiva e legeria alguns

princípios indispensáveis a seu processo de construção: autonomia, auto referência, intencionalidade, unidade subjetivo-objetiva do sujeito, exclusão (onde o eu é único para cada um) e inclusão (compreendo a capacidade de agregar outros elementos na subjetividade).

Bock (2009) também contribui nesta discussão afirmando que a modernidade, “*ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo e da visão cientificista, contrapõe-se o sujeito social, ativo e histórico do marxismo*”. A autora afirma que na atualidade, convive-se com a existência das duas formas de interpretações do sujeito, tanto na Psicologia quanto no senso comum.

Na visão de Rey (2005a) indivíduo e sociedade são elementos inseparáveis (a partir de uma visão dialética), onde o particular contém em si também o universal. Por isso a subjetividade não pode ser considerada como algo dado que determinaria o curso a priori, das ações humanas. Dessa forma, ele apresenta outras duas dimensões para fundamentar a teoria em curso - a subjetividade individual e social - cuja constituição ocorre simultaneamente, não podendo considerar a existência de uma sem a outra.

A subjetividade social estaria presente nas “crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços de vida dos sujeitos além de estar atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva”. Por sua vez, esses mesmos elementos seriam constitutivos da formação da subjetividade individual, com a diferença que, os processos de sentido nesse nível, estariam constituídos de maneira diferenciada pelos aspectos singulares da história das pessoas concretas. Em outras palavras, Rey (2005a p. 24) define que,

O sujeito individual está inserido, de forma constante, em espaços da subjetividade social, e sua condição de sujeito atualiza-se permanentemente na tensão produzida a partir das contradições entre suas configurações subjetivas individuais e os sentidos subjetivos produzidos em seu trânsito pelas atividades compartilhadas nos diferentes espaços sociais. É neste processo que o conhecimento tem lugar, definindo assim, sua riqueza dinâmica.

Segundo Rey (2005b p. 203) a ação de um indivíduo num determinado contexto social poderá não apresentar repercussões imediatas, mas tende a ser correspondida por reações advindas dos outros integrantes destes espaços impressas pelos processos de subjetivação característicos deste contexto, gerando assim zonas de tensão. Este tensionamento característico da complexidade da organização social e da ação dos sujeitos nestes espaços (ações estas que apresentam elementos de sentido proveniente de outros espaços) podem proporcionar momentos de crescimento social e individual bem como momentos de repressão e constrangimento para ambos.

A subjetividade social permite compreender que os espaços coletivos apresentam uma dimensão simbólica, objetivados através das leis, valores, regras, significados, ideologias, teorias, discursos, ciências. Entretanto, em cada momento histórico, as configurações do mundo subjetivo se apresentarão conforme se configurarem as relações sociais e as formas de produção da vida significadas pelos sujeitos.

Partindo da compreensão que cada sujeito concreto, ao desenvolver diferentes tipos de atividades constrói uma forma única e particular de produção de sentidos, o exercício da prática profissional dos assistentes sociais desenvolvida em um contexto mediado pelos interesses capitalista de um lado, e os interesses do projeto ético político de outro, tendem a produzir sentidos subjetivos distintos entre estes sujeitos, caracterizados (conforme conjecturas e análises feitas a priori), por tensões, angústia, sofrimento, descrença, ou ainda uma adesão ao projeto, motivados pela adesão ideológica, bem como podem existir sentimentos de resiliência ou indiferença.

A partir desta análise buscamos compreender as formas pelas quais as diferentes zonas de experiências sociais e individuais vivenciadas pelos assistentes sociais no

exercício de sua prática, permeada por ideais, valores, crenças, representações e história de vida distinta, instituições de natureza diversas, múltiplas formas de vinculação empregatícia, dentre outros elementos, elaboram sentidos subjetivos distintos, conformando um núcleo dinâmico de organização destes profissionais.

Aos sujeitos que exercem a profissão de Serviço Social se propõe, desde o processo de formação, que sejam críticos, propositivos, culturalmente versados e competentes tecnicamente para decifrar as complexas relações sociais. Para tanto devem, na sua prática, realizar ações sócio educativas nas prestações dos serviços oferecidos, indo além das rotinas institucionais e desenvolvendo projetos de trabalho que promovam a liberdade, autonomia e atendam as necessidades dos usuários.

Entretanto, a elaboração desta proposta de trabalho se encontra comumente associada às características particulares e distintas impressas pelos profissionais na sua prática, aos interesses dos empregadores que tendem a divergir dos interesses profissionais estabelecidos e das reais necessidades da população, gerando um campo de tensão e contradições, desafiando os profissionais cotidianamente na consolidação do sujeito social, ativo e histórico.

5.2.LIMITES E POSSIBILIDADES DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Por tratar-se de uma teoria relativamente nova e em processo de consolidação, não podemos deixar de sinalizar os desafios postos na trajetória e desenvolvimento dos estudos sobre a subjetividade. Em seu estágio atual de desenvolvimento, a teoria da subjetividade, assim como permite responder muitas perguntas, suscita também outras tantas dúvidas e questionamentos entre os estudiosos desta temática.

A primeira questão apontada refere-se à constatação que a teoria da subjetividade apresenta uma complexidade nos aspectos e características que compõem a psique humana. Para apreender estes aspectos e características complexos, faz-se necessário, inicialmente, romper com a visão reducionista, linear e dualista de investigação e produção do conhecimento sobre a subjetividade humana. Esta ruptura, entretanto, nem sempre acontece satisfatoriamente, ainda que os pesquisadores apresentem posicionamento contrário à visão fragmentária dos sujeitos e do contexto.

É preciso também, especial atenção às palavras/signos, considerados por muitos autores o ponto de partida para empreender a subjetividade. Através da linguagem, os homens manejam suas relações, se individualizam se socializam e materializam os significados dos objetos e fenômenos presentes no mundo historicamente e socialmente localizado. Entretanto, conforme pondera Madureira & Branco (2009), a linguagem por si só não apresenta um potencial heurístico ilimitado no processo de compreensão da constituição da subjetividade.

Ao pesquisador caberia empreender um esforço analítico para ultrapassar as aparências apresentadas nas formas de significação buscando alcançar as determinações históricas e sociais da fala dos sujeitos. Com isso, não se deve buscar apenas relacionar os dados obtidos com questões verificacionais onde prevaleceria a análise das repetições, construção léxica, impostação ou outros aspectos, entendidos como respostas a estímulos recebidos. Ao contrário, as falas construídas na relação com a história e cultura dos sujeitos corresponderiam a um momento específico das vivências processadas em sua subjetividade, devendo ser concebidas como construções e exteriorização do seu contexto histórico e socialmente localizados.

Outro aspecto apresentado por Aguiar (2009), aborda a necessidade dos teóricos da subjetividade ponderarem a auto propagação de uma proposta que seria ao mesmo

tempo campo de pesquisa e instrumento de intervenção. Essa dupla finalidade tenderia a confundir os objetivos em termos de pesquisa e trabalho de intervenção, uma vez que a busca de homogeneidade para direcionalidade distintas geraria equívocos na forma de inferência sobre os dados e fala dos sujeitos.

Outro ponto crítico levantado refere-se à crença que a apreensão racional dos sujeitos, sobre sua existência, seria suficiente para a ocorrência do processo de ressignificação ou de transformação dos sentidos. As experiências vividas podem ser integradas de maneira contraditória, onde o diferente, o novo, moveria o constituído, mas este novo e diferente, não representaria necessariamente uma resposta imediata às configurações subjetivas, haja vista uma esperada cisão entre o pensar, sentir e agir, causada pela tensionamento entre o novo e o instituído. O processo de subjetivação da realidade apresentaria várias formas desta ser configurada, sem necessariamente desconstruir antigas concepções e emoções.

Por fim, Aguiar (2009) recomenda, de forma muito crítica e diretiva, que os pesquisadores adotem uma “postura de humildade e paciência” ao reconhecer os limites explicativos da teoria da subjetividade. O autor sugere que os estudiosos deste tema busquem muito mais que tentar imprimir uma capacidade heurística do conhecimento produzido, evidenciar a capacidade problematizadora dos elementos constitutivos da subjetividade humana.

Ainda que tenhamos nos identificado e eleito a epistemologia qualitativa para subsidiar nosso trabalho, não podemos nos furtar a este exercício de avaliação crítica e reflexiva sobre as possibilidades e limitações dessa teoria, para não incorreremos, conforme sinalizado por Neubern (2005), em cometer os mesmos erros dos paradigmas científicos até então dominantes ao considerar a exclusividade do pensar e abordagem de um tema por uma única via teórica e metodológica.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Visando uma coerência com a teoria da subjetividade, adotamos a Epistemologia Qualitativa, proposta por Gonzalez Rey, como referencial metodológico. Esta metodologiam se apresentando como um modo diferente de conceber os princípios ontológicos e metodológicos, responsáveis pelo estudo e produção do conhecimento sobre a subjetividade humana,questionando as tradicionais formas de produção do conhecimento na área.

A Epistemologia Qualitativadefende alguns princípios para construção do conhecimento, os quais serão apresentados, de forma sintética, a partir das contribuições de Arrais (2009).O primeiro destes princípios refere-se ao caráter construtivo-interpretativo das informações levantadas, em oposição ao caráter estímulo-resposta do conhecimento, obtido de forma linear e pouco elaborado, de uma realidade que se apresentaria baseada em princípios já estabelecidos, em categorias universais ou nas palavras de Rey (2005a) *âncoras apriorísticas*.

Esta nova interpretação compreende o conhecimento como uma produção humana baseada no processo dialógico e na força da comunicação de modo reflexivo aberto, identificando limites e possibilidades nesse processo construtivo, colocando o pesquisador numa posição ativa e co-participativa na produção de conhecimento. O caráter construtivo interpretativo significa orientar a pesquisa para a construção de modelos compreensivos sobre o que se estuda a partir do entendimento da pesquisa como um processo dialógico e comunicacional, considerada via privilegiada para o conhecimento da subjetividade, onde a construção teórica e empírica são etapas inseparáveis deste processo.

O segundo princípio, refere-se ao caráter interativo do processo de produção do conhecimento. O diálogo interativo entre o pesquisador e o sujeito participante da pesquisa emerge como ponto central na pesquisa ao permitir um diálogo e reflexões conjuntas sobre o tema, buscando captar aspectos importantes e subjacentes à expressão dos sujeitos, no momento da pesquisa, exigindo do pesquisador habilidades no manejo dessa conversação e captação de aspectos implícitos que contribuam para posterior construção de indicadores, responsáveis pela análise e construção das informações obtidas.

O princípio da singularidade é outro aspecto da epistemologia qualitativa que atribui à qualidade da informação, importância significativa na produção do conhecimento em detrimento a concepção geral caracterizada pela priorização da representatividade composta pelo número de participantes. Encontra-se neste princípio, a importância do caráter singular do pesquisador. Dessa forma, o conhecimento nesta proposta epistemológica é reconhecido pela sua capacidade problematizadora e pelas possibilidades geradas para compreensão de um tema e não pela capacidade de generalização do conhecimento.

A partir da compreensão desses princípios, apresentaremos outros elementos integrantes da metodologia adotada neste estudo, baseadas nas propostas da epistemologia qualitativa.

6. PROBLEMAS E OBJETIVOS DA PESQUISA

O problema de pesquisa definido para o estudo questiona: **Como as tensões vivenciadas pelos assistentes sociais provenientes das contradições existentes entre o discurso do projeto ético-político do Serviço Social e as condições concretas da prática profissional repercutem subjetivamente nestes sujeitos?**

O objetivo geral busca **identificar e analisar as repercussões subjetivas derivadas das contradições existentes entre o discurso do projeto ético-político do Serviço Social e as condições concretas da prática profissional, na vivência dos assistentes sociais.**

O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar os discursos dos assistentes sociais sobre o projeto ético-político buscando identificar as formas pelas quais os sujeitos se relacionam com este conjunto de princípios, orientações e determinações profissionais nas possíveis tensões, contradições e superações da vivência profissional.
- Identificar aspectos subjetivos, singulares e compartilhados, presentes na vivência dos assistentes sociais a partir das tensões estabelecidas entre o discurso do projeto ético-político e o exercício da prática profissional.
- Analisar como os assistentes sociais manejam as tensões vivenciadas em sua prática profissional e suas repercussões no discurso do projeto profissional.

7. SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com dez assistentes sociais inscritas no Conselho Regional de Serviço Social 5ª. Região – Bahia, selecionadas a partir da relação estabelecida com o projeto ético-político em sua prática profissional. A partir desse critério foram constituídos três grupos de profissionais participantes.

O primeiro grupo foi formado por profissionais em exercício da profissão em instituições de qualquer natureza com qualquer tipo de vínculo empregatício, além da condição de serem membros da atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social.

O segundo grupo - constituído por profissionais inseridos no mercado de trabalho, também em instituições de qualquer natureza sob qualquer vinculação empregatícia, sem nenhuma vinculação, entretanto, com as instâncias organizativas e deliberativas da profissão (CRESS, CFESS, ABEPSS).

O último grupo foi composto por profissionais em exercício da profissão sob as mesmas especificidades dos grupos anteriores. O fator de diferenciação desse grupo refere-se ao exercício do *Serviço Social Clínico* ou *Serviço Social e Práticas Terapêuticas*, considerada atualmente pelo Conselho Federal de Serviço Social, contrária às prerrogativas e objetivos do projeto ético político da profissão.

O número de entrevistados, não foi delimitado a priori. A quantidade e os profissionais entrevistados foram definidos em função das necessidades e oportunidades surgidas no transcorrer da pesquisa, conforme prerrogativas da epistemologia qualitativa. Fomos realizando os contatos, as conversações, vivenciando as dificuldades de agendamentos, cancelamentos, desistências, problemas com equipamentos, perda de material coletado, novas conversações, análise do material produzido até o momento em que o volume de informações coletadas mostrou-se satisfatório para discorrer sobre nosso problema de pesquisa. Ao final dessa etapa foram entrevistados dez assistentes sociais.

No primeiro grupo foram entrevistadas duas assistentes sociais. Além da participação no Conselho Regional, uma entrevistada é docente do curso de Serviço Social em instituição pública e a segunda entrevistada - assistente social de uma instituição de saúde pública e docente do curso de Serviço Social numa instituição privada.

O segundo grupo de assistentes sociais entrevistadas, foi formado por cinco profissionais no exercício da função em instituições de natureza pública e privada, área

de atuação na saúde, previdência social e empresa pública do ramo petroquímico. Os vínculos empregatícios diversificaram-se entre a terceirização, estatutários e regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Estes profissionais não apresentavam nenhuma vinculação com as instâncias gestoras dos órgãos deliberativos da profissão.

O terceiro grupo foi constituído por três profissionais. Duas delas em exercício da função em instituições públicas (uma com vínculo estatutário e outra contratada pelo Regime Especial De Direito Administrativo- REDA), além de docência e atendimento em consultório privado. A terceira integrante é a principal representante de um grupo de discussão e defesa da prática clínica, além de atender em consultório privado. Trabalhou até aposentadoria numa instituição de saúde como assistente social com vínculo estatutário.

Abaixo, apresentamos quadro descritivo das principais características das participantes da pesquisa.

Grupo 1 - Assistentes Sociais em exercício da função e participante do Conselho

Profissional:

Entrevistada	Ano Graduação	Pós Graduação	Área de atuação	Vínculo
Iansã	2000	Sim	CRESS, Instituição de ensino pública.	Estatutário
Olossá	1983	Sim	CRESS, Saúde Hospitalar, Instituição de ensino privada.	Estatutário

Quadro 1: Caracterização dos participantes da pesquisa- Grupo 1

Grupo 2 – Assistentes Sociais em exercício da função sem vinculação com as instâncias organizativas da profissão:

Entrevistada	Ano Graduação	Pós Graduação	Área de atuação	Vínculo
Oxumaré	2009	Não	Empresa Privada área de saúde	CLT
Euá	1986	Sim	Órgão público da Seguridade Social	Estatutário

Oxum	2005	Sim	Órgão público da Seguridade Social	Estatutário
Axabó	2002	Sim	Empresa pública do ramo petroquímico	Terceirizado CLT
Obá	2000	Sim	Empresa pública do ramo petroquímico / Docência em Serviço Social – Universidade Privada	Terceirizado CLT

Quadro 2: Caracterização dos participantes da pesquisa- Grupo 2

Grupo 3 – Assistentes Sociais em exercício da função e desenvolvendo a prática clínica

Entrevistada	Ano Graduação	Pós Graduação	Área de atuação	Vínculo
Oiá	1981	Sim	Consultório privado/ Prestação de Serviços/ Docência em Serviço Social – Ensino privado	Autônomo Terceirado CLT
Iemanjá	1978	Sim	Consultório privado Consultoria em Serviço Social	Aposentado /Autônomo
Nanã	1991	Sim	Consultório privado Funcionária pública – saúde Docência – área psi	Autônomo Estatutária CLT

Quadro 3: Caracterização dos participantes da pesquisa – Grupo 3

A pesquisa não conseguiu contemplar nenhum profissional do sexo masculino, mesmo tendo solicitado indicações às participantes do estudo ou mantendo contato direto com algum deles. Além destes se constituírem em números ínfimos na profissão¹¹, as raras indicações não apresentavam o perfil compatível com os objetivos da pesquisa.

11. Segundo pesquisa do CFESS realizada em 2004, em âmbito nacional, a prevalência de homens na profissão foi de apenas 3%.

A partir da constituição, predominantemente feminina, das participantes do estudo e da necessidade de renomeá-las, para garantir a confidencialidade e anonimato das informações, buscamos no Panteão do Candomblé a inspiração para essa mudança de nomes. Além de ser um elemento presente em nossa cultura, o número de orixás associados à figura feminina coincidiu com o número de participantes, diferente de outros panteões pesquisados, a exemplo das deusas gregas. Dessa forma, foi possível nomear as assistentes sociais a partir de uma associação livre, sem qualquer intenção caracterológica.

Inicialmente o contato foi realizado com uma assistente social de cada grupo, indicadas por colegas da rede de relacionamento da pesquisadora (primeiro e segundo grupo) ou pelo trabalho desenvolvido e divulgado por assistentes sociais, compatíveis com a proposta da pesquisa (terceiro grupo).

A partir daí, os próprios profissionais entrevistados indicavam novos colegas que foram contatados e convidados à entrevista ou ainda assistentes sociais que, ao saberem da pesquisa, entravam em contato solicitando serem entrevistados ou para indicar outros profissionais que consideravam imprescindíveis para falar sobre o tema proposto. Dessa forma foi possível aproveitar algumas condições diferenciadas de cada sujeito nos diversos contextos de atuação profissional.

8. INSTRUMENTOS

Segundo Rey (2005a) um instrumento de pesquisa caracteriza-se por toda situação ou recurso que permite ao sujeito participante da pesquisa expressar-se sobre o tema definido pelo pesquisador. Sob a ótica da epistemologia qualitativa, os instrumentos devem assumir uma nova dimensão, com clara definição de seus

potenciais e limites, além de promover uma via interativa, comunicacional e não objetiva de obtenção de dados, permitindo aos sujeitos expressarem-se livremente acerca do tema e assim facilitar a construção dos núcleos de sentidos subjetivos.

Nesta pesquisa utilizamos a técnica de **Conversação** como principal instrumento de levantamento de informações. A partir de questões disparadoras referentes ao tema estudado, foram construídos diálogos dinâmicos entre pesquisador e pesquisado, não se restringindo apenas as respostas imediatas, mas sim a construção de núcleos de informações a partir do desenvolvimento de um diálogo espontâneo proveniente das necessidades, interesses, reflexões e posicionamentos dos sujeitos, permitindo dessa forma, o envolvimento ativo dos participantes ao processo.

Para a conversação foram escolhidas as seguintes questões disparadoras: Quais os significados que tem para você ser um assistente social? Descreva sua experiência como assistente social; Quais os significados que você atribui ao Projeto Ético-Político do Serviço Social? Descreva algumas facilidades e dificuldades vivenciadas no exercício da prática profissional e como você se relaciona com estas; Você se considera um profissional satisfeito? Quais são suas expectativas futuras?

A dinâmica conversacional nos permitiu também, captar as diversas expressões não verbais do sujeito tais como choros, risos, ansiedades, angústias e demais emoções, aproximar-se de suas histórias de vida e das características advindas dos diversos espaços de atuação profissional.

Além da dinâmica conversacional, outros dois instrumentos foram utilizados na pesquisa, apesar de não terem sido definidos *a priori*. O primeiro foi a análise de documentos disponibilizados pelos participantes - relatórios profissionais, relatórios corporativos, cartilhas informativas, páginas de internet, formulários, relatórios de produtividade, prontuários manuais e eletrônicos, normatizações etc.) que nos permitiu

ampliar o corpo de informações e análise sobre os sujeitos e seus sentidos subjetivos. O segundo instrumento utilizado foi a observação *in loco* do processo de trabalho de alguns colegas que gentilmente nos convidou a participar de reuniões de equipe, reuniões gerenciais, discussões técnicas e atendimentos.

9. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Acreditávamos inicialmente que o tema pudesse gerar resistências ou mesmo recusa dos assistentes sociais para às conversações, motivados pela falta de familiaridade com o tema e com a proposta metodológica. No entanto, encontramos grande disponibilidade, da maioria dos profissionais, em participarem da pesquisa, inclusive com diversas procura espontâneas, visando, conforme relatado por uma delas, *“aproveitar a oportunidade para desabafar as angústias”*.

Os assistentes sociais integrantes do primeiro grupo – participantes da gestão do Conselho - não apresentaram, entretanto, tanta disponibilidade, motivo pelo qual estão em menor número. As principais dificuldades encontradas para estabelecer contato com estes profissionais foram, falta de acesso aos telefones e endereços eletrônicos, falta de retorno aos contatos estabelecidos, não interesse pelo tema da pesquisa, receio em expor ideias sobre o tema etc. Os profissionais disponíveis, no entanto, devido excesso de compromissos agendavam a conversação para períodos longínquos do contato inicial e mesmo assim, foram inúmeras as remarcações feitas.

O diálogo era iniciado com uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa. Em seguida a conversação emergia a partir das expectativas e/ou questionamentos dos participantes, buscando a interação entre participante e pesquisador, através de intervenções, posicionamentos, concordâncias, discordâncias, exploração do conteúdo

das falas e emoções, sem a preocupação de seguir as questões inicialmente definidas, mas contemplando todo o seu conteúdo.

Segundo Rey (2005a) a dinâmica conversacional gera uma vinculação e necessidades entre o entrevistador e entrevistado que se estendem além dos encontros estabelecidos, necessitando que ambos estejam sensíveis a estas necessidades e possam mediá-las sem prejuízos para as partes: entrevistador, entrevistado e a pesquisa. Esta afirmação se justifica pelos diversos contatos estabelecidos pelos entrevistados após a conversação, visando retificar ou ratificar alguma informação fornecida, expressar os sentimentos vivenciados após o encontro ou ainda solicitar esclarecimentos sobre algum ponto da pesquisa.

A partir dessa possibilidade epistemológica, foi possível conversar com alguns sujeitos mais de uma vez, aprofundando temáticas ou afirmações que não foram suficientemente exploradas no primeiro momento bem como compreender algumas falas e argumentos apresentados. Esses reencontros foram novamente marcados pela disponibilidade e interesse dos sujeitos e do pesquisador, contribuindo para enriquecer as informações e análises do objeto de estudo.

Os locais das entrevistas foram os mais variados, atendendo a disponibilidade dos entrevistados e pesquisador, sempre priorizando o interesse dos sujeitos por locais que o permitissem “estar à vontade” para falar sobre o tema. Dessa forma, foram realizadas entrevistas em residências, em cafeterias com alas reservadas, nas instituições de trabalho, cuja estrutura permitisse o sigilo da fala e a privacidade da conversação e ainda uma entrevista realizada numa área externa à instituição – banco do jardim - por falta de local apropriado no setor.

O período dedicado à coleta de informação estendeu-se por tempo superior ao previsto, pois constatamos que a dinâmica conversacional não se restringe a uma coleta

mecânica de informações. Ao contrário suscitou um percurso impregnado de emoções, sentimentos, lembranças e experiências compartilhadas entre entrevistador e entrevistado, exigindo tempo necessário para maturação e processamento interno das informações apreendidas em cada encontro. Dessa forma fez-se necessário agendar os encontros com intervalo semanal, além de conciliar a disponibilidade dos sujeitos com a do pesquisador, o que gerou intervalos superiores ao estabelecido.

Após encerramento da etapa de conversações com os assistentes sociais e do levantamento de documentação disponibilizada e/ou pesquisada, seguimos para análise e construção das informações. O processo de construção do conhecimento nessa perspectiva epistemológica compreende-se como uma atividade reflexiva com incontáveis desdobramentos, opções e possibilidades que podem tanto se integrar quanto se desintegrar durante o processo de construção, o que significou não seguir uma lógica anteriormente definida, mas sim apropriar-se de uma maior recursividade teórica e empírica para interpretar as informações recebidas.

A partir dessa compreensão, logo após transcrição das entrevistas foram feitas várias leituras desses registros e dos documentos institucionais levantados visando seleção de indicadores, extraídos a partir de trechos relevantes desses materiais, que permitissem a análise da constituição da subjetividade dos profissionais. Os indicadores se referem aos elementos extraídos desses registros que vão adquirir significado a partir da nossa interpretação. São utilizados para desenvolver hipóteses que ajudem na construção do modelo teórico ao permitir visualizar informações ocultas aos sujeitos que estão sendo investigados. Segundo Rey (2005a), os indicadores permitem visualizar, indiretamente, informações ocultas ou mesmo as explícitas (mesmo guardando aspectos implícitos) dos sujeitos estudados.

Os indicadores facilitam a produção do conhecimento sobre o tema da pesquisa, ao fornecer “pistas” ou elementos passíveis de explicação ou significação sobre as falas e materiais referentes aos sujeitos. São estas descrições sobre as experiências dos sujeitos construídas a partir dos indicadores que irão formar o que Rey (2005a) denominou núcleos de sentidos subjetivos. O sentido subjetivo das experiências dos sujeitos é apreendido quando o pesquisador consegue ir além do explícito, do dado concreto, apreendendo principalmente as expressões não intencionais dos sujeitos, tais como *o lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas, na forma com que se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão etc.* (Rey, 2005a, p.116).

Após construção dos núcleos de sentidos, a proposta epistemológica de Rey (2005c) avança para as zona de sentidos. Este conceito, construído em oposição às categorias universais de conhecimento, caracteriza-se por um espaço de inteligibilidade sobre a realidade, o que não significa dizer que este conhecimento produzido apresente correspondência linear com o real. A zona de sentido corresponde à valoração conferida aos conteúdos apontados pelos núcleos de sentidos, ou seja, a construção do modelo teórico da realidade estudada. O mais importante a frisar neste processo é a possibilidade de acessar múltiplas formas de tornar as informações inteligíveis para interpretação de uma dada realidade, não para chegarmos a uma verdade absoluta, mas sim, considerarmos a provisoriedade dos achados, dos múltiplos aspectos que perpassam uma dada realidade num dado momento em dadas circunstâncias sociais e históricas, conduzindo sempre a novas descobertas e constantes mudanças.

Seguindo as etapas anteriormente descritas, apresentaremos abaixo os núcleos de sentidos construídos a partir dos indicadores levantados nas conversações e análise dos documentos dos assistentes sociais participantes desse estudo. Após descrição desses núcleos, partimos para construção das zonas de sentidos, ou seja, a compreensão global do tema. As entrevistas não estão descritas por ordem de realização, mas sim por grupo de constituição. Dessa forma será possível perceber que as idas e vindas dessa etapa, como a desenvoltura e/ou retração para participar das conversações, domínio do tema, acontecimentos cronológicos poderão não aparecer numa ordem de descrição esperada.

Entre o Discurso e Prática

A Singularidade dos Assistentes Sociais

Este capítulo apresenta o resultado das informações construídas sobre as experiências vivenciadas pelas dez assistentes sociais participantes da pesquisa, referente às suas práticas profissionais e a relação com o projeto ético político do Serviço Social. Apesar do extenso volume de informações coletadas, fizemos um esforço analítico em condensar o conteúdo elaborado em aproximadamente seis laudas, para cada participante, visando priorizar a qualidade das informações construídas além de preservar o leitor de uma leitura extensa com risco de perda da consistência e compreensão dos fatos.

As duas primeiras descrições dizem respeito aos assistentes sociais do primeiro grupo – exercem a profissão em instituições distintas e participam ativamente da atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social.

As cinco entrevistas subsequentes - exercem apenas a profissão em diversas instituições, sem qualquer tipo de vinculação com o Conselho ou qualquer outra instância deliberativa profissional. As três últimas entrevistas são as descrições referentes dos assistentes sociais que exercem a prática clínica em seu exercício profissional

- ***Iansã – A Guerreira***

A primeira participante nos recebeu em sua residência. O ambiente confortável, sem ruídos ou interferências externas, além da motivação e disponibilidade da entrevistada, contribuiu positivamente para nossa conversação. Formada há onze anos por uma instituição pública de ensino, possui pós-graduação na área de Políticas Públicas. Trabalha como professora universitária do curso de Serviço Social em uma Universidade Pública e participa da gestão atual do Conselho Regional de Serviço Social.

Durante período de graduação, parte da sua experiência profissional foi proveniente da inserção em projetos de pesquisa realizados pelos programas de iniciação científica de sua Universidade. O estágio mais significativo, conforme sinalizado pela mesma, foi realizado no órgão ministerial ligado à Assistência Social, onde aprendeu atividades relacionadas à gestão e ao acompanhamento dos programas sociais.

Após conclusão do curso, ingressou no mercado de trabalho, via concurso público, em uma unidade de saúde mental considerada à época, referência nacional nesta área. Afirma que neste período não possuía nenhum conhecimento específico na área de saúde mental nem preparação técnica para exercer o cargo. “... *na verdade, eu saí da (universidade) sem ter a menor noção do que é atender um usuário... como fazer uma anamnese, como fazer uma entrevista, como fazer encaminhamento. Eu aprendi na prática mesmo...*” Iansã justifica sua precária preparação profissional, afirmando que sua orientação acadêmica foi direcionada para o ensino e pesquisa: *Eu fui preparada para ser professora, pra ser pesquisadora...*

Entretanto, mesmo reconhecendo sua falta de experiência e preparação técnica, após um ano e meio assumiu a coordenação do Serviço Social na Instituição justificando

esta ascensão pela capacidade desenvolvida ao longo da vida em superar dificuldades, neste caso específico buscando apoio na experiência adquirida no estágio realizado na área de gestão e planejamento, além de leituras e estudos referentes a nova área: *Eu sempre tive contato com as esferas de planejamento, de gestão... aprendi fazendo...*. A confiança na autoridade de seus sentidos e nas experiências supostamente bem sucedidas, utilizadas como estratégia para o desempenho profissional - denominada por Cardoso (2005) como individualismo epistemológico - nos faz compreender como foi possível para a entrevistada, ascender tão rápido em sua primeira experiência profissional, mesmo reconhecendo sua falta de experiência em atendimentos e intervenções, além de reconhecer que a instituição dispunha de *um quadro excelente de assistentes sociais*, que poderiam ter sido eleitos coordenadores do setor.

A descrição dessa bem sucedida progressão profissional acompanhada de uma expressão singular de satisfação, segurança e confiança em si mesmo, nos fez construir uma hipótese sobre os motivos desse sucesso. Em nossa leitura este progresso estaria relacionado à sua trajetória de vida e às vivências de superação de obstáculos bem como a capacidade demonstrada para manejar as dificuldades, cujo sentido subjetivo presente neste progresso profissional pode ter sido deslocado de sentidos produzidos em experiências pessoais anteriores, associado ao contexto profissional atual favorável a essa ascensão.

Alguns indicadores registrados ao longo da nossa conversa sinalizam os recursos acessados para superação dessas dificuldades. Um primeiro aspecto refere-se a sua disponibilidade interna para aceitar o apoio dado pela equipe de trabalho associado ao seu interesse em aprender: *“encontrei uma equipe muito boa(...), pessoas que trabalhavam [na Instituição] há mais de 20 anos, que me ensinaram muito (...) e aprendi muito*. Outro aspecto subjetivo presente em sua fala, refere-se a capacidade cognitiva em

conciliar o conhecimento apreendido na academia com a realidade institucional, associada a autonomia técnica disponibilizada pela Instituição, mesmo com a presença de entraves inerentes às Instituições públicas: *Foi difícil, porque você tem toda uma teoria e encontra no serviço público uma série de dificuldades, de hábitos e de manias (.....) Com o tempo aprendi que não precisava abrir mão da teoria pra poder fazer um bom trabalho. Eu consegui conciliar a teoria com o fazer, porque lá tinha essa autonomia, então consegui fazer, implantar umas coisas bem legais lá.*

Entretanto, após três anos nesta Instituição e superação dos obstáculos descritos, *Iansã* pediu exoneração do cargo retornando para Salvador sem qualquer vínculo trabalhista ou mesmo proposta de reinserção profissional. Em determinados momentos da nossa conversa sinaliza que muitas discussões e propostas elaboradas por ela e sua equipe, nesta época, não foram implementadas por decisões políticas contrárias. *“Nessa época aconteceram muitas coisas ruins, a equipe foi desmontada, os melhores profissionais [saíram], o governo veio e desmontou muita coisa [inclusive] estrutura física”*. Percebemos uma grande dificuldade de *Iansã* para falar desse período de sua vida, alternando momentos de silêncio prolongado, com voz trêmula e olhos lacrimejantes. Entretanto, a entrevistada não se permitiu nem nos permitiu explorar as “coisas ruins” que aconteceram nesse período, mas sinaliza que foram obstáculos inviáveis à transposição.

Chegando a Salvador procura o Conselho Regional de Serviço Social (por considerar essa Instituição referência para todos os profissionais), visando apoio para uma recolocação no mercado de trabalho. Refere ter sido indicada pelo Conselho para lecionar em uma instituição privada no curso de Serviço Social e após divulgação de seu trabalho - através de palestras em eventos, congressos, seminários, contatos sociais e profissionais - começou a lecionar em mais duas instituições, também particulares, até

ingressar via concurso público, na Faculdade de Serviço Social onde atualmente leciona e coordena o curso. Esta fase de mudanças e incertezas (aparentemente breve) não foi verbalizado, nem expresso como algo negativo, sofrível ou psiquicamente desorganizador. Ao contrário, com voz vibrante, olhos marejados e cabeça alta, expressa essa fase com um sentimento traduzido por nós como “orgulho de si mesmo” por ter conseguido superar estas dificuldades, confirmando a hipótese inicial.

Atribuimos a essa capacidade de manejo e superação das dificuldades- evidenciado na concepção teórica de Rey(2005a) ao afirmar que as configurações de sentido presentes nos eventos ou atividades praticadas pelos sujeitos, resultado de distintos elementos, expresso por meio das emoções e dos processos simbólicos produzidos em outros contextos sociais, temporais, culturais etc., configurando assim o sentido subjetivo de uma atividade atual – se integram a configuração subjetiva da mulher com forte capacidade de luta e enfrentamento. Entretanto, não podemos deixar de registrar que seu curriculum apropriado para a área acadêmica e o período marcado pela expansão de Faculdades de Serviço Social no Estado da Bahia, são fatores objetivos com forte capacidade de influência na configuração de sentidos apresentada por Iansã neste período. Quando questionada sobre o significado de ser assistente social, responde de forma imediata, portando uma segurança na fala e sorriso na face: “Ser assistente social é ser guerreira”, o que nos faz construir dessa forma, o primeiro núcleo de sentido na configuração subjetiva de Iansã: “*Eu sou guerreira*”.

Neste núcleo identificamos uma mulher jovem, mãe, viúva, intelectual, em plena capacidade laborativa que subverte os princípios da família patriarcal burguesa ainda dominante na nossa sociedade, onde mesmo não sinalizando dificuldades financeiras, sociais ou culturais importantes, vivenciadas anteriormente a sua vida profissional, ou mesmo concomitantes a esta, significa os acontecimentos ocorridos em sua vida como

um *combate*, levando-a, dessa forma a escolher o Serviço Social como profissão: “*lutas, vitórias, injustiças, ganhos, grandes perdas que eu tive, estão [associadas] a profissão que eu escolhi.*”. (...) *foi [Iansã] mulher que buscou essa profissão entendeu?* Esta associação entre a trajetória pessoal e escolha profissional segue intercruzando outros papéis desempenhados ao longo de sua vida: “*a minha história, a história dos meus filhos, a história de minha vida se confunde com a história de minha profissão*”, o que nos faz questionar inicialmente até que ponto estes intercruzamentos poderiam estar estereotipados, rígidos, descontextualizados ou mesmo em conflito.

Os indicadores expressos por nossa participante, não confirmaram nossa hipótese: *Se tinha uma profissão que me identificasse, era essa, que me deixasse plena como eu sou...* e continua explicitando seu nível de satisfação profissional citando a frase de Maria Lucia Martinelli que num determinado artigo cita no início e final da publicação a seguinte frase: *Prazer: sou um assistente social.* Nesse momento, ela faz uma grande pausa seguida de choro profundo e longo. Um choro tentando ser contido mas traído pela emoção das lembranças e do sorriso que insistia em dizer que tratava-se de um choro de felicidade.

A “assistente social guerreira” amplia este núcleo de sentido ao associar o exercício profissional com um campo de batalha, onde manejo diário dos limites impostos pelas políticas públicas, seja pela falta de recursos, pela falta de qualidade nos atendimentos, pela falta de competência técnica, ética e política ou nas palavras da entrevistada o *não* das políticas públicas, o *não* da atuação profissional, se assemelhem a um campo de guerra. A intenção de intervir no sistema macro econômico desigual, lidar com as políticas públicas limitantes que interferem na efetividade profissional, constatar problemas relacionados à formação profissional, conviver com condições de trabalho aviltantes, reconhecer que o sujeito (assistente social) também possui

necessidades de subsistência e desejos conflitantes, “*you have bills to pay, you have a child to raise, husband to take care of, you have a car to fill with gas*” além de presenciar os dramas pessoais dos usuários em diversas vulnerabilidades sociais. “... *you deal with the user's drama... sick, or in a situation of poverty, or in a situation of violence and in a situation of vulnerability, it makes Iansã compare herself to a warrior in the battlefield: 'Then how do you solve it and how do you deal with all this? Then being a social worker is being a warrior.'*”

Quando questionada sobre a forma encontrada para conviver com as dificuldades da prática, com os “*nãos*” das políticas públicas, com o manejo destes obstáculos, suas elaborações apontaram uma significativa e surpreendente dissociação entre os papéis exercidos atualmente na profissão: “*Today... I am more of a teacher than a social worker. I am not on the front line, I am not in the execution*”. Apesar de reconhecer a existência desses “*nãos*”, ela afirma que eles não fazem parte de sua realidade atual, pois considera que seu local de trabalho não apresenta grandes impedimentos a execução de suas metas profissionais.

Esta fala, ainda que demonstre o seu conhecimento atualizado e verídico sobre os problemas vivenciados pelos assistentes sociais na atualidade, configura uma tendência já descrita na parte teórica dessa pesquisa, de grande número de profissionais em dissociar a profissão a partir do papel desempenhado. Em outras palavras, é comumente encontrado na fala dos profissionais, acentuadas diferenças e concepções divergentes quanto ao exercício profissional a partir da docência, do assistente social executor e do assistente social gestor. Como será possível observar no transcrito deste capítulo, esta dissociação aparecerá no discurso de outras participantes, sobre a qual exploraremos no capítulo referente às zonas de sentido.

Percebe-se que o lugar do exercício profissional e o papel desempenhado profissionalmente apresentam para elas significados distintos. Na instituição onde fora concursada por três anos, as principais dificuldades vivenciadas referiram-se a sua falta de experiência profissional, a falta de recursos, às decisões ou ingerências políticas/governamentais, associadas às crenças e concepções ideológicas de um profissional recém-formado que *“sai da Universidade, e... chega com aquele jeito de estudante, de transformar o mundo”*. Quando docente de instituição privada as principais dificuldades apontadas foram referentes à infraestrutura, implantação de projetos legalmente necessários ao desenvolvimento do curso- a exemplo de pesquisa e extensão- garantia de acesso dos estudantes em campos de estágio, contratação de professores e principalmente ao conteúdo do discurso adotado em sala de aula, que precisava ser manejado em função dos riscos reais de retaliações ou até mesmo o desligamento institucional: *“porque o assistente social é aquele que reivindica que luta, que mostra, que critica. Então isso era muito complicado em uma faculdade privada.*

Por último, no seu local de trabalho atual, *Iansã* não consegue visualizar dificuldades no exercício profissional, mesmo após especularmos sobre diversas situações que poderiam ser consideradas um obstáculo: *“Eu sinceramente não consigo enxergar limitações institucionais, onde eu estou hoje, entendeu? ...lá na pública, por ser mais acessível... estamos em condição de executar muito mais...nós temos mais autonomia”*. Suspeitamos que esta representação da prática sem detecção de limitações institucionais, possa estar superestimada, uma vez que as instituições são consideradas as organizadoras do processo de trabalho profissional. São elas que organizam os recursos materiais, financeiros e organizacionais previstos, estabelecem prioridades, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano, nem sempre coincidentes dos interesses e objetivos profissionais (Iamamoto, 2011, p. 63).

Sobre o projeto ético político do Serviço Social, Iansã compreende que este constructo representa a identidade de nossa profissão, ou em suas palavras, *a identidade do Serviço Social hoje*, onde a demarcação temporal refere-se a sua percepção sobre a forma possível de materialização do projeto, ocorrida através de uma luta diária, sujeita a modificações, alterações e incorporações de acordo com o contexto social e histórico no qual o profissional estiver inserido. *Na verdade esse projeto ele é uma luta diária né? Não é algo assim em dois mil e dez, o projeto ético político... Vai estar implantado.*

Além da importância da flexibilidade do projeto, a participante considera necessária sua efetivação, tanto a “luta individual pelo projeto” – entendida pela atuação de cada profissional em seu contexto institucional, no contato diário com o usuário, de acordo com os princípios éticos e técnicos estabelecidos pelo projeto – quanto a “luta coletiva” – compreendida tanto por um conjunto de profissionais atuando em uma determinada instituição a exemplo de organizações que dispõem de um setor de Serviço Social, onde contém um número significativo de profissionais trabalhando em um determinado programa e/ou projeto ou mesmo as reivindicações, propostas ou posicionamentos adotados pelo Conselho, em busca de uma sociedade mais justa e cidadã.

Entretanto, ela pondera que essas conquistas não são estanques, nem apresentam um prazo para consolidação. *Eu acho que não é uma conquista que a gente vai deitar na rede e oh! Nós conseguimos. Não! É o tempo todo, é o tempo todo quando eu falo com meu filho... é numa conversa com uma pessoa que eu estou num barzinho...* Nesse momento observa-se uma emotividade em sua fala, onde os olhos brilham, a voz fica firme e emponderada como se falasse de algo com muita propriedade e reconhece que é essa motivação que ela tenta transmitir às alunas, mesmo admitindo ser uma caminhada difícil, pois afirma que as estudantes, em início de formação, atribuem ao projeto um

caráter ideológico e estereotipado de *marxistas revolucionários e comunistas*, o que ela diz tentar desconstruir ao longo da formação, principalmente ao entrarem em contato com a prática através dos estágios.

Mesmo afirmando que acreditar no projeto exige um custo emocional elevado, sendo chamada diversas vezes de *idealista, sonhadora, fora da realidade*, nossa entrevistada demonstra uma crença veemente em sua efetivação, no atual contexto social e econômico, bem como relata estar contribuindo nesse processo, através de sua prática profissional e de sua participação no Conselho: *“Eu acredito no projeto, primeiro eu estou dentro do CRESS eu vejo as coisas acontecerem, estou ali no cotidiano do Conselho, tenho uma dimensão do nacional, do que tá acontecendo no país, até do que tá acontecendo no mundo acerca do Serviço Social...E outra coisa, eu estou dentro da academia e na situação de trabalho que eu estou hoje, isso me dá também segurança na materialização desse projeto...”*.

Entretanto, a crença na materialização do projeto encontra-se fortemente atrelada ao momento profissional atual, uma vez que reconhece que determinados contextos profissionais tendem a influenciartanto positivamente quanto negativamente para esta materialização: *“... implantar esse projeto em uma instituição publica eu acho mais fácil do que numa instituição privada... consigo defender mais esse projeto e sentir muito mais a execução desse projeto do que em uma instituição privada”*. Confirmando seu conhecimento sobre as bases epistemológicas da profissão afirma que o projeto ético político vai de encontro a outros projetos societários e institucionais, ou analogamente, tem que *remar contra a maré o tempo todo*. Dessa forma, tanto a capacidade de efetivação do projeto, quanto a relativa autonomia do assistente social ficariam duplamente ameaçados: *Várias vezes eu percebia que o projeto estava sendo*

ameaçado e eu não conseguia de fato garantir aquilo que eu acredito, entendeu? Porque eu tinha que optar entre meu emprego ou a minha defesa ideológica.

Ao final dessas afirmações, reconhece que para os profissionais que estão na prática acreditar no projeto é mais difícil e inclusive mais sofrido: *discutir com uma instituição privada, você remunerada por ela, suas contas dependem do seu salário, pra você enfrentar essa instituição e falar... é muito mais difícil.* A partir dos indicadores referentes à dissociação sobre a prática profissional e o posicionamento frente ao projeto atrelado ao tipo de instituição e vinculação, passamos a entendê-lo como mais um núcleo de sentido na configuração subjetiva de Iansã denominando-o: *Quem eu sou, dependerá de onde estou.*

Conforme sinalizado pela participante, o tipo de vinculação profissional influencia na autonomia e possibilidades de enfrentamentos, discussão e efetivação do projeto. O vínculo estatutário lhe permitiu maior aprofundamento dessas questões, mesmo quando a falta de experiência profissional era incipiente. Por sua vez a inserção nas instituições privadas onde foram evidenciadas maiores dificuldades, em determinados contextos - quando não foi possível redirecionar questões contrárias às suas convicções profissionais – ela relativizou o discurso, reverteu posicionamentos e redirecionou estratégias de enfrentamento do capital. Mas até em momentos decisivos, entre sair ou permanecer no emprego (motivada por questões ideológicas e éticas), sua decisão estava atrelada a sua capacidade de garantir o suprimento das necessidades de subsistência: *Teve uma [instituição] e por conta não só da questão ideológica, mas por causa da questão ética, eu tive que abrir mão. Ou eu ficava e compactuava com aquilo e eu feria o projeto ou então eu saía... Optei [em sair] porque eu não tinha só aquela fonte de renda.* Essa afirmação demonstra que, contraditoriamente ao desejo e intenções da entrevistada sobre o projeto, a efetiva defesa do mesmo, esteve

subordinada, ao longo da trajetória profissional, sua capacidade de subsistência, onde os posicionamentos adotados - radicais ou flexíveis - dependiam do contexto institucional e do tipo de vinculação estabelecida.

Finalizando nossa conversa, Iansã descreve como expectativas, um conjunto de propostas, intenções e desejos que certamente agregarão novos sentidos subjetivos à sua configuração subjetiva e o arquétipo da assistente social guerreira: a continuidade da formação profissional, permanecer lutando para garantir o cumprimento das políticas sociais nos diversos espaços de atuação profissional além do desejo de continuar participando da gestão do CRESS: *eu gosto de estar em outras instâncias que discutam políticas públicas que é o que eu me identifico, além de crescer intelectual e profissionalmente. É isso que eu quero é o meu sonho!* Por último verbaliza uma frase que sintetiza as emoções vivenciadas ao longo de nosso encontro: *É tão bom falar sobre isso!*

- ***Olossá– A sábia***

Olossá foi a última participante da pesquisa, demandando-nos muita persistência e paciência para conseguir um horário em sua agenda tão concorrida. A partir de suas diversas inscrições profissional–assistente social e coordenadora do Serviço Social de uma instituição pública de saúde, docente do curso de Serviço Social em uma Universidade privada, membro da atual gestão do Conselho Regional - foi possível compreender os inúmeros cancelamentos e remarcações ocorridos até conseguirmos realizar a conversação. O encontro ocorreu após três meses do contato inicial, sendo disponibilizado pela participante, inicialmente, uma hora para a conversação, devido outros compromissos agendados para o mesmo dia. Entretanto, esse tempo foi ao longo do processo sendo flexibilizado, mesmo comprometendo os compromissos seguintes: O tempo já passou, foi?

A conversação foi realizada na sala da instituição onde Olossá trabalha como assistente social há aproximadamente vinte anos e coordena o setor há cinco. A área de saúde foi, em princípio, sua última opção de atuação profissional, devido sua falta de identificação com as problemáticas da área e com o nível de sofrimento da clientela - durante a graduação relata nunca ter feito disciplinas nem estágios relacionados à área. A necessidade de subsistência aliada à perspectiva de estabilidade profissional lhe motivou concorrer ao único concurso público disponível há época de sua formatura: *saúde era o lugar que eu não queria ir porque doença, sangue essas coisas... eu não quero ir pra saúde! aí teve o concurso e eu fiz ...muito naquela coisa assim de opção de trabalho.*

Durante as etapas do certame público, Olossá foi aprovada em outro processo seletivo de uma empresa privada, onde os salários e benefícios eram bem superiores ao oferecido pelo concurso. Entretanto, refere que a perspectiva de estabilidade do

emprego, associada à qualidade de vida e a perspectiva de maior autonomia profissional, lhe fizeram optar pelo concurso público: *eu virei aqui para o Pólo Petroquímico para ficar numa sala trancada, vindo de manhã, voltando de noite? eu vou optar pelo [concurso] que eu acho que vai ser mais interessante , vou ter mais possibilidade, fazer as coisas do jeito que eu gosto... E eu não me arrependi.*

A partir desses indicadores, construímos o primeiro núcleo de sentidos para Olossá, denominado: *quero além do imediato e aparente*. Esse núcleo se justifica pelas construções subjetivas da participante baseadas na superação de obstáculos, na escolha e tomada de decisões que vão além de suas preferências, por acreditar na possibilidade de mudanças e melhoras futuras, conectar-se com os ganhos secundários e priorizar as identificações ideológicas ao status e ganhos materiais.

Ao decidir cursar Serviço Social, relata que seu genitor lhe influenciou a mudar para o curso de informática, visando o retorno financeiro imediato além do status alcançado nesta profissão em grande ascensão à época: *meu pai amava a ideia de eu ser ligada a alguma coisa a processamento de dados porque naquela época dava muito dinheiro e eu tinha uma prima que seguiu por essa área e era assim - a pessoa de recursos na família!* Entretanto, o referencial materno (professora primária) associado ao envolvimento desta em processos de articulação e mobilização em busca de apoio e cuidado aos alunos e demais pessoas carentes de sua cidade, lhe fizeram internalizar estas experiências tornando-as significativamente predominante ao referencial paterno de ganho e status: *Eu tinha o referencial [de minha mãe] em lidar com pessoas, de estar sempre assim em processo de articulação, de movimentação.* Mesmo após ter sido aprovada no vestibular de química, realizou novo processo seletivo para o curso de Serviço Social, motivada pela perspectiva do cuidado e ajuda proveniente do referencial

materno e presente na profissão escolhida: *eu queria pessoas, o meu desejo era estar lidando com pessoas, com gente, conversar...*

Posteriormente, mesmo quando lhe foi possível conciliar a profissão inspirada no referencial materno com o status exigido pelo referencial paterno, abre mão dessa possibilidade, elegendo o concurso público na área de saúde pela estabilidade, autonomia e ajuda, ao emprego da indústria petroquímica de ganho e status: *naquela época tinha um status muito grande quem trabalhava com empresa, era o supra sumo. [então eu disse] eu não vou ficar nesse seu lugar, vou ficar com minha saúde mesmo...* Ainda que não tenha sido verbalizado, o vínculo de Olossá com o genitor guarda lembranças importantes de autoridade, respeito e submissão os quais ela demonstra através dos gestos comedidos e retração da voz ao falar do mesmo, ao mesmo tempo demonstrando insatisfação e subversão a este controle paterno.

A sua carreira no órgão público encontra-se marcada por sucessivos embates mantidos com os gestores por discordâncias e posicionamentos técnicos contrários aos princípios profissionais e aos princípios estabelecidos pelo direito à saúde pública: *Aquela coisa de gestor que quer que você faça alguma coisa porque ele acredita que é o correto... eu vivo sempre nesse embate, né?* Foram estes sucessivos embates mantidos com os novos gestores, os quais obrigava o Serviço Social a realizar atividades, consideradas por Olossá, contrárias às prerrogativas éticas e técnicas, que resultaram em sua transferência para uma nova unidade, sem seu conhecimento prévio: *um belo dia eu trabalhei o dia inteiro, quando eu cheguei em casa tinha um telegrama dizendo que eu estava à disposição da secretaria.*

Mesmo mantendo embates constantes para desvencilhar o Serviço Social desses estereótipos e desvios funcionais, buscando associar sua prática aos novos pressupostos teóricos, técnicos e éticos da profissão, reconhece que as demais colegas insistiam em

desenvolver atividades dessa natureza, acentuando ainda mais o conflito dela com os gestores: *verdade seja dita, havia a ligação do serviço social com algumas dessas atividades.* Este período de confrontos e embates, não é demonstrado por sentimentos associados a dor e sofrimento, nem mágoas e ressentimentos. Ao contrário, percebe-se sentimentos de superação e aprendizado, além de busca de alternativas as experiências vivenciadas. A partir desses indicadores, construímos o segundo núcleo de sentidos, denominado: *superar é preciso*, baseando-se em sua capacidade de transformação e superação de obstáculos presentes na prática.

Enquanto aguardava recolocação pela Secretaria de Saúde, uma das alternativas utilizadas para superar este momento, foi buscar uma nova inserção trabalhista, desta vez numa instituição de saúde filantrópica, onde refere ter implantado o Serviço Social a partir dos pressupostos profissionais que acreditava, pois dispunha dentre outros aspectos, do apoio e suporte gerencial, que há época era coordenado por uma assistente social: *O [Serviço Social] era vinculado à diretoria executiva que era Dona... assistente social italiana. Ela tinha forte relação com a gente, além de utilizar estes novos referencias profissionais, associado ao conhecimento adquirido na recém - concluída especialização em gestão hospitalar.* Neste momento Olossá expressa sua emotividade através do sorriso de satisfação, olhos brilhantes e reconhecimento pelos avanços conseguidos profissionalmente.

Após dois meses à disposição da Secretaria de Saúde, foi lotada em uma unidade de saúde materna, onde permanece até o momento. Ressalta-se que o vínculo no hospital filantrópico foi conciliado com o vínculo estatutário durante oito anos, até que uma nova mudança de gestão no hospital filantrópico lhe fez rescindir o contrato, sem mágoas ou ressentimentos conforme verbalizado: *Tenho ótimas referencias de lá. Ótimas! Nunca tive problema de gerenciamento, até quando eu sai[da*

instituição]. Sobre esta dupla jornada, Olossá refere ter sido um período “tranquilo” sendo possível a conciliação tanto no cumprimento do horário, quanto nos interesses e objetivos profissionais, afirmando inclusive, não haver diferenças entre as duas instituições. Quando convidada a falar sobre esta experiência público- filantrópico, verbaliza: *Ah! tranquilo, tranquilo!*

Mesmo após ser questionada, diversas vezes por diversas formas, a explorar o significado desta tranquilidade - uma vez que a instituição filantrópica referida, apresenta forte estratégia privada e lógica empresarial, sendo inclusive constantemente questionada e acionada pelo Ministério Público e outros órgãos de defesa do direito à saúde dos cidadãos e o serviço de saúde pública - por sua vez, apresenta uma escassez histórica e efetividade mínima, anossa entrevistada reconhece: *Na verdade, nada é tão perfeito, problemas existem! Alguns problemas até aconteciam, mas eu nunca considerei que fossem assim problemas impeditivos pra ser o que eu acreditava; o que eu deveria ser.* E novamente afirma sobre as diferenças e dificuldades vivenciadas nestas duas instituições: *Gente, não tem diferença nenhuma!*

Em outro momento da entrevista, a entrevistada reconhece uma importante diferença existente entre estes dois serviços de saúde: recursos materiais, financeiros e pessoais. Enquanto na unidade pública de saúde escassez de recursos dificultava a realização de algumas atividades básicas, sendo necessária inclusive, a utilização de algumas estratégias questionáveis: *Aqui eu uso meu carro pra fazer tudo*, na instituição filantrópica, a oferta de recursos e cooperação técnica internacionais facilitava tanto a execução de atividades complexas quanto a possibilidade de efetivar projetos e ações com alto poder de impacto sobre a saúde da população atendida.

Mesmo após apresentar esta diferença, Olossá permanece sustentando a opinião sobre o exercício da prática profissional: *com a mais absoluta sinceridade e*

[tranquilidade] digo pra você: eu nunca tive problema para o Serviço Social, para ser assistente social, pra fazer assistência social [seja no público ou no privado]. Curioso observar que assim como a entrevistada anterior - também representante do Conselho - Olossânão sinaliza dificuldades importantes na prática que possam caracterizar-se obstáculos ao exercício profissional. Sobre esta percepção Gentilli (2006, p.34) sinaliza a existência de uma clara tendência, que as dificuldades da prática cotidiana, são mais bem superadas por aqueles profissionais que conseguem ter mais clareza sobre as múltiplas e precisas mediações que se articulam no objeto de seu trabalho, tendo influência os papéis que lhe são esperados, as atitudes a serem adotadas e as referências identitárias.

Dessa forma, a visão otimista da profissão pode estar também associada ao significado atribuído pela entrevistada em ser assistente social: *assim, eu sou apaixonada... eu gosto tanto que não sei... Eu já vou fazer 27 anos de formada. É amor mesmo... nunca tive desejo de fazer outra coisa.* A partir dessa afirmação, supomos que esta ligação predominantemente emotiva e afetiva da profissão, tende a minimizar alguns elementos da realidade, dentre eles as próprias dificuldades enfrentadas. O sentimento expresso pela profissão foi construído desde o ingresso na Faculdade, ainda que a sua compreensão sobre o fazer profissional não fosse tão claro neste momento: *[sentia] aquela coisa meio nebulosa quando a gente chega na profissão. O que é exatamente Serviço Social. O que é assistente social?*

Essa nebulosidade, entretanto, ainda que tenha sido aparentemente dispersa com o percurso profissional, não se apresenta bem traduzida quando ela precisa descrever o significado atribuído em ser assistente social: *ser assistente social é ser aquele profissional que tem a possibilidade de lidar com dificuldades expressas de relação do outro... pautado em um referencial, pautado em um conhecimento.* Essa conceituação nos

fez questionar, porque neste momento, a afetividade anteriormente expressa sobre a profissão cedeu lugar a um significado racionalmente construído e elaborado. A partir desses elementos construímos o terceiro núcleo de sentidos para Olossá: eu não sou perfeita.

Ainda que não tenhamos conseguido definir qual movimento (racional ou emocional) lhe fez assumir a gestão do Serviço Social, nesta instituição há cinco anos, o seu ingresso no Conselho Regional de Serviço Social ocorrido há dez anos, deu-se de forma predominantemente afetiva: *desde que eu entrei [no Conselho] que eu me apaixonei pela história das discussões, que é uma coisa que eu gosto, ver o que é que a entidade tá fazendo.* Olossá reconhece ser uma pessoa altamente questionadora e atuante em causas de sua afinidade, motivo pelo qual se aproximou do CRESS, inicialmente como observadora participante de algumas comissões até alcançar função gestora do órgão. Essa participação gradativa no Conselho lhe proporcionou grandes aprendizagens pessoais e desenvolvimento de recursos teóricos e técnicos, que retroalimentam cotidianamente sua prática, tais como a habilidade de comunicação, o poder argumentativo e ampliação da percepção sobre a prática profissional e a leitura do contexto. Reconhece, entretanto, que a participação no Conselho apresenta também alguns empecilhos, principalmente pela necessidade constante em *dar o exemplo*, em qualquer local que esteja como profissional ou ainda por sentir-se constantemente cobrada pelos pares: *É uma cobrança maior. Nem você pode errar, como ao mesmo tempo, coisas que antes vocêalaria tranquilamente, hoje você não pode mais falar porque tem uma proporção muito maior.*

Em sua prática como gestora do Serviço Social na unidade pública, a entrevistada refere tentar distanciar-se do lugar ocupado no conselho aproximando-se do papel de colega das demais assistentes sociais. Para isso, tem buscado fazer uma gestão

baseada na participação e discussão coletiva: *Eu [tento] não estabelecer uma diferença e o grupo sabe disso. A gente decide as coisas muito coletivamente, faz aqui tudo discutido. Não é o resultado do que [Olossá] pensa. É sempre resultado do grupo.* Entretanto, reconhece as dificuldades vivenciadas na relação com estas colegas, principalmente quando se trata da busca da coesão ou da tentativa de evitar que as discordâncias e divergências, sejam direcionadas para o lado pessoal, provocando conflitos interpessoais: *é muito difícil e complicadíssimo você dizer que a colega está errada né?* Outro conflito constantemente vivenciado com as colegas é a expectativa destas sobre as atitudes individuais e seu reflexo sobre o coletivo de assistentes sociais.

Olossá atribui à construção e legitimação da identidade profissional, ao comportamento individual dos assistentes sociais, seja na prática profissional, ou em qualquer espaço de discussão e defesa dos direitos sociais, compreensão esta que nem sempre é compartilhada pelas colegas: *temos atitudes, assumimos posturas, defendemos coisas que devem ser do grupo. Não são individuais de “Ana”, “Maria” e “João”. Essa é a nossa perspectiva, [mas] nem sempre acontece...* Observa-se nessa frase, a concepção da entrevistada, enquanto representante do Conselho, em buscar uma coesão profissional a partir da crença que as múltiplas concepções teóricas, técnicas e pessoais, legítimas, possam ser transformadas em enunciados convergentes, para o exercício da prática (Gentili, 2006, p. 28).

Mesmo manifestando a expectativa acima, Olossá relata que na prática profissional, reconhece os limites éticos e tenta não interferir na lógica de trabalho das colegas. Como atividade principal de sua gestão, vem promovendo sessões científicas regulares, utilizando referenciais teóricos do Serviço Social e principalmente da legislação em saúde, para alinhamento dos discursos: *[aqui] existe leituras*

diferenciadas. Esse foi um problema ou um caminho encontrado pra gente tentar ultrapassar um pouco as barreiras [teóricas]... aproximar um pouco as leituras.

Quando questionada sobre a perspectiva de efetivação do Projeto Ético Político, surpreendentemente afirma: *É um nó. Mas é um nó que a gente tenta todo dia desatar...* Segue justificando que sua compreensão sobre o projeto está associada ao referencial normativo e técnico que compreende o código de ética e seu uso específico, além das regulamentações postas pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - visando por fim, a garantia de direitos dos usuários. Olossá associa o projeto a uma “poderosa arma profissional”: *a gente usa [o projeto] como arma, vamos dizer assim. É o nosso referencial aqui dentro.*

Em seguida, numa nova demonstração de otimismo, reconhece que a capacidade de efetivação do projeto, não se encontra circunscrito a esfera institucional, mas sim em diversos aspectos do cotidiano do profissional: *aqui dentro eu acho que ele está [se consolidando], mas não vejo muita diferença na forma como ele se apresenta aqui dentro e como ele está lá fora.* Ela acredita que o assistente social, imbuído na perspectiva de garantia de direitos, deve procurar efetivá-lo em qualquer momento de sua vida, em qualquer papel social desempenhado e não apenas no momento de intervenção profissional: *Eu acho que esse embate aqui dentro deve ser o mesmo embate que a gente vive lá fora, na sociedade como um todo. O que acontece aqui acontece em todos os lugares.*

Olossá segue afirmando a sua impossibilidade, ou mesmo decisão, em não dissociar o papel profissional de outros papéis desempenhados: *Não dissocio não, porque Olossá mulher, filha, namorada, companheira, também reflete nessa mulher profissional.* De forma apropriada refere que as experiências vivenciadas nestes

múltiplos papéis vão se agregando ao longo da vida como *coisas novas, coisas diferentes*, onde alguns destes exemplos *ficam por mais tempo, outras [se dispersam] mais facilmente, outras você fica com um apego tenebroso*. Por fim reconhece que são estas múltiplas vivências que vão lhe construindo e reconstruindo: *Eu sou tanta coisa e às vezes eu estou querendo ser mais... tem horas que eu sou uma pessoa extremamente organizada, tem horas que eu estou voando, às vezes sou super organizada, sou uma pessoa cuidadosa, às vezes eu sou brigona, às vezes eu sou temperamental...* Por fim reconhece sua condição humana: *Eu não sou ninguém perfeita.*

Contraditoriamente a afirmação acima, relata que no âmbito profissional, em sua condição de gestora e membro do órgão representativo dos assistentes sociais, devido às constantes demandas e embates institucionais, para garantia de direito dos usuários aliado aos princípios profissionais, precisa manter-se num estado de *vigilância completa e absoluta*. Questionada como se sente neste estado de vigilância, responde tratar-se de um *estado de sofrimento*. Logo em seguida, complementa afirmando não ser um sofrimento, no sentido estrito da palavra, mas sim um sentimento de desconforto, ao estar sempre em exercício de alteridade e empatia - *se colocar no lugar do outro* – o que em seguida afirma *não poder relaxar nunca*.

Um dos motivos de sofrimento verbalizado refere-se à compreensão dos gestores, de seu local de trabalho, sobre a importância atribuída ao Serviço Social na unidade. Para nossa participante, o valor atribuído por estes à profissão é o lugar secundário e menos importante em relação aos demais profissionais, principalmente a categoria médica. Nesse momento, Olossá que ao longo da entrevista, manteve-se sempre otimista, expressa sentimentos de frustração e desamparo: *Às vezes eu tenho vontade de dizer: poxa, eu também sou profissional, não somos médicos, mas somos inseridos dentro de uma categoria profissional, temos uma lei de regulamentação, também temos*

um código de ética. Entretanto, logo em seguida, de forma eloquente e auto afirmativa, descreve vários acontecimentos cotidianos, sinalizando a importância do Serviço Social e de sua atuação como profissional e gestora, contrariando inclusive as decisões e orientações gerenciais, o que faz com que o Serviço Social seja reconhecido na Instituição como *uma equipe que tem mania de ser diferente!*

Numa demonstração de maturidade e crescimento pessoal, Olossá afirma que estes conflitos, vivenciados cotidianamente, não a paralisam, a ponto de afetar sua saúde física e psíquica: *eu não sei se isso é vivência, se é experiência, eu não sei, mas eu acho que aprendi ao longo do tempo [não] levar os conflitos para algo pessoal, que me adoça, que me faça sofrer, que chegue em casa e não possa ler um livro ou assistir algo legal, está me acabando por isso entendeu?* Esse manejo, aparentemente bem sucedido, dos conflitos e entraves profissionais, nossa entrevistada atribui a sua vivência profissional, ao estudo sistemático, a busca constante por referenciais teóricos que subsidiem a prática, aos questionamentos e avaliação da prática para melhor compreendê-la e possibilitar uma intervenção eficaz: *Acho importante nisso tudo é saber o que é ser esse profissional, para que trabalhar com isso? por que continuar com isso? Qual a sua meta? Qual seu objetivo? Qual é seu entendimento da profissão? Eu acho que é isso que te dá segurança na profissão.*

Esta segurança profissional alcançada ao longo de vinte e sete anos de prática, não se configura em estagnação ou tranquilidade para Olossá. Ao contrário, demonstra uma constante busca pelo conhecimento, pelo novo e desconhecido: *tem sempre alguma coisa nova, eu quero conhecer mais, eu quero aprofundar mais o conhecimento.* É esta busca por novos desafios que a tem feito planejar suas próximas etapas profissionais, caracterizada inicialmente pela solicitação de sua aposentadoria para dedicar-se a docência, experiência que iniciou apenas no ano passado, numa instituição privada de

ensino, mas que tem lhe despertado grande prazer. Entretanto, esta mesma experiência tem lhe causado grandes preocupações por causa da constatação do tipo de formação oferecida aos novos estudantes independente da natureza da Universidade - pública ou da privada. Dentre as preocupações de Olossá, afirma que a formação precária pode inviabilizar a continuidade do projeto ético político do Serviço Social: *me assusto muito, muito, muito*. Por fim sinaliza: *Não sei onde isto vai dar...*

- *Oxumaré – Movimentar-se é preciso*

Oxumaré, por ordem de realização, foi a primeira entrevistada, ou seja, a participante piloto. Como esperado, o meu nível de ansiedade estava demasiadamente alto, o manejo com a quantidade de informação recebida parcialmente comprometido e o impacto causado pelas emoções, devido à semelhança nas experiências, inevitável. Apesar destes obstáculos foi possível dialogar, produzindo informações valiosas para nossa análise. A conversação aconteceu em uma ala reservada de um restaurante.

A participante mais nova do estudo estava formada há dois anos por uma universidade privada do Estado e até o momento, não havia realizado nenhuma especialização. Trabalhava há seis meses em uma empresa privada de saúde, cujo foco de atuação era atenção à saúde em domicílio, mais conhecida como *Home Care*. O vínculo empregatício encontra-se regido pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Nos seis meses anteriores prestou serviços, via contratação indireta – terceirização - a um órgão municipal de Assistência Social, trabalhando com demandas relacionadas à cidadania e direitos humanos.

Ao se inserir na atual instituição foi necessário, inicialmente, reestruturar o processo de trabalho, haja vista inexistência de um setor de Serviço Social, bem como inadequação das atividades desenvolvidas pelo profissional anterior. “*Quando cheguei aqui foi um pouco assustador. Não tinha uma pasta sequer com documentos sobre o Serviço Social, o que se tinha aqui era uma prática pela prática.*” Dessa forma, registrou ter iniciado as atividades profissionais fazendo uma caracterização dos serviços oferecidos pela unidade de saúde, a caracterização da clientela atendida, a construção do fluxo de trabalho. Mais recentemente padronizou as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, elaborou um sistema de monitoramento e avaliação, além de realizar

atividades de acompanhamento social (detectando maus-tratos, resistência da família), captação, remoção, visita domiciliar, triagem de demandas para previdência e orientações sobre a natureza do atendimento.

Apesar da coerência e organização descrita sobre a estruturação do processo de trabalho, ela reconhece esse período como altamente desorganizador do ponto de vista emocional, com crises de ansiedade, insônia, medo, insegurança e tristeza, desencadeadas por um conjunto de fatores vivenciado no novo ambiente de trabalho, tais como, a visão equivocada dos gestores sobre o lugar do Serviço Social: *“O Serviço Social estava subordinado à área administrativa, a área operacional, era mandado pelo administrativo, foi assustador, não queria isso”*, sobre equívocos na execução das atividades profissionais: *“Quando cheguei, a avaliação socioeconômica... era feita por telefone, porque a empresa não reconhecia a visita domiciliar como parte do trabalho, então não liberava o carro”*; a percepção dos colegas de trabalho sobre a função do assistente social na unidade: *“Quando cheguei aqui os colegas diziam que eu era a secretária, hoje me chamam de parceira”* e a falta de conhecimento dos usuários: *“As pessoas não conhecem o que é o Serviço Social”*.

Observamos que, além dos aspectos descritos, a experiência profissional atual tem sido vivenciada por Oxumaré com um estado acentuado de tensões e conflitos marcados (na fala da entrevistada e no seu intenso movimento corporal), pelas contradições constatadas entre os ideais profissionais e pessoais construídos ao longo da formação e a realidade profissional vivenciada. Evidencia-se, em outras palavras, um forte tensionamento existente pelas divergências criadas entre o “ser” e o “dever ser”: *Eram conflitos diários entre o que estudei, com o código e com essa realidade. A gente chega e não encontra as coisas prontas.*

Creditamos ao estado emocional atual, sua pouca experiência profissional associada ao tempo na instituição e ao processo de trabalho em processo de reestruturação, o que vem lhe causando grandes frustrações: *Tinha tantas expectativas e quando cheguei na prática foi diferente.* Nesse momento, como em vários outros durante a conversação, ela se mostra extremamente tensa, apresentando forte contratura corporal, inquietação além da grande necessidade de verbalizar sua vivência.

Apesar da diversificada experiência em estágios, com bom desempenho atestado pelas instituições nas quais estagiou, realizando atendimentos, orientações e encaminhamento dos usuários, acompanhamento aos programas desenvolvidos pelo Serviço Social – sob supervisão de um profissional e do bom curriculum acadêmico, a participante demonstra grande dificuldade com o manejo da prática profissional atualmente, atribuindo esta dificuldade ao pouco estudo sobre a teoria do Serviço Social: *“tem que estudar, se especializar; o segredo é estudar; estou tentando estudar duas vezes por semana.; a falha é na questão do estudo; essa precariedade do estudo”.* Interessante registrar que o que nos pareceu inicialmente um profissional com plena capacidade de desenvolvimento e segurança sobre a prática e os conflitos cotidianos, ao longo da conversação se configurou num quadro de insegurança, alto nível de ansiedade e sofrimento, onde esse estado emocional desequilibrado, associada a falta de compreensão do arsenal teórico e técnico do Serviço Social, nos levou a construir ao primeiro núcleo de sentido: *Quando estudar é preciso.*

Este núcleo se integra ao sentido subjetivo do reconhecimento, constatação e implicações do pouco estudo e domínio da teoria e técnica do Serviço Social. Os indicadores desse núcleo apontaram uma desorganização emocional, a tal ponto, que ela não consegue se conectar com o significado de sua profissão: *“O que significa ser assistente social? Ainda estou aprendendo o que faz o assistente social, ainda não está*

difundido”.Ao ser questionada,sobre os referenciais teóricos utilizados em sua prática,faz um silêncio prolongado permeado de pavor e ansiedade e se justifica reconhecendo mais uma vez as limitações do estudo: (silêncio prolongado)... *Essa precariedade do estudo de não saber o que faz... a gente sabe o que é mas não saber dizer, delimitar... a questão do direito, a entrevista, são alguns instrumentos que utilizo, importante a identidade profissional....*

Mesmo apresentando um vocabulário com terminologias próprias do Serviço Social, observamos que sua utilização nesse momento, em virtude do impacto emocional vivenciado apresentava muito mais um aspecto reprodutivo, internalizado, sem uma real compreensão e consciência do seu conteúdo e aplicação. Apresentou sérias dificuldades em conversar fluentemente sobre os temas do Serviço Social, apresentando diversos momentos de silêncio prolongado, mas com bastante inquietação interna, ainda que afirmasse estar se sentindo a vontade para conversar conosco.

Seguimos perguntando sua compreensão sobre o projeto ético político da profissão. A participante nos respondeu: *Aquilo que norteia nossa prática, aquilo que orienta o nosso fazer, aqueles princípios que estão no código de ética que devemos tentar cumprir para diminuir as desigualdades, a injustiça, os valores da profissão que temos que seguir...(silêncio)*. Vale ressaltar que o período de sua formação acadêmica coincide com o auge dos estudos e difusão do projeto em livros, artigos, temas de congressos, seminários e debates, o que nos fez acreditar que sua compreensão sobre o constructo poderia ser melhor sedimentado e explicitado.

Em seguida, perguntamos de que forma ela identificava sua prática com esse projeto, ao qual nos afirmou tratar-se de uma “força que ela possuía”.Uma força que deveria existir através do conhecimento, a relação que ela estabelecia com os princípios

do código de ética profissional, no comprometimento com os usuários do serviço, com a capacidade de visualizar as pessoas como seres de direitos e o respeito pelo próximo. Entretanto, justifica novamente a falta de conhecimento como obstáculo para essa melhor identificação.

Outra possibilidade levantada e já em execução por *Oxumaré* é sua presença nas reuniões das comissões existentes no Conselho, ainda que de forma eventual. Por fim, verbaliza estar tentando “*lutar contra o cansaço e a preguiça*” e afirma necessitar de um tempo maior para que as fortes experiências e últimos acontecimentos, possam encontrar uma “conformação interna”: *eu preciso de um tempo para trilhar, conduzir melhor meu trabalho, é o que espero...*” Talvez esse “tempo de processamento”, do impacto causado pela primeira experiência profissional, propriamente dita, seja realmente uma estratégia eficaz a ser utilizada. Reconhecer o período de desestruturação, do novo, do desconhecido, de seu estado ansioso, para então iniciar sua reestruturação pessoal e profissional, aliando os conhecimentos adquiridos e atestados na vida acadêmica e experiências em estágio, com sua carreira profissional e equilíbrio pessoal.

Após esse aparente esgotamento das questões referentes ao processo de trabalho, *Oxumaré* se reporta ao período de escolha da profissão. Afirma que seu desejo, desde criança, era ser arquiteta, por considerá-la uma profissão “linda” além de apresentar afinidade com sua sensibilidade estética. Entretanto, seu primeiro vestibular foi feito para o curso de fisioterapia. Após reprovação no concurso, passou a interessar-se pelo curso de Serviço Social: “*Hoje vejo que desde pequena tinha identidade. É algo mais profundo...*” Essa profundidade a qual nossa participante se refere, pode estar associada a sua história de vida.

Moradora de um bairro periférico de Salvador, considerado um dos mais violentos, dominado pelo tráfico de drogas, alto índice de homicídios, violência doméstica e poderes paralelos ao da polícia, precisou conviver com estas desigualdades e injustiças sociais. Reside com o pai e avó paterna desde tenra idade, sofre com a interferência das tias paternas em sua vida, necessitou de apoio de toda a família para custeio dos estudos em uma Universidade particular.

A genitora não tem lugar de destaque em sua vida. O vínculo conflituoso entre ambas foi expresso de forma “silenciosamente barulhenta” durante a conversação, demonstrada pela expressão de tristeza e choro, seguida de breves frases e relatos da convivência negativa. Convive com a escassez e limites financeiros “lutando” diariamente, durante vários anos, para “driblar” esta situação. Talvez por essa trajetória de vida, após atestar que o Serviço Social foi sua terceira opção profissional, logo em seguida, de forma inconsciente relata: *Não me vejo fazendo outra coisa desde pequena.* Essa fala pode ser um reflexo da necessidade de reparação e elaboração desse desamparo, onde a profissão exercida teria, ao menos no plano ideal, essa finalidade.

Em seguida, direciona suas angústias e questionamentos às perversas características do sistema social e econômico vigente, mais precisamente em relação às desigualdades, injustiças e iniquidades presenciadas na área da saúde privada, onde a mercantilização desse bem, tem sido imperante, em detrimento ao direito universalmente estabelecido da saúde enquanto direito de todos. Outro ponto de questionamento levantado pela participante refere-se às expectativas pessoais e profissionais frustradas, devido à constatação dos mecanismos de dominação e subordinação do sistema sobre a classe trabalhadora. Para melhor compreendê-los, vem buscando apoio nas leituras de base marxista, apesar de percebermos uma aproximação

teórica ainda bastante tímida e lenta: “A base do materialismo histórico e a construção marxista explicam as dificuldades que estamos vivendo...”.

A partir desses indicadores, construímos um novo núcleo de sentidos para Oxumaré denominado: *reconhecendo minha impotência*. Esse núcleo integra a constatação das dificuldades vivenciadas atualmente pela participante, primeiro sobre a efetivação do projeto, afirmando ser o sistema capitalista “*severo e voraz*”, motivo pelo qual ela está descrente quanto as possibilidade de alcance dos objetivos propostos do projeto ético político: “*Não acredito na efetivação, mas sim em momentos, possibilidades, alguns indivíduos, mas na massa, na coletividade não está conseguindo efetivar não*”. Para essa efetivação, Oxumaré afirma ser necessário algumas mudanças nas bases produtivas do sistema capitalista, para tentar diminuir as desigualdades, a *injustiça*. Yamamoto (2011, p.19) considera que o atual quadro sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano profissional, afeta suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária e dos assistentes sociais que são desafiados nas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência. Entretanto, é nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. É a partir das dinâmicas das relações entre as classes sociais que se encontram a fonte das problemáticas a serem enfrentadas e a chave de suas soluções (Yamamoto, 2008, p. 220). Dessa forma, acreditamos que reconhecer a impotência, não basta para gerar uma superação. É preciso, reconhecer também suas potencialidades.

Outro elemento integrante desse núcleo de sentido refere-se ao confronto entre as expectativas de ascensão profissional e pessoal imediata e a constatação do contexto social econômico caracterizado pela precariedade de inserção no mercado de trabalho, vínculos empregatícios fragilizados, falta de estabilidade nos postos de trabalho além dos baixos salários que inviabilizam a realização, pelo menos em médio prazo, desses

desejos e necessidade de reparação das dificuldades vivenciadas: *Estou angustiada, percebo o lucro em detrimento do ser humano... Uma loucura... pessoal e profissional, eu me sinto destruída, nós também fazemos parte desse proletariado. Me vejo invadida, um bichinho acuado...*

A partir desses elementos de sentido, o sofrimento psíquico instalado constitui um elemento da configuração subjetiva de Oxumaré – desencadeada a partir da reflexão, descortinamento e constatação dos reais motivos de sua condição periférica – principalmente após ter cumprido todos os pré-requisitos ideologicamente difundidos para ascensão social: Estudar, se formar para ser alguém na vida e realizar todos os seus desejos! Essa dor é traduzida nas palavras proferidas, em tom melancólico e olhos lacrimejantes: *Eu quero minha estabilidade profissional e fico desesperançosa. Quero incessantemente estabilidade, meu carro, minha casa e vejo que é difícil minha casa, meu carro e minha estabilidade.* Ao contrário do exposto por Yamamoto (2011, p.65) que verbaliza que a escolha profissional não é feita para ter mais dinheiro, mais status e mais prestígio, mas sim uma escolha guiada por valores nobres e não utilitários, a entrevistada, assim como todos os profissionais, possuem desejos e necessidades materiais, tendo na força de trabalho profissional o elemento de troca mais viável à subsistência e suprimento destes desejos.

A partir desse desabafo, quase um manifesto, percebe-se o quanto Oxumaré encontra-se mobilizada e angustiada nesse período de confronto entre o ideal e o real, o quanto está sendo doloroso rever os sonhos, redirecionar os desejos e conseguir um mínimo de controle emocional, para inclusive, superar esta fase. Até porque sua fala final demonstra que ela ainda mantém interesse em continuar atuando na profissão, não se conformando com as condições impostas, ainda que finalize nossa conversa da

mesma forma que a começou- constatando que precisa estudar mais: “*eu quero ser Aassistente social... a falha é na questão do estudo*”.

- *Euá – O caminho do meio*

O encontro com *Euá* foi mediado por uma colega em comum, durante um evento científico sobre as práticas de Serviço Social, promovido por uma Universidade do Estado. Apresentada a proposta da pesquisa e aceito o convite, a conversação ocorreu na mesma semana, na sala de reunião da instituição onde nossa convidada trabalha.

Formada por uma instituição federal de ensino localizada na região sudeste do país (sua região de origem) ingressou, logo após conclusão do curso, numa instituição pública da área da seguridade social onde trabalharia há 24 anos fazendo questão de ressaltar que este foi seu *primeiro e único emprego*. Iniciou as atividades profissionais nesta instituição como assistente administrativo em uma unidade da região sudeste. Devido ao enlace matrimonial, solicitou transferência para Salvador (residência do cônjuge) e após um ano nesta nova unidade - com o curso de Serviço Social já concluído - foi beneficiada com a ascensão profissional para o cargo de assistente social. Esta migração profissional foi possível por causa de uma prerrogativa existente no serviço público, anterior à constituição federal de 1988, que permitia aos servidores de qualquer instância, uma mobilidade funcional sem obrigatoriedade do certame.

Euá coordena atualmente o Serviço Social desta Instituição, em todo o Estado da Bahia, estando sob sua responsabilidade aproximadamente dezoito profissionais. Como formação complementar realizou uma pós-graduação em direito previdenciário. As atividades desenvolvidas inicialmente como assistente social estavam relacionadas ao atendimento aos segurados para orientações, encaminhamentos ou concessão de benefícios materiais para aqueles com perfil compatível ao recebimento deste recurso. A concessão deste benefício pelo Serviço Social sempre foi motivo de grandes preocupações por *Euá*, vez que considerava esta estratégia profissional imbricada num forte viés

assistencialista. *Eu achava um pouco constrangedor na época. Apesar de trabalhar com toda questão social... [havia] uma preocupação muito grande para que não criasse nenhuma dependência...de buscar dinheiro no Serviço Social.* O trabalho com toda questão social, ao qual ela se refere, está baseado no Parecer Social – principal instrumento da prática dos assistentes sociais desta Instituição – resultante de uma avaliação social e econômica criteriosa além do acompanhamento e monitoramento posteriores ao uso do benefício.

Em 1996, com a publicação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, o Serviço Social foi retirado da estrutura organizacional da Instituição e os profissionais foram distribuídos entre vários setores das unidades institucionais, designados a realizar atividades consideradas generalistas e inespecíficas à profissão. Ela atribui a saída do Serviço Social do fluxograma institucional, à forte pressão governamental para instalação do estado mínimo com conseqüente mercantilização dos direitos sociais bem como a falta de uma liderança do Serviço Social, pois seu representante há época, estava envolvido em diversas frentes de trabalho, não sendo possível envidar esforços suficientes, nem aglutinar estratégias políticas e técnicas para garantir a continuidade do setor na unidade: *O serviço social completamente esfacelado, sem uma liderança, fora da estrutura...diminuiu o espaço sócio ocupacional, tiraram [o] parecer, a equipe já não se reunia mais, a equipe perdeu tudo, ficamos totalmente nas cinzas.* Nesse momento nossa participante, mostra-se completamente mobilizada, emotiva, voz baixa e trêmula, reativando lembranças afetivas permeadas por sentimentos dolorosos.

Após a saída do Serviço Social da estrutura oficial da Organização, a entrevistada relata que os profissionais mantiveram-se resistentes a estas mudanças e dentro das possibilidades, continuaram desenvolvendo as atividades e atribuições

específicas da profissão, mesmo sofrendo um forte assédio moral da gerência: *Com o Serviço Social foi: não precisamos mais do Serviço Social. O Ministro [...] na época veio e falou: - Oh, porque essa sala para o Serviço Social? Tira essa sala.* Entretanto, após intensas e dolorosas negociações conseguiram manter uma sala para o Serviço Social continuar desempenhando suas funções ainda que sob forte sofrimento e angústia: *...você sentia que você não tinha a quem recorrer, não tínhamos representação, não tínhamos liderança, então era você ali ou você... teve muito sofrimento, né? Muitos problemas alérgicos, né? Eu me sentia muito pressionada ali dentro sabe?*

A convivência com as dificuldades internas, sem perspectivas de melhora, sem possibilidades de articulações externas, conforme citado: *Ficou exclusivamente com trabalho com grupo, atendimento [individual] sem avançar como a gente tanto desejava...* faz Euá reconhecer suas fragilidades e limitações profissionais, a instalação do adoecimento físico e sofrimento psíquicos, refletindo em sua motivação e interesse pelo trabalho desenvolvido. Em 2003, motivada por forte pressão dos profissionais em âmbito nacional e com o apoio dos Conselhos Regionais e Federais, o Serviço Social conseguiu retornar a estrutura da organização, reativar as atividades anteriormente desenvolvidas, construir documentos norteadores da prática além de ampliar o campo de atuação em vários outros programas da Instituição. Nesse momento a expressão de pesar e tensão lhe abandonam, dando lugar a um olhar luminoso e um sorriso de satisfação pela história vivida. *Então [nesse ano] foi nossa maior ressurreição porque foi a reunião de todos os representantes técnicos... para reestruturação. A gente sentia que a coisa poderia mudar, estava mudando a situação... estaríamos voltando para estrutura...*

Apesar da história profissional de *Euá* ter-se estendido, consideramos importante descrevê-la com a riqueza de detalhes registrada pela mesma, para que pudéssemos

construio primeiro núcleo de sentidos da sua configuração subjetiva denominado: *nunca perco o encantamento*. Esse núcleo se justifica pela capacidade demonstrada pela participante em olhar para sua história, os ganhos, retrocessos, adoecimentos, conquistas e perdas, demonstrando sua evolução, maturidade pessoal e profissional conquistada ao longo desse período: *“As coisas vão, as coisas vêm, já tivemos momentos maus, já tivemos momentos no fundo do poço, mas... a gente nunca pode perder o encantamento”*.

O encantamento sinalizado foi significado por nós, reflexo de sua forte ligação mantida com a profissão escolhida: *Eu sou apaixonada pelo que eu faço, no dia que eu deixar [de me encantar]... eu quero estar aqui, nesse lugar onde eu estou, enquanto eu for justa, enquanto eu for encantada, empolgada e motivada*. Outro aspecto detectado neste encantamento refere-se a afinidade mantida com os princípios adotados pelo Serviço Social: *uma das minhas crenças é a questão dessa justiça, de ser justo com o outro, de me colocar no lugar do outro, de estar disponível para ouvir e estar empolgada. Porque, quando a gente tem esse compromisso com o outro, então o outro pode ser uma colega ou o outro pode ser um... (choro)*.

Observa-se que os valores e crenças apresentados pela participante encontram-se fortemente embasado nos princípios humanistas, configurados supostamente em outras zonas de experiências, ressignificada na experiência atual, apresentando convergência com os princípios e valores profissionais do humanismo, compreendidos em outra dimensão, conforme sinalizado por Yamamoto (2011, p.64): *“O compromisso com valores humanistas... vem sendo depurado, de um humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto... passando pela afirmação de valores da democracia, dos direitos humanos e cidadania para todos”*.

O momento profissional da participante encontra-se atravessado pela vivenciadas fortes consequências, impactos e ditames do novo modelo de produção institucional baseado, dentre outros aspectos, no severo monitoramento e avaliação periódica e sistemática dos servidores. Essa forma de controle do processo de trabalho e dos trabalhadores, sobre os quais são aplicados o sistema de reconhecimento e recompensa, responsáveis tanto pela remuneração e ascensão profissional, utiliza-se tanto de critérios objetivos (frequência, produtividade, indicadores) -*Quanto tempo... o usuário... permanece dentro da instituição é cronometrado, quanto tempo você trabalha, você atende... É muito forte [o] monitoramento. Monitora a hora que o servidor chega na agência, a hora que ele vai embora, um rigor muito grande, então o monitoramento é muito pesado...* - quanto desenvolve critérios subjetivos (percepção dos superiores e colegas sobre interação, espírito de equipe, liderança etc.) -*então a questão de avaliação de desempenho você fica muito a mercê daquele que gerencia. Então assim, pode ser um instrumento que [pode] ameaçar, até [gerar] um assédio moral.*

Esta nova estratégia produtiva vem suscitando muitas insatisfações e conflitos internos, acirramento da competitividade, alteração da lógica do trabalho social, com impacto significativo sobre a qualidade de vida dos trabalhadores. Entretanto, ela afirma que apesar deste cenário tenso, ela tem conseguido estabelecer, dentro das possibilidades técnicas e pessoais, uma forte resistência e questionamentos frente aos direcionamentos institucionais: *então a uma luta muito grande para que a gente possa manter a qualidade. Tem que tá muito atenta pra que não se deixe levar pela pressão do número de usuários atendidos...* A luta a qual eu me refero, pode ser por mim constatada durante uma reunião entre os assistentes sociais e os gerentes da regional Nordeste para avaliação e planejamento das atividades, (a qual fui gentilmente

convidada a participar como observadora) podendo então presenciar o nível de enfrentamento e posicionamento dos profissionais, principalmente da entrevistada, na condição de gestora, contrários ao sistema de gerenciamento que tanto tem impactado na efetividade do Serviço Social.

Seguimos questionando como ela percebia e avaliava o desenvolvimento das ações realizadas pelo serviço social, a partir da perspectiva do projeto ético político, no cenário institucional atual. A partir do conjunto de posicionamentos, registros e emoções expressas, configuramos um novo núcleo de sentido subjetivo: Eu (somos) assistente social. Esse núcleo se justifica pelos indicadores apresentados ao longo de nossa conversação que integra um sentido subjetivo caracterizado pelo sentimento de pertença e coletividade, refletidas inclusive na pessoa e tempo verbal comumente utilizado – Nós - para expressar perguntas feitas diretamente a ela, ou seja, à sua singularidade. Euá justifica assim a fusão existente entre o individual e o profissional: *a minha vida, não é diferente da minha pessoa e a vida profissional*. Registra-se também o exercício constante de empatia e alteridade feito, visando maior identificação com os problemas cotidianos de seu grupo representativo: *[tento] me colocar no lugar da assistente social que está lá na ponta com suas dificuldades... Então não me importa o que é assim [a pessoa]... o interesse maior é que o Serviço Social esteja trabalhando muito bem; a gente sempre está na defesa do Serviço Social*.

Não podemos desconsiderar, entretanto, que o lugar ocupado atualmente – Gestora regional do Serviço Social - pode influenciar significativamente essa aparente perda da singularidade: *Eu enquanto [Euá]... neste momento, que ocupo um espaço aqui como representante técnica, se eu for declarar guerra ou brigar... quem perde espaço é todo uma categoria*, por isso refere que as atitudes tomadas precisam ser muito bem planejadas e avaliadas as consequências para o coletivo. Outro elemento presente

neste núcleo de sentido refere-se ao cuidado demonstrado nas ações desenvolvidas e as consequências destas na vida das pessoas— característica esta, fortemente atribuída ao gênero feminino, pela sociedade patriarcal burguesa como também encontrado nas origens e formação da identidade do Serviço Social brasileiro: *Trata-se de um setor formada por mulheres. Então não é a pessoa, mas, é a categoria. A gente tem que ter a questão de... preservar a equipe.* Esse cuidado é também ampliado para sua relação com os usuários: *A gente tem que, tem que saber o que é que o usuário está achando desse trabalho nosso...?... o que é que ele pensa? O que a gente tá oferecendo? o serviço social tá oferecendo? É aquilo que o usuário quer? Vamos escutar esse usuário, vamos fazer uma pesquisa.*

Outra vertente desse núcleo de sentido está demonstrada no significado atribuído a sua profissão. Ser assistente social apresenta novamente essa conotação coletiva: *[Ser assistente social] é não perder de vista que podemos construir um mundo mais justo, é nunca perder de vista isso, nós temos, nós podemos reconstruir cada dia, nós podemos juntar as peças cada dia, agora sempre com nossa vontade, com nosso, o que tem dentro da gente, buscando que outro tem e vendo que a teoria pode ajudar...* Esse sentimento de pertença reaparece reiteradamente em seu discurso, a exemplo da fala: *as construções solitárias caem, morrem, eu não quero construir nada na areia movediça...* Por esse motivo reconhece que sua liderança institucional tem sido construída no dia a dia, buscando agregar, aproximar, dialogar e não trazer prejuízos para toda uma categoria. De uma maneira positiva realça: *É fácil? Não. É possível? É.*

Observa-se que esta adesão ao coletivo profissional, ocorre de forma acentuadamente ideológica, baseada em crenças e valores pessoais, construídos em outras zonas de experiência de Euá, que foram ganhando nova conformação neste cenário atual, compreendendo assim mais um elemento de sua configuração subjetiva.

Esta forma de referenciar a profissão a partir de uma visão coletiva, compreende o universo simbólico profissional, pelo qual são exteriorizadas, objetivadas e legitimadas as atitudes, condutas e ações explicitando modo de ser assistente social (Gentili, 2006, p. 67).

A compreensão técnica e científica da profissão, entretanto, ainda são pontos vulneráveis nos relatos de Euá. Quando questionada sobre os referenciais teóricos utilizados em sua prática faz um silêncio prolongado de constrangimento e logo em seguida justifica-se: *referencias? ...enfim, agora claro que eu preciso estudar muito mais, como você disse que já tenho um tempo grande, né? Eu já, daqui a pouco eu já estou indo embora né?* Conforme presenciado nessa fala e em alguns momentos das entrevistas anteriores, a questão do estudo e construção teórica tem surgido como um elemento inconsistente e pouco confortável aos profissionais participantes da pesquisa. Gentili (2006, p. 69-71) afirma que a precariedade existente na compreensão teórica do Serviço Social, tem se constituído um importante problema, que emerge com força suficiente para dificultar o atendimento às demandas dos usuários do serviço, quanto na construção de uma atuação mais eficiente e menos improvisada, sobre os quais as instituições formativas e normativas precisam intervir.

Retomando a construção sobre a possibilidade de efetivação do projeto ético político, Euá refere que as entidades representativas da categoria apresentam um papel fundamental nessa materialização, principalmente ao dialogarem regularmente com gestores sobre as diretrizes institucionais, bem como a chegada de novos profissionais na unidade que estão “*oxigenando a discussão do projeto*”. Entretanto, esse diálogo não tem acontecido sem a presença de conflitos de interesses, relações de poder desiguais e enfrentamentos dentro das possibilidades: *Eles [gestores] já não querem muitas negociações com o Conselho...[diziam]: Oh, já tão entrando demais!* Ao tempo

que reconhece a importância do projeto e da participação no Conselho para efetivação, reconhece que os princípios estabelecidos bem como o posicionamento dos órgãos gestores apresentam uma forte tendência a radicalização, o que impede alguns avanços dentro das reais possibilidades de efetivação e de forma indireta e muito cuidadosa na escolha das palavras, afirma: *Então, conhecer a realidade, conhecer, apreender essa realidade pra mim é de fundamental importância pra que se possa propor... Então não posso estar longe dessa realidade e propondo.*

Um aspecto dos sentidos atribuídos por Euá à sua vivência atual - fruto da trajetória de vida, da maturidade adquirida com erros e acertos das experiências vivenciadas – é o reconhecimento de suas limitações e dificuldades no relacionamento com colegas de trabalho com a instituição empregadora, que a faz reconhecer um longo caminho a ser seguido: *eu não posso parar ali, eu não posso parar, deixar que as minhas sombras me destruam, eu tenho que trazer minhas sombras, trabalhar com elas né? Abraçá-las, perdoá-las e seguir...* Para tanto, desenvolve um exercício constante de alteridade e empatia e assim manejar suas ações em busca de um equilíbrio entre os erros e acertos, ganhos e perdas, suas necessidades individuais (ainda que pouco conscientes) e as necessidades coletivas, porque o radicalismo é considerado por ela um *impedimento* individual e coletivo às reivindicações, desejos, aspirações e sonhos. E assim finaliza nossa conversação afirmando: *Porque depois? Ah! Depois a luta continua!* E se tivesse que escolher de novo *seria assistente social com muito prazer!*

Oxum– Em busca de estabilidade

Ao final da conversação com Euá, fomos convidadas a conhecer Oxum, última assistente social a ingressar em uma instituição federal da área de seguridade social, há aproximadamente um ano - via concurso público. Em sua sala apresentamos os objetivos da pesquisa e a mesma aceitou conversar conosco imediatamente, sem espaço para qualquer preparação. De jeito calmo, voz ponderada e tratamento cortês, fomos conversando durante um longo período sem percebermos o fim do prazo inicialmente estabelecido por ela: *não avançarmos na hora do almoço.*

A colega formou-se em Serviço Social por uma Universidade privada do Estado da Bahia no ano de dois mil e cinco. Possui especialização em Gênero e Políticas Públicas. Logo após conclusão do curso, iniciou as atividades profissionais num programa federal de Combate ao Abuso Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes – via contrato de prestação de serviços – permanecendo apenas poucos meses, pois foi convidada a trabalhar numa organização não governamental dedicada ao atendimento de mulheres profissionais do sexo, também como prestadora de serviços. Nesta instituição desenvolveu trabalhos relacionados à educação e socialização das mulheres, durante um ano e nove meses.

A sua saída desta ONG ocorreu após ter sido aprovada e convocada, por concurso público, para uma unidade de saúde pública hospitalar. Após breve período trabalhando no setor de emergência de um grande hospital público do Estado, atendendo demandas emergenciais e variadas, vivenciando todas as limitações de acesso a saúde impostas pelas deficiências e precariedade do sistema de saúde pública, passou a apresentar um alto nível de insatisfação e falta de identificação com a prática profissional: *estava insatisfeita, não gostava muito do trabalho, né? Não era*

multo minha cara, meu perfil. Esta insatisfação provinha de uma falta de espaço profissional, espaço este tanto físico quanto interventivo: *Então lá, nós não tínhamos espaço profissional. A sala para o serviço social, a gente dividia... para quatro, cinco colegas e os usuários ouviam as histórias do outro sempre, e tinha que ser assim, porque se não, não ia ter o atendimento.*

Como alternativa a esta insatisfação, decidi retomar os estudos em busca de aprovação em outro concurso público: *a salvação foi começar a estudar para [outro] concurso... um ano antes me preparando, lendo... e aí pronto, passei nesse concurso.*

Oxum relata que sempre buscou como meta profissional a inserção no funcionalismo público, realizando, inclusive, diversos certames, para outras funções além de assistente social: *Já fiz muito concursos... pense que desde os dez anos que eu faço concurso. Até sem ser de minha área também.*

Esse desejo advém de uma forte necessidade de garantir uma estabilidade profissional e financeira construída a partir dos referenciais paternos que são funcionários públicos. A partir dessa descrição, construímos nosso primeiro núcleo de sentidos: *Em busca da estabilidade.* Esse núcleo se justifica pela centralidade assumida em sua vida da estabilidade profissional, construídas a partir das representações profissionais obtidas na figura paterna e materna que são funcionários públicos: *Porque assim, minha mãe é uma funcionária pública, meu pai funcionário público, por osmose você já vai empurrando os filhos também né?* Entretanto, ao tempo que esta fala poderia nos permitir criar uma hipótese sobre os reais benefícios dessa situação osmótica, logo em seguida suas verbalizações seguem acompanhadas de emoções expressas através da alegria e lembranças positivas - sentidos subjetivos experienciados em outros contextos da vida: *Isso [ser funcionária pública] é muito importante para mim. Eles [os pais] são muito importantes para mim. Eu sempre disse isso: vou ser funcionária pública.*

Outro registro representativo desse núcleo refere-se a um aspecto da sua subjetividade individual caracterizado pela necessidade de expressar, exteriorizar suas opiniões, pensamento e ideias, sem medo de sofrer retaliações- *eu gosto muito de dizer o que é que eu penso, o que eu acho*. Ela acreditava que poder exercitar essa característica no âmbito profissional, só poderia ser possível a partir de uma estabilidade empregatícia: *“Aqui, com jogo de cintura, lidando com os interesses que estão em jogo... Eu tenho uma liberdade (...) uma relativa autonomia, né?”*. Afirma que durante sua passagem no setor privado, foi preciso fazer uma dissociação entre aquilo que acreditava e o que realmente realizava, causando-lhe sérios desconfortos: *como eu já passei pela iniciativa privada, eu já trabalhei em ONG, nem sempre a gente pode dizer, né? (...) nem sempre a gente pode propor o que a gente realmente acredita, né? Nem sempre a gente pode defender como é?*

Entretanto, em outro período de nossa conversação, Oxum em um momento reflexivo, surpreende-se com uma descoberta, baseada em sua própria vivência no órgão público anteriormente trabalhado, concluindo que, mesmo em uma instituição dessa natureza, (onde ela dispunha de sua tão sonhada estabilidade) a flexibilidade é um elemento necessário a convivência social em instituições de qualquer natureza: *Eu achava que no órgão público eu ia poder fazer e acontecer, [hoje percebo] que não é bem isso que acontece*. Segue relatando que no emprego público anterior, devido aos fortes embates mantidos com os gestores visando garantir o direito dos usuários, foi transferida para várias unidades da Instituição até decidirem por sua exoneração. *“lá eu fui de-mi-ti-da mesmo, aí pronto.”* Nesse momento, o olhar sereno e calmo de Oxum, cede lugar a expressões emotivas de voz embargada, olhar lacrimajante, mãos seguras uma na outra tentando conter o choro,

por acessar lembranças de experiências que se configuraram em sentidos subjetivos compostos por esta dor emocional.

A partir desses indicadores, construímos mais um núcleo de sentidos na configuração subjetiva de Oxum: *Quando flexibilizar é preciso*. Esse núcleo se justifica pelo aprendizado experienciando em sua vivência profissional anterior, que lhe causou frustrações e temor em passar novamente por algum episódio dessa natureza. Outro aspecto refere-se a constatação que o seu momento profissional atual na instituição, reflete os seus desejos e projeções da infância, quando sonhava que um dia seria funcionária pública: *isso aqui é o que eu queria pra mim, entendeu? Apesar de tudo isso eu estou satisfeita com a casa, eu não penso em sair*. Segue informando que se encontra satisfeita com as atividades desenvolvidas, com a possibilidade de criar além do prescrito e com a relativa autonomia conquistada, tanto por seus méritos, quanto pelo apoio da coordenação que vem lhe permitindo ampliar seus horizontes profissionais: *Nossa coordenação... nos dá liberdade para estar criando, inovando*.

Um dos aspectos inovadores do seu trabalho se refere ao novo instrumento de avaliação dos benefícios sociais. Esse instrumento de avaliação contemplava diversos aspectos propostos pelas políticas públicas (saúde, previdência, habitação, educação, meio ambiente etc.), que contribuiu para analisar a situação do requerente além de legitimar a avaliação do assistente social juntamente com o profissional médico na concessão de benefícios. Entretanto, quando questionada sobre quais referências teóricas seriam estas, apresenta certa fragilidade ao tentar expressá-las o que nos remete às participantes anteriores e provavelmente se configurará em zona de sentidos na expressividade dos assistentes sociais: *Referenciais que você fala, teóricos? Ah sim, a gente analisa a parte da inclusão*.

Apesar da relativa autonomia vivenciada, apesar do conforto emocional experienciado pelas realizações possíveis no atual emprego e as idealizações construídas, ela reconhece e não minimiza a existência de contradições e tensões existentes neste campo. Nesse momento percebe-se uma tensão no olhar, confirma se não há mais ninguém que possa escutá-la e segue em tom de desabafo: *hoje se vive uma pressão, então o clima é de insatisfação geral, entende?* A partir dessa constatação, construímos outro núcleo de sentidos para Oxum: *O preço do meu sonho*. Esse núcleo compreende as tensões vivenciadas no espaço profissional e a busca pela garantia do sonho de estabilidade profissional.

A primeira tensão descrita refere-se a mudança na estrutura organizacional e processual da instituição a qual Oxum compara a uma empresa: *A [instituição] é uma empresa que tem objetivos, tem metas estabelecidas... metas que influenciam no salário do funcionário*. Essa mudança se refere ao modelo de gestão baseado no plano de cargos, salários e carreira do funcionalismo público instituído pela Constituição Federal de 1988 que visa estimular a produtividade, os méritos, o reconhecimento e a competitividade (uma vez que esta progressão não ocorre ao mesmo tempo para todos). Dessa forma a busca pela produtividade, sem incorrer na perda da qualidade tem desencadeado um clima de pressão, estresse e sofrimentos vivenciados diariamente com rebatimentos em sua saúde mental e psíquica: *essa pressão que inclusive rebate na saúde, né? Porque assim, eu não tinha problema de coluna, passei a ter problema de coluna, né? A pressão é tanta...stresse diário, entendeu?*

Afirma, entretanto, que procura não demonstrar essa insatisfação aos usuários: *Tento não passar isso para os [usuários], essa insatisfação, ele não tem nada a ver. No meu atendimento eu priorizo para que ele saia daqui completamente orientado*. Ela

atribui essa priorização às necessidades dos usuários por entender que estes apresentam muitas vezes, problemáticas muito mais complexas do que as que ela própria vive e também porque se auto atribui— numa escala fictícia de 0 a 100% - o nível de 20% em termos de insatisfação. Dessa forma, mesmo afirmando o prazer de estar realizando um sonho, reconhece que este sonho necessita se ajustar a realidade.

Esse ajustamento à realidade passa por uma revisão de suas concepções ideológicas e significados atribuídos aos princípios estabelecidos pelo projeto ético político da profissão. Segundo Oxum, o projeto compreende um constructo responsável pela *oxigenação profissional*, pelo reconhecimento dos usuários como cidadão, pela legitimação dos instrumentos de intervenção profissional, em outras palavras, um atestado de compromisso com a profissão. O projeto permitiria ainda, a leitura dos usuários em um determinado contexto, o entendimento desse contexto e das questões políticas que cerceiam os direitos destes usuários. Por último, afirma que o projeto imprime o compromisso do assistente social com o saber profissional, mas um saber reforçado pela intelectualidade e pelo estudo sistemático das possibilidades de intervenção sobre as reais necessidades dos usuários, mesmo reconhecendo que o atendimento a essas necessidades dar-se-á parcialmente.

A parcialidade na concessão de direitos é atribuído ao cenário institucional desfavorável e ao descumprimento da legislação referente às políticas sociais que encontram-se subordinada aos interesses das forças governamentais e políticas. Dessa forma, reconhece que sua intervenção profissional pouco poderá contribuir nesse cenário, mas mesmo assim continuará oferecendo sua parcela de contribuição: *Embora na prática a gente lide com conflitos dos usuários e da instituição, mas assim, você percebe que aqui dentro ele pode até não conseguir, mas se ele for pra justiça, com base na legislação ele pode conseguir.*

Ainda assim, contraditoriamente, Oxum atribui ao significado de assistente social, o profissional capaz de reconhecer direitos, o profissional de luta: *Ser assistente social pra mim é reconhecer direitos é você lutar com o cidadão de direito... é você lutar com ele.* Ainda que se apresente como uma definição demasiadamente ampliada ou mesmo inconsistente ela justifica-se informando *quenenhum outro profissional, pelo menos que eu veja na área das ciências sociais, nenhum profissional está tão ligado a isso como a gente.*

De forma emponderada afirma gostar da profissão, encontrar-se satisfeita com o seu fazer profissional, ainda que no início de sua carreira o sentimento fosse diferente: *gosto da minha profissão, embora quando iniciei o curso não gostasse muito, a gente fica naquela coisa de teórico e a gente querendo ir logo pra prática, para ver como é. Mas [hoje] estou satisfeita.*

A rejeição inicial ao curso foi atribuída à forma de transmissão de conhecimento e aprendizagem no período de graduação que ela considera um conjunto de conhecimento teórico, desarticulado da prática. Entretanto, a possibilidade de reconhecer direitos, de reparar as injustiças é vista pela mesma como uma zona de prazer e satisfação que lhe causam fascínio. *A [profissão] ela tem isso de reconhecer o direito, de abarcar o trabalhador e sua família, né? Isso é interessante, isso que me fascina!*

Ao final de nosso encontro, de forma indireta e quase imperceptível Oxum, sinaliza suas expectativas profissionais na Instituição, desenvolver uma carreira que a leve ao cargo de coordenadora ou mesmo de gerente de unidade: *Eu quero ser mais!*

Axabó – Força e Justiça

Nossa próxima participante iniciou o encontro afirmando: *Sou uma pessoa de comportamento tímido com um forte ideal coletivo.* Foi esse forte ideal de coletividade pela profissão, que lhe fez aceitar a participar da pesquisa, mesmo admitindo sua introspecção e sofrendo pelo temor a exposição, o que lhe faz não gostar de entrevistas. Por esse motivo, durante o tempo da conversação mostrou-se desconfortável e preocupada com o equipamento de gravação, sendo necessário passarmos um período inicial conversando assuntos do cotidiano, até percebermos um clima mais favorável para focarmos no objetivo de nosso estudo.

Formada há oito anos, possui especialização em Gestão de Projetos e, à época da entrevista, estava iniciando uma especialização em Direito Previdenciário, por ser a Seguridade Social a área de seu maior interesse. Assistente social, vínculo terceirizado de uma empresa do ramo petroquímico, desde o ano de dois mil e dois. Iniciou as atividades como estagiaria e após conclusão do curso foi admitida nesta empresa para trabalhar no programa direcionado ao atendimento de crianças especiais dos filhos e dependentes dos empregados: *foi a primeira empresa que me deu oportunidade.* Entretanto reconhece que após três meses foi convocada a assumir um cargo em uma secretaria estadual, mas optou em continuar nesta empresa pelas vantagens e benefícios superiores a proposta recebida no órgão estatal e por um sentimento de gratidão e compromisso mantido com suas (anteriores) supervisoras de campo e (atuais) colegas de trabalho.

A participante divide com duas colegas, com vínculo estatutário, a gestão e desenvolvimento do programa. Relata que esta convivência – concursado e terceirizado – apesar de acirrada, inicialmente, não lhe afetava tanto, quanto as demais colegas

terceirizadas, haja vista ter conseguido imprimir seu espaço e garantir o respeito através de sua postura, reiteradamente verbalizada como *competente* além da capacidade e coragem de expressar seus sentimentos e opiniões junto às colegas: *Eu digo [a elas]: Você é autoritária. Eu também sou, [a outra colega] também é. Na hora que junta as três...* Essa frase, não finalizada, foi acompanhada de um sorriso contundente denotando um clima de embate dentro dos limites éticos estabelecidos. Reitera que apesar das características tão similares entre ela e as colegas, prevalece o respeito entre ambas, conseguindo inclusive, dentro das possibilidades, não executar atividades que contrariem suas crenças, ideologias e convicções. *Eu só faço o que acredito, o que não acredito eu não faço. É um traço da minha personalidade que eu levo para o meu trabalho. Não tem como dissociar.*

A partir desses indicadores diretos, construímos nosso primeiro núcleo de sentidos para *Axabó: Eu só faço o que acredito*. Esse núcleo se justifica pelas características impressas no seu trabalho que são provenientes de outros núcleos presentes em diversas zonas de experiência, principalmente o núcleo familiar. A nossa entrevistada tem nos pais uma importante referência em suas condutas e orientações, afirmando com veemência: *Sou fruto da orientação para vida com respeito, dignidade e verdade. Meus pais são de origem humilde, mas sempre tiveram o entendimento que só através da educação eu poderia ter uma vida melhor. Apesar de filha única, relata que as concessões eram raras, desenvolvendo desde tenra idade o senso de responsabilidade e segurança para tomar importantes decisões na vida e superar desafios.*

O maior desafio que tem enfrentado atualmente, conforme relato, é conseguir exercer a profissão na condição de terceirizada. Reconhece a forte distinção entre o processo de trabalho do empregado concursado e o empregado terceirizado, o que lhe provoca grandes incômodos. Essas distinções dizem respeito às funções assumidas, ao

tipo de inserção em determinadas atividades, aos limites de intervenção impostos, além da diferenciação entre as capacitações e atualização das novas tecnologias e instrumentais de trabalho. Por fim considera que, em um determinado aspecto, a empresa não faz distinção entre os profissionais concursados e terceirizados, quando necessitam utilizá-los para responder aos seus interesses: *ela usa do saber do Serviço Social para responder o que ela quer... Ela usa desse saber do Serviço Social. Exemplo disso você percebe que tem vários gerentes que são assistentes sociais. É um processo de reconhecimento? É! Mas a gente não pode tratar isso como fato isolado. A compreensão de Axabó nos remete a explicação de Giddens (1991) sobre a importância dos peritos nas sociedades modernas – que consiste na atuação de um determinado corpo profissional com seu saber especializado - visando influenciar vários aspectos da vida social, econômica e cultural das pessoas que dele precisam.*

De forma muito contundente, ela propõe que a posição assumida pelos assistentes sociais na empresa, seja gestor ou executor, associada ao conhecimento perito permitam uma inversão dos interesses propostos pela empresa. *Eu acho que o serviço social também pode tirar proveito disso. Aí cabe o processo inverso, como eu posso tirar proveito disso, para beneficiar [as pessoas]? É uma troca, é uma troca, basta saber mediar.*

É essa busca pelo reconhecimento do saber perito, do conhecimento especializado que Axabó vem buscando em sua trajetória profissional na empresa. Ela demonstra ressentimentos e pesar com o lugar secundário ocupado por sua condição de terceirizada, ainda que no início da conversação afirmasse não se afligir tanto. Afirma que luta para mostrar para a empresa a importância do seu saber, a importância da sua intervenção, do seu perfil diferenciado e adequado às necessidades da organização,

considerando que este perfil especial, estaria escasso no mercado de trabalho: *São pouquíssimos, são raros os que vão conseguir entrar e se adaptar ao perfil dela.*

Esse perfil ao qual ela se refere trata-se de um profissional altamente capacitado em gestão organizacional, profundo conhecedor das políticas públicas e legislações referentes a área de atuação da empresa além do domínio de instrumentos utilizados pelo Serviço Social e manejo dos recursos tecnológicos disponibilizados. Em outras palavras, um profissional de excelência. Nesse sentido ela considera que serão poucos os profissionais com perfil necessário às necessidades da empresa porque o conhecimento adquirido na Faculdade é, em sua opinião, defasado ou demasiadamente teórico, sem uma devida articulação com a prática: *mas que conhecimento é esse mesmo que não conseguimos relacionar com a prática. Que [gera] sofrimento quando entra no mundo do trabalho!*

Quando questionada sobre o significado de ser assistente social, surpreendentemente registra, baseando-se no momento atual: *Eu acho que o momento que eu estou passando agora que me leva a ter essa interrogação.* O momento ao qual ela se refere, está relacionada às dúvidas em permanecer na Instituição, tanto por um cenário incerto baseado em constantes ameaças de demissão bem como sua necessidade pessoal de revisar-se como profissional e provocar mudanças nesta: *Já tive algumas definições, mas essas definições que eu tive, não casam com a compreensão hoje que eu tenho da realidade, não casam.*

A sua compreensão da realidade atual, vem de um olhar questionador e dialético sobre como buscar a garantia de direitos aos usuários e também garantir suas necessidades as quais ela considera que não estão garantidas com o vínculo empregatício atual. Fala das inúmeras perdas e frustrações que vem ocorrendo ao longo de sua vida profissional e o quanto necessita investir recursos materiais e psicológicos

para continuar exercendo a profissão sem causar-lhe tantos prejuízos materiais e emocionais.

A profissão requer um alto nível de afinidade e dedicação, ainda que sua relação com a escolha profissional não tenha sido imediata, mas sim reflexo de um longo processo de construção do vínculo e das afinidades: *Minha relação com o Serviço Social é uma história que eu passei a gostar da profissão, né? Que eu tinha em mente fazer direito. Então eu passei a gostar dela pela riqueza que é. A riqueza de você não enxergar o ser humano, como ele está ali.* Essa visão e riqueza sobre o sujeito está associada a possibilidade de trabalhar o sujeito não de forma isolada, mas ir além do aparente, compreender todo o contexto do sujeito para chegar as suas reais necessidades: *o ser humano ele se explica na história e no contexto.* Essa afinidade com a profissão foi possível porque guarda elementos subjetivos provenientes de outros espaços experienciados ao longo da vida: *Eu gosto de ajudar e instruir pessoas, o que não gosto é de não me sentir útil. A esperança é meu sentir, o que me incomoda é a injustiça, a minha vibração está na possibilidade de compartilhar.*

Quando questionada sobre o apoio encontrado no projeto ético político, considera este muito evasivo. Essa evasão está relacionada a sua pouca consistência técnica e teórica que permite brechas para a empresa não respeitá-lo e dificultar o trabalho do assistente social. Entretanto, reconhece que o projeto deveria ser o referencial que permitisse processos de mudanças, o reconhecimento da cidadania, da autonomia dos sujeitos, criar condições de acesso aos direitos e benefícios, o que nem sempre acontece: *eu sou uma das poucas que falo lá dentro o seguinte: eu não vou fazer nada que não esteja no meu código de ética. Porque eu vejo coisas que se fazem lá dentro, absurdas, que rompem [com o projeto]...*

Afirma que a empresa não propicia o questionamento de suas normatizações, camuflando as contradições e desigualdades existentes. Diante dessa manipulação, o Serviço Social tende a silenciar-se e este silêncio de omissão e temor, tende a se transformar no combustível para atuação da empresa contrariamente as prerrogativas do projeto. Dessa forma ela não acredita na efetivação do projeto profissional no atual cenário institucional: *Não vejo como. Eu acho que daqui a algum tempo pode até acontecer, mas hoje não, nesse momento não.*

Nesse momento ela reconhece seu sofrimento. Um sofrimento psíquico causado pelo excesso de atividades, excesso de exigências institucionais, pela pressão por resultados e cumprimento de metas previamente estabelecidas e pouco negociadas. Sente, além do sofrimento psíquico a limitação profissional, por não poder colocar em prática suas convicções e também por reconhecer o poder de manipulação da empresa para atendimento aos seus interesses: *eu me sinto impotente, por quê? porque na hora que ela quer pegar o técnico e apertar, não tem direito nenhum lá dentro.*

Verbaliza que a evidência desse clima ficou constatado no resultado da pesquisa realizada anualmente pela empresa para monitorar o clima da organização. Os pontos relacionados a percepção dos empregados sobre a interferência do trabalho na vida pessoal, relacionamento interpessoal e imagem da empresa, foram os índices mais problemáticos. Ela ressalta, entretanto, que esta pesquisa não é respondida pelos empregados terceirizados, logo, não reflete a realidade em sua magnitude. Em sua opinião, caso estes profissionais respondessem a pesquisa, os índices seriam bem piores. Os empregados contratados, não tem um canal legítimo para expressar suas angústias. Citando a fala de um empregado, que expressava suas angústias, durante um

atendimento, define seu papel e importância para empresa: *Eu sou igual a Bombril, faço o mesmo efeito e custo mais barato.*

A dinâmica discursiva de Axabó apresenta um elemento que a atravessou durante todo o encontro: A forte distinção feita, entre empregados próprios e empregados terceirizados nesta instituição. Os relatos mostram as dificuldades cotidianas vivenciadas por ela, que em outras palavras, busca pelo reconhecimento e pertença ao seu local de trabalho. A lógica imperante visa não reconhecê-la como profissional, ou seja, como sujeito - portador de direitos e deveres - mas sim como posto de trabalho: *Eles dizem que não contratam pessoas, mas sim, posto de trabalho. Nós não existimos.* A partir desses elementos configurativos de sua inserção no trabalho, construímos mais um núcleo de sentidos: Os efeitos da invisibilidade.

Esse núcleo compreende as consequências emotivas, valorativas e ideológicas sobre Axabó, dessa forma de inserção profissional. Ainda que iniciado a conversação, afirmando que a sua inserção contratual, não representava um problema, pois conseguia delimitar seu espaço junto às colegas do setor. Entretanto, ao longo do diálogo, percebemos que esta diferenciação na instituição apresenta proporções incontroláveis e seus efeitos são dolorosamente sentidos por ela. Em pesquisa realizada com trabalhadores terceirizados de empresas petroquímicas e químicas do Estado da Bahia em 2000, 93% dos entrevistados afirmaram não gostar da condição de terceirizado por causa da perda de direitos, de benefícios, salários, instabilidade e insegurança além de apresentarem sentimentos associados a humilhação, desvalorização e perda da auto estima. (Druck e Franco, 2007, p.51). Logo os sentimentos e comportamentos apresentados por nossa entrevistada, refletem a sua imersão nesta dinâmica da invisibilidade funcional.

Mesmo se reconhecendo triste e angustiada com a situação atual do trabalho, afirma que devido a elementos de sua subjetividade individual, costuma expressar os seus sentimentos ou verbalizar suas inquietações, contribuindo assim para dispersar as mágoas e ressentimentos: *eu sei que o que me incomoda, eu falo logo não espero para ontem, então eu passei a trabalhar melhor isso.*

A partir desses indicadores, construímos mais um núcleo de sentidos: *as várias faces da maturidade*. Nesse núcleo contemplamos seus questionamentos e constatações sobre sua trajetória pessoal e profissional. Os ganhos e perdas, avanços e retrocessos em busca da maturidade. Axabó inicialmente apresenta um posicionamento contraditório em relação a esse processo de maturidade: *Eu sou assim e não vou mudar... sabe? Essa invariabilidade ela atribui aos ganhos obtidos com sua capacidade de expressar suas inquietações, insatisfações e questionamentos.*

Em outro momento de nossa conversação, relata se identificar com a representação do assistente social expressa por um profissional médico, em um determinado curso de capacitação: *Uma vez eu achei engraçado, ele disse: eu adoro assistentes sociais, são todas revoltadinhas. Mas é a gente!* Por último reconhece as mudanças ocorridas em suas configurações subjetivas, fruto das constantes significações e elaborações de sentidos às experiências vivenciadas na vida profissional e pessoal, orgulhando-se quando estas mudanças são perceptíveis às pessoas de sua convivência. *“Axabó, a profissão te deu um ganho de vida tão grande [disse uma amiga]. - Não tem como não mudar, passa por mim essa necessidade. Me atravessa. Não é? Segue afirmando: Os inteligentes, os inteligentes aprendem com erros e sabe com os erros dos outros e os burros nunca aprendem, não é?”*

Quando questionada sobre o nível de satisfação com a profissão, responde que apesar dos obstáculos vivenciados no momento, ser assistente social lhe satisfaz

positivamente, principalmente porque o Serviço Social lhe permitiu se reconhecer, se identificar com suas características pessoais – principalmente o senso de justiça -e se complementar como sujeito: *eu não sei ser outra coisa, eu sou assistente social!* Segue afirmando que, em qualquer outro papel que esteja desempenhando, o saber do Serviço Social, caracterizado pela leitura, investigação da realidade e (novamente) o senso de justiça, nunca lhe *abandonarão*.

Esse senso de justiça encontra-se atrelado a sua história de vida: moradora de bairro periférico de Salvador, mulher, negra, genitores, condições financeiras desfavoráveis, mas com forte compreensão sobre a importância da educação e estudos, como ela mesma relata: *embora meus pais sejam pobres até hoje... eu acho que eu tive uma boa educação....privilegiaram por ter conhecimento, né?* Conseguiu concluir seus estudos numa faculdade particular graças a concessão governamental de uma bolsa de estudos e a *sacrifícios* feitos pela família. Ressaltamos que registros de experiências provenientes de sua etnia, não foram relatados em nenhum momento de nossa conversação. Entretanto, esse silêncio pode dizer muito sobre esse senso de justiça, necessidade constante de afirmação, respeito e delimitação do espaço, reiteradamente afirmado ao longo do nosso encontro.

A figura materna aparenta ter um papel fundamental em sua vida. Traz a referência materna, por diversas vezes, ao longo da conversa e o papel importante que esta desempenhou na sua construção subjetiva: *Minha mãe me [dizia] assim: Você vai estudar, eu quero que você tenha um curso superior, eu não sei o que vai fazer, mas quero que você tenha um curso superior.Faça o que você gostar.* Essa forma de conduzir sua escolha profissional lhe possibilitou um crescimento pessoal associada ao equilíbrio emocional, principalmente quando comparava esta experiência com as colegas que sofriam por pressão dos pais, para fazer determinados cursos por influência

dos pais: *então isso reforça meu passado, fazer o que eu gosto*. E por essa liberdade de fazer o que gostava que elacriou uma afinidade com o curso e com sua prática profissional, mesmo que o Direito tenha sido sua primeira escolha profissional. Entretanto, demonstrando uma naturalidade diferente do início da conversação, esquecendo inclusive o aparelho de gravação, comprovando seu processo de maturidade afirma quase sem perceber: eu acho que minha historia na [instituição] tá chegando ao fim, sabia?

Obá - Dignidade e verdade

Ao ser convidada a participar da pesquisa Obá, de imediato, aceitou justificando necessitar *ansiosamente conversar para desabafar e entender melhor seus sentimentos*. Foi por causa dessa grande necessidade que a conversação ocorreu em dois momentos. No primeiro encontro, devido aos compromissos de trabalho surgidos, aceleramos nossa atividade sem o esgotamento necessário de algumas questões. Posteriormente, movidos pela necessidade de aprofundarmos alguns pontos não explorados e de sua vontade em continuar expressando seus sentimentos, marcamos um segundo encontro, dessa vez ao final do expediente para não incorrerem na possibilidade de aparecer algum outro compromisso ou acontecerem interrupções.

Assistente social formada no ano de dois mil por uma universidade privada do Estado, possui atualmente três vínculos trabalhistas. Há aproximadamente um ano trabalha numa empresa estatal, vínculo terceirizado, responsável pelo programa de preparação para a aposentadoria e pelo programa de promoção à saúde da família dos trabalhadores além do atendimento individualizado sistemático. Os outros dois vínculos empregatícios estão relacionados à docência do curso de Serviço Social em duas universidades privadas do Estado. Possui pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos e Metodologia do Ensino Superior.

Logo após conclusão do curso trabalhou num programa federal de desenvolvimento comunitário, extensão rural e micro empreendimento, localizado num município distante de Salvador. Refere que o período nesta cidade – longe da família e

amigos pela primeira vez - foi marcado por saudades intensa e tristeza, ao mesmo tempo em que registra uma otimização do tempo disponível, planejando ações e estratégias profissionais, tais como a realização da primeira pós-graduação à distância:*estava no interior, como lá um lugar longe...eu disse: eu tenho que fazer alguma coisa nessa cidade. Então fiz a pós-graduação. Tentei aproveitar o máximo enquanto eu estava lá.*

Passados dois anos neste município e concluído a especialização, uma fundação de atendimento a crianças carentes, onde havia sido estagiária, lhe convidou para trabalhar numa unidade em Salvador, próximo a sua residência. Permaneceu nesta instituição por dois anos, até ser aprovado, num processo seletivo de numa empresa do ramo petroquímico, para trabalharno programa de aprendizagem laboral para jovens e adolescentes, sob o vínculo de trabalho indireto, ou seja, terceirizada.

Após dois anos de trabalho, devido intensos conflitos gerenciais, cujas causas foram associadas a importantes divergências quanto aos objetivos, meios e princípios éticos utilizados no desenvolvimento das atividades, a colega foi demitida de forma abrupta e dolorosa:*foi uma saída muito perversa, eu mexi com o brio de algumas pessoas.* Relata que sua saída ocorreu sem nenhuma comunicação prévia ou mesmo o cumprimento do tempo previsto em lei (aviso prévio) para o fechamento dos trabalhos:*amanhã de manha eu não quero mais assistente social. A gente pode funcionar sem assistente social.* Relata ter vivenciado um período de forte desequilíbrio emocional, com repercussões em várias esferas da vida (marido desempregado, filho pequeno, contas a pagar) e sintetiza:*Fiquei uma semana desnorteada.*

Passado um breve período de desestruturação emocional, reconhece na sua rede relacionamentos pessoais e profissionais, os maiores aliados para sua reinserção imediata ao mercado de trabalho, ainda que exercendo uma atividade provisória de

docência em um curso técnico na área de desenvolvimento pessoal. Logo em seguida foi convidada para assumir um novo cargo no Governo do Estado, em um projeto direcionado ao desenvolvimento urbano e social.

As interpretações acima sugerem a construção de uma hipótese sobre a trajetória de vida da entrevistada, pautada em experiências e apoiada na rede familiar e social que lhe permite fazer mudanças periódicas na vida, desenvolver a capacidade de adaptação a estas mudanças, aproveitando as oportunidades que lhe apresentem crescimento pessoal e profissional e manejar satisfatoriamente os obstáculos. Reconhece que é uma pessoa muito sociável, comunicativa que consegue agregar pessoas.

Após aproximadamente três anos desenvolvendo atividades na área de desenvolvimento urbano, Obá foi convidada, novamente, a participar de um processo seletivo na mesma empresa onde fora demitida anteriormente. Curiosamente aceitou participar da seleção, mesmo realçando temor e insegurança ao acessar lembranças dolorosas causadas pela sua experiência anterior. Foi o convite e apoio das colegas, além da garantia dos organizadores do processo seletivo que a vaga seria assumida em outra unidade, desvinculadas da gerência anterior, além da proposta de remuneração e benefícios bastante superior ao atual emprego, que lhe fizeram aceitar o convite, sendo ao final das etapas, aprovada para vaga de assistente social da área de saúde, meio ambiente e segurança do trabalho.

Esses indicadores nos fizeram construir o primeiro núcleo de sentidos: *Tentando outra vez*. Nesse núcleo identificamos uma mulher, casada, com filhos, vivendo as novas formas de configuração familiar da sociedade moderna - onde a mulher também contribui financeiramente, quando não é a principal responsável, pelo provento das necessidades dos membros da família. Obá apresenta ainda, registro de privações materiais importantes ao longo da vida. Reside no subúrbio ferroviário, apresentou

dificuldades de acesso e manutenção do ensino superior, ajuda financeiramente os genitores, além de relato de preconceitos e discriminação pela sua condição social e econômica. Relata que a estratégia, mais eficaz, utilizada para superar estas dificuldades foio *bom humor e humildade*. Dessa forma, compreende-se porque aceitou retornar para mesma instituição onde registrou experiências negativas e sofríveis.

Conforme dito anteriormente, a entrevistada trabalha atualmente em três programas da área de saúde do trabalhador, os quais são necessários estudos e atualizações constantes além de um conhecimento em gestão, acompanhamento e monitoramento. As atividades costumam ser divididas com outras colegas, mas a coordenação interna do programa é feita por ela, ainda que oficialmente, a gestão do programaseja assinada por um empregado efetivo. Conforme visto no relato de Axabó, empregados terceirizados sofrem importantes distinções e limitações de atuação nas empresas, ainda que apresentem competência técnica igual ou superior aos empregados efetivos.

Após um ano, avalia sua reinserção e momento atual na empresacomo estagnada e desmotivante: *aqui na [organização] às vezes eu me sinto podada, tem a questão do preconceito de contratar um “impróprio” isso é muito claro, eles tentam mascarar dizendo que não existe, mas isso existe e muito...* Revive o sentimento de retaliações e boicotes experienciados anteriormente, pois acredita que o seu trabalho, quando alcança uma visibilidade e resultados satisfatórios, tende a incomodar as colegas ou mesmo os gestores: *quando você começa desenvolver o seu trabalho, que ele começa a ter uma visibilidade começa aparecer alguém tenta de alguma forma, podar ou desmerecer a ponto até de tentar te desqualificar.*

Atribui essa manobra persecutória ao alto nível de competitividade existente na organização que se sobrepõe à cooperação, inclusive entre os assistentes sociais, que

concorrem entre si a avanços de nível e função na empresa, gerando conflitos, boicotes, concorrência e individualismo nas ações. Acredita, dessa forma, que a postura dos colegas frente a política da empresa, mostrando-se favoráveis, incentivando esta política competitiva e individualista ou evitando questionamentos e discordâncias, contradizem as prerrogativas do projeto ético político e exercem a profissão na contra mão desses princípios: *[Estou]falando doServiço Social,que é o que mais dói né? Vejo dentro da própria categoria que a gente não é coeso, a gente não tem o discurso alinhado. Acho que é questão de competitividade, de desqualificação, de posturas perversas mesmo, de ferir de expor o outro. A gente não é solidário.*

Essa nova vivência tem repercutido, tanto sobre seu desejo em um dia ingressar na instituição via concurso público, quanto na sua permanência atual:*Eu fico muito triste e às vezes eu digo [ser] contraditórioestar prestando um serviço aqui, mas [se tiver que] fazer um concurso pra vim para cá, não sei se é isso aqui que eu quero.* Ainda que reconheça a importância de sua remuneração e benefícios para manutenção de suas necessidades materiais, teme pela sua saúde psíquica: *eu acho o meio muito doentio.As pessoas [aqui] adoecem muito e o que mais me impressiona é a gente fazer parte de uma unidade responsável pela promoção da saúde.É um setor muito adoecido.*

A capacidade de elaboração das dificuldades continua sendo um elemento destacado em sua configuração subjetiva uma vez que mesmo reconhecendo as dificuldades vivenciadas, reafirma o senso de responsabilidade e a demonstração de prazer com as *atividades desenvolvidas*. Ainda que a vivência atual se apresente dolorosa e contrária as suas concepções e perspectivas profissionais, Obá conecta-se com uma zona de sentido, onde mesmo neste cenário hostil,consegue desenvolver suas atividades da *melhor maneira possível: tenho comprometimento com minha prática, procuro dar o melhor de mim.*

Ressaltamos, entretanto, que no nosso segundo encontro, ela encontrava-se demasiadamente fragilizada, chorando durante todo o tempo da entrevista, por diversos acontecimentos ocorridos no intervalo de três semanas - boicotes, demissões de colega, pressão por resultados, assédio moral - fazendo-a determinar um prazo para sua saída da instituição, mesmo reconhecendo a importância do trabalho e do salário em sua vida.

A sua relação com o projeto ético político, encontra-se, de forma inicialmente esperada, comprometida, na crença em sua capacidade de efetivação, no desejo de contribuir com o mesmo e na capacidade de coesão com as demais colegas. Quando questionada sobre o significado do projeto, de forma contundente, nos respondeu que associa ao mesmo *uma tendência passageira na profissão*, pois não se encontra internalizado na prática profissional. *Esse discurso da ética, é que eu digo é moda né?* Ainda que reconheça a importância dos princípios estabelecidos, dos valores propostos, do *compromisso profissional assumido e da responsabilidade com a profissão*, questiona a real possibilidade de alinhamento entre o discurso e a prática.

A partir desses indicadores construímos mais um núcleo de sentidos em sua relação com o projeto profissional denominada: *É preciso coerência*. Esse núcleo contempla sua insatisfação, indignação e questionamentos quanto a impossibilidade de alinhamento do discurso com a prática, ou mesmo seu total desencontro.

Segue apontando a impossibilidade de efetivação do projeto, tanto pelas condições institucionais, quanto pelo posicionamento dos próprios colegas que boicotam essa realização, seja pela perda do sentimento de coletividade e cooperação profissional ou mesmo por uma falta de motivação e valores internos coerentes com a prática do projeto: *as pessoas têm que ter realmente clareza do que é esse compromisso ético e aí cai naquela situação do discurso muito bonito, certo? Porque pra quem não conhece até acredita. As pessoas tem um discurso muito envolvente, mas na prática...*

Essa declaração nos remete a compreensão de Rey (2005a) sobre a realidade. Para este autor, a realidade não pode se reduzir aos conceitos produzidos no sistema de conhecimentos, nem numa sofisticada produção teórica, mas sim no resultado de múltiplas práticas. Dessa forma, a incompreensão de Obá sobre o desalinhamento do discurso com a prática se justifica nos resultados do modo diferente como cada um vivencia e testemunha as experiências profissionais. Sobre esta questão, apontamos anteriormente em Mendonça (2007) a explanação sobre as estratégias utilizadas pelo profissional para efetivação do projeto. Frente às reais dificuldades/tensões presentes na prática, uma significativa parcela de assistentes sociais tende a manter o projeto no campo da subjetividade como um *devoir* profissional.

Obá também questiona a interferência dos valores pessoais, familiares e sociais no desalinhamento entre o discurso e prática. Ela acredita que uma parcela significativa da intervenção profissional encontra-se associada a estes valores pessoais, familiares e sociais (respeito, compreensão, cooperação, etc.) e em determinados casos, a Universidade não poderia suprir estas lacunas ou divergências entre os valores pessoais em desalinho com os valores profissionalmente estabelecidos.

É essa convicção, que ela costuma reproduzir em sala de aula para os alunos das Faculdades onde leciona atualmente: *não pense que a Faculdade vai deixar você pronto não, porque por trás de tudo também tem nossa formação básica de família.* É na área docente que Obá relata estar se realizando profissionalmente, ao elaborar suas dores e angústias nas aulas dedicadas a descrição do projeto, sua importância para a profissão e ao desejado alinhamento dessa teoria com a prática: *O que eu sempre digo as alunas, não existe a gente tá trabalhando, agora vamos trabalhar com teoria, agora vamos trabalhar com a prática. Tem que ter alinhamento né? Tem que ter um discurso coerente com a nossa ação.*

Entretanto, reconhece e se angustia ao perceber que também reproduz essa dicotomia, em não conseguir alinhar a sua prática profissional ao seu discurso docente: *eu não consigo ver aqui dentro essa realidade, aí lá na sala de aula eu acho que eu vejo o oposto*, mas afirma *tentartirar um aprendizado [em todas as situações]*, além de manter o compromisso e a responsabilidade na formação de outros profissionais para que possam “fazer diferente”, para que possam “mudar essa realidade”, *mesmo até que algumas delas venham até pra cá depois... tentar fazer diferente*, ou em outras palavras *mostrar o lado bom de ser assistente social*.

Obá segue afirmando que essa vivência contraditória e carregada de sofrimento tem lhe permitido avançar em sua maturidade pessoal e profissional, principalmente por reconhecer suas potencialidades tanto quanto seus limites: *eu acho que eu já amadureci muito, muito aqui dentro e ainda tenho muito que amadurecer, tem algumas coisas que eu ainda preciso digerir que, que eu ainda estão assim meio que engasgada, mas aí chega um momento que até pela sua condição contratual você precisa realmente saber o momento de recuar, você tem que ser estratégico né?*

Esse sofrimento tem impactado também na significação sobre ser assistente social. No primeiro encontro afirmava que compreendia o assistente social como um profissional de ajuda técnica e qualificada. No segundo encontro, motivada pela série de novos acontecimentos, coloca esse significação em suspeição e afirma: *Hoje eu vejo como uma interrogação. Eu interrogo isso*. Finaliza constatando seu estado de sofrimento psíquico, caracterizados pela falta de motivação e prazer em trabalhar traduzido na necessidade de chegar cedo e não querer encontrar ninguém, de acordar com o “coração apertado”, angustiada, cansaço físico e mental, nos choros incontroláveis durante o expediente que denunciam seu estado para os colegas, que pouco a acolhem. Nesse momento verbaliza como tem se preparado para o trabalho:

porra, tenho que acordar para ir pra lá! Por último, aciona uma novo conjunto de indicadores que provavelmente a levou a reflexão ao final da entrevista e nos suscitou algumas hipóteses que provavelmente retomaremos no capítulo referente as zonas de sentidos: *Eu gosto de ser assistente social de pobre. Acho que é por isso que eu sofro tanto aqui.*

Nanã – A majestosa

O contato com Nanã deu-se através da mediação de outras profissionais ligadas a área de atuação do Serviço Social Clínico, que conhecemos durante as reuniões realizadas pelo Conselho Regional para discussão dessa prática, que junto aos debates nacionais, findaram na Resolução no. 569/2010, conforme descrito anteriormente. A participante nos recebeu em seu consultório e o tempo disponibilizado para entrevista, conforme combinado previamente por Nanã, fora rigorosamente cumprido (uma hora), em função de sua agenda de atendimento. Entretanto, após o primeiro encontro seguiram-se vários outros contatos, feitos inicialmente por Nanã, para continuidade dos temas abordados, retificando ou ratificando estes relatos, afirmando ao final que o nosso encontro havia “*mexido muito com ela*”.

Formada há vinte anos por uma Universidade no Estado da Bahia, possui especialização em Psicodrama. Relata que toda sua trajetória acadêmica esteve direcionada ao estudo de temáticas referente à família, considerado por ela seu *objeto de estudo maior*. A classificação da família como foco de seu maior interesse, nos despertou para construção imediata de uma hipótese, associando esta predileção a questões de sua própria história familiar. Ao tentarmos nos aproximar dessa zona de experiência, ao longo de nossa conversação Nanã, reagiu diretamente, afirmando que não se sentia confortável falar de assuntos pessoais conosco. Após algumas tentativas, relata breves experiências da infância, de forma descritiva, não nos permitindo identificar o tipo de emoção associada a estas vivências. Ao contrário, essa ausência de emoção, ou emoções reprimidas nos suscitou várias leituras e suspeições. Visando não

recorrermos em juízo de valor, abandonamos momentaneamente nossa primeira zona de leitura.

Após conclusão do curso, ingressou no serviço público, iniciando as atividades profissionais em uma unidade de referência estadual em saúde mental, envolvendo-se de imediato em trabalhos relacionados à família dos pacientes internados na Instituição: *quando cheguei na instituição eu já comecei a atuar no grupo de família que existia, coordenando junto com outra assistente social.* Com a transformação da unidade em serviço substitutivo, continuou atendendo às famílias atendidas neste serviço, utilizando além do conhecimento específico em Serviço Social, o referencial teórico do psicodrama que segundo Nanã, lhe permitiu *aprofundar mais* os atendimentos. O aprofundamento está relacionado tanto ao aumento do repertório teórico para leitura e intervenção das famílias quanto à compreensão das problemáticas apresentadas pelos usuários.

Esse atendimento ocorria de forma individual – usuário ou familiares - ou coletiva – usuário e família, a depender das necessidades e demandas dos sujeitos. Justifica que essa técnica de trabalho, apesar de não ser utilizada pelos demais profissionais, nem fazer parte das especificidades do Serviço Social, não provocou nenhum tipo de questionamento na instituição, nem dos colegas, visto dispor de “*certa liberdade*” para desenvolver o seu trabalho. Essa liberdade Nanã atribui, dentre outros aspectos, à sua competência técnica, alcançada através de estudos regulares, embasamento teórico e domínio da técnica: *Acho que isso se deveu também ao fato de eu ser uma pessoa que estudava, então, eu nunca tive as portas fechadas nesse sentido.*

Entretanto, ao tempo que conseguia desenvolver trabalhos, teórica e tecnicamente fundamentado, era obrigada também (pelas características do Serviço Social existente na Instituição) a fazer atividades consideradas inespecíficas à profissão:

guardar objetos dos pacientes, ou me responsabilizar pelos cigarros. Eu não tinha esse perfil e não fazia. Para conseguir desvencilhar-se dessas atribuições foram necessários muitos questionamentos, conflitos e enfrentamentos junto aos outros membros da equipe, aos próprios colegas de trabalho e com os gestores, justificando que seu constante aperfeiçoamento profissional, investimento e esforço intelectual não lhe permitiam aceitar desenvolver atividades dessa natureza: *se você não tiver cuidado, não se colocar, se você não souber lidar com as forças do lugar, você vai estar num lugar de desqualificação... e assim, com o meu perfil eu sempre digo: se alguém quer ser cidadão de primeira categoria, eu não vou ser de segunda, eu não vou querer ser de segunda!*

A veemência e repetição dos seus atributos profissionais, a necessidade de desvencilhar-se dos estereótipos construído socialmente para os assistentes sociais e a exacerbação de sua autoimagem nos permitiu inferir que em outras zonas de experiências (configuradas aparentemente muito mais em outros espaços da vida pessoal e menos na trajetória profissional), houve um sistemático reforço positivo das ações de Nanã, que a faz ter uma representação de si mesma, baseada numa superioridade técnica e intelectual.

Ela segue descrevendo que seu caminho profissional foi sendo construído priorizando o que ela denomina de *lado subjetivo*. Esse lado subjetivo é compreendido como o reconhecimento dos múltiplos aspectos sociais, individuais, biológicos, culturais apresentados pelos sujeitos ou grupos de sujeitos atendidos, evitando dessa forma focar a intervenção apenas na mediação entre os usuários e seu acesso aos benefícios apresentados pelas políticas públicas: *... eu [devo] compreender as pessoa e as dimensões que elas têm. Eu não vou achar que é só uma questão jurídica, que é só*

uma questão de encaminhamento. Devo reconhecer... além da necessidade que ela tenha.

Nanã não minimiza, com sua fala, a importância do encaminhamento, da orientação dos usuários atendidos, mas reafirma que o trabalho do assistente social pode ir além das necessidades imediatas, explorando as reais necessidades e demandas dos usuários, muitas vezes ocultadas pela urgência do fato, ou incapacidade de leitura do profissional, o que compromete a qualidade do atendimento e a efetividade dos encaminhamentos e demandas. Por fim ela considera que a forma tradicional de intervenção do Serviço Social não anula a compreensão do lado subjetivo dos sujeitos atendidos.

A partir desses indicadores construímos o primeiro núcleo de sentido denominado: *Eu não sou assistente social de segunda*. Esse núcleo se justifica pela autoimagem profissional associada a constante busca de conhecimento, aprimoramento técnico e qualificação do atendimento, ao tempo que busca dissociar-se da imagem atribuída aos assistentes sociais, conforme encontrada em Ortiz (2007). Em suas análises, a autora evidencia a imagem associada a profissão, pelos usuários, como profissionais de ajuda, com ideais humanitários, sempre prontas a servir e pelos demais profissionais como uma profissão inespecífica quanto as suas atribuições técnicas, teóricas e interventivas.

A opção pela prática terapêutica no Serviço Social, por esse lado subjetivo é justificado pelo interesse de compreender além do aparente: *foi meu gosto pelo que é diferente, por gostar de olhar pra onde outros não estão olhando, o gosto por olhar o que está por trás e o gosto por compreender...* Esse gosto pelo subjetivo, pelo “além do imediato, explícito e aparente” integram a configuração subjetiva de Nanã, a partir de núcleos de sentido, originados provavelmente na infância, principalmente quando nos

relata ter sido uma criança muito curiosa, com forte gosto pela leitura incentivada, principalmente, pelos pais que estimulavam a busca constante pelo conhecimento: *gostava muito de ler, isso desde pequena (tive uma família que comprava muitos livros e revistas e estimulava o conhecimento). Adorava, desde muito cedo, tudo àquilo que, aos meus olhos, parecia misterioso... Minha família costuma dizer que não consigo ouvir uma história sem fazer perguntas.* O que logo em seguida ela confirma: *talvez seja mesmo.*

Nesse momento registramos uma rara expressão emotiva caracterizada pela descontração corporal e verbal, relaxamento no timbre de voz e um breve sorriso tímido, demonstrando alegria, prazer e satisfação por acessar alguma lembrança proveniente de outras zonas de experiências, cujos sentidos subjetivos vivenciados denotaram emoções e sentimentos que lhe fazem bem acessar. Retomamos nossa primeira hipótese, confirmando assim a importância da família na vida de Nanã que a faz reconfigurar esta zona de sentido na vida profissional, atrelando sua especificidade técnica ao trabalho com famílias, seu objeto de estudo maior.

A partir desses relatos, identificamos o segundo núcleo de sentidos, denominado: *Eu vou além do aparente*, compreendendo as características de Nanã que propiciam esta curiosidade pelas pessoas, pelos seus gestos e comportamentos. A inquietação e insatisfação pelo imediato e explícito, enfim, o gosto pelo mistério, o não conhecido, o não revelado.

Foi esse gosto pelo subjetivo, iniciado na infância e explorado ao longo da prática profissional que a fez, há aproximadamente quinze anos, investir num consultório para atendimento psicoterápico, ao mesmo tempo em que continuou trabalhando como assistente social nesta unidade de saúde. *Então é isso: gosto de fazer perguntas, gosto de ver o que está por trás e gosto do mistério.*

Continuando sua trajetória profissional, Nanã segue relatando que além do trabalho terapêutico desenvolvido no consultório, realiza consultorias na área de desenvolvimento de equipe, relações interpessoais além de ministrar aulas como docente convidada em Cursos de Pós- graduação na área de saúde mental, família e psicodrama. O seu trabalho no órgão público encontra-se no momento, *em compasso de espera*, uma vez que foi chamada pelos gestores da sua unidade para contribuir na implantação de um projeto estadual para atendimento a pessoas com transtorno global do desenvolvimento, *mas por inúmeras questões [não registradas] ainda não foi implantado e a etapa de discussão, elaboração do projeto e negociação política perduram até hoje.*

Por essas questões, ela informa que as atividades desenvolvidas atualmente no órgão público, não tem lhe despertado motivação, uma vez que além de estar direcionada às atividades burocráticas, seu conhecimento na área clínica não converge quanto aos objetivos e técnicas necessários nesse projeto governamental. Dessa forma, elege como sua atual fonte de prazer e realização *a atividade no consultório, como professora e como supervisora.* A partir dessa afirmação e de outras que se seguem, criamos um terceiro núcleo de sentidos denominado: *quando esquizofrenizar é preciso.*

Quando questionada sobre algumas dificuldades vivenciadas na prática do Serviço Social Clínico, afirma prontamente tratar-se da dupla falta de reconhecimento profissional: tanto do Conselho Regional e Federal, quanto das empresas de convênio em saúde: *o não reconhecimento da prática, pelo Conselho isso é uma dificuldade. Tem a questão dos convênios... só aceitam psicólogos e médicos clinicando, atendendo. As outras categorias não.* A recusa dos convênios, apesar dos problemas causados, principalmente para ampliar a clientela e os ganhos financeiros, não chega a ser

mencionado nem explorado por Nanã como um problema maior que não lhe possibilitasse desenvolver alternativas para sua transposição.

A sua inquietação maior refere-se à falta de reconhecimento proveniente dos seus pares, do órgão que deveria, a partir de suas expectativas, apoiá-la em suas necessidades. Ao contrário, sente-se rechaçada e desamparada, o que a faz de reagir negando a existência do Conselho e minimizando a obrigatoriedade deste na sua vida profissional: *Esse Conselho existe? Eu não tenho nada há ver com ele... talvez seja até uma defesa... Eu não acho que [eles] me representem, mas eu sou obrigada a está vinculada a eles.*

Segue afirmando que ao impedir a prática clínica, o Conselho fecha a profissão em um único sistema de conhecimento, não permitindo e até mesmo coibindo a abertura para outras formas de compreensão dos sujeitos e das questões sociais. Por fim, levanta um questionamento referente ao posicionamento do Conselho e a Resolução expedida frente às diversas outras áreas de especialização e intervenção dos assistentes sociais tais como, Recursos Humanos, Gestão de Pessoas, Administração Hospitalar: *Já que o Conselho é contra a formação do assistente social clínico, dizem até que não pode usar o nome de assistente social quando estiver exercendo sua prática clínica... as que fazem especialização em Administração Hospitalar, Recursos Humanos, Gestão de Pessoas, ou qualquer outra coisa, elas são menos assistentes sociais também?... Por que o olhar voltado justamente para área clínica?*

Esse questionamento nos remete as origens epistemológicas do Serviço Social, quando a profissão buscou referências teóricas na linha norte americana, sustentada teoricamente pela Psicanálise, Funcionalismo e Positivismo. A intervenção baseava-se no ajustamento das disfunções, na busca de integração e adaptações dos indivíduos à estrutura vigente. Esse temor do passado pode ser um dos motivos do “olhar contrário”

do Conselho às práticas clínicas, segundo as conjecturas de Nanã. Entretanto, de forma empoderada - a mesma forma que iniciou e se manteve ao longo de toda conversação, afirma – *eu não estou aqui, nesse planeta, preocupada não... se você vai ser fiel, se não vai ser, [sobre a divulgação de seus posicionamentos] a repercussão disso, até porque eu não estou preocupada mesmo* - afirma que ao contrário da prática clínica representar um retrocesso à profissão é o projeto ético político, tal como estruturado, que se configura fora da realidade.

A partir dessa significação, Nanã não consegue percebê-lo com um conjunto de princípios plausíveis bem como tecnicamente compreendido, além de afirmar que o projeto obedece a um clamor do passado, onde o Serviço Social, envolvido com o processo de redemocratização do país, adota princípios gerais para uma prática que poderia ser mais específica e eficaz. Ao aprisionar o conhecimento numa única direção é o conselho que estaria posicionado *na contra mão do próprio projeto*, define Nanã.

Ela complementa este posicionamento afirmando que essa área [prática clínica] não pode ser propriedade de uma única profissão [referindo-se à Psicologia] mas sim domínio de todos os profissionais que se proponham atender os sujeitos numa perspectiva ampliada e integradora. Entretanto, diante das impossibilidades efetivas de reverter às determinações da Resolução 569/2010 – que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente Social – afirma que contra vontade, acatará suas prerrogativas: *eu tenho que dizer que sou uma assistente social [no emprego público]. Lá no [consultório] eu não posso. Já que eles estão indo por um caminho esquizofrênico para sobreviver, eu também vou.*

Anteriormente a essa opção esquizofrênica, Nanã participou durante algum tempo de um grupo de discussão e divulgação do Serviço Social Clínico, juntamente com outros profissionais que desenvolviam esta técnica no Brasil e em alguns países da

América do Norte, América do Sul e Europa, visando fortalecer essa modalidade de intervenção ao qual ela, de forma contundente, afirma: *esse é de fato um trabalho também do assistente social*. Sobre estes encontros, relata postando uma voz embargada e sentimento de mágoas ao recordar que as reuniões foram realizadas durante muito tempo na sede do Conselho Regional do Serviço Social, até serem impedidos de realizá-las, sem maiores explicações: *durante um tempo, as reuniões da gente eram no Conselho, mas as coisas foram tomando uma dimensão que o Conselho não estava nem deixando mais*.

Neste grupo ela era a responsável pela elaboração e divulgação de um boletim eletrônico com divulgação de vários artigos escritos por assistentes sociais da área clínica. Contudo, passado um período sem maiores realizações, relata ter se sentido estagnada no grupo e de forma auto exigente além de sinalizar mágoas, decidiu afastar-se do grupo: *Então aí eu achei que deu pra trás, se deu pra trás não me interessava... ; eu achei que começou a limitar em algumas coisas, eu achava que poderia ir mais*. Surpreendentemente, em um dos contatos mantidos, durante nosso processo de conversação Nanã sinalizou um desejo de retomar as discussões neste grupo, principalmente após publicação da Resolução contrária a prática clínica: *Acho que falta... organização pra ir mais adiante, pra provocar ...* afirmando não ser possível aceitar as determinações do Conselho sem realizar novos embates e questionamentos. Nesse momento, ao refletirmos conjuntamente a força desse grupo no cenário profissional: *Por incrível que pareça, eles [Conselhos] que estão nos dizendo que somos importantes*, percebemos uma resignificação da avaliação estabelecida por Nanã sobre a importância do grupo: *[se] já foi possível esse nível de provocação, imagine se...*

Por último, consideramos que o desenvolvimento da prática profissional dicotômica associada a sua autoimagem superior aos demais profissionais nos levou a

configuração de outro núcleo de sentido denominado: *Eu não pareço uma assistente social*. Esse núcleo compreende a sua falta de identificação tanto ao perfil comumente associado a imagem profissional, quanto a falta de identificação com a prática do Serviço Social. Essa falta de identificação, segundo Nanã é comumente reforçada pelas pessoas do seu convívio que costumam afirmar: *você não parece assistente social... você não parece com seus colegas...* ou mesmo os próprios colegas de profissão: *recentemente eu fiz um trabalho [...] e tinha assistentes sociais e aí elas não sabiam que eu era assistente social. Aí uma delas ficou surpresa por eu ser [colega] e estar lá fazendo aquele trabalho*. Essa percepção externa ocorre, segundo Nanã, desde o período de formação, quando lhe foi questionado: *você está fazendo Serviço Social? Eu acho que você é tão inteligente... deveria fazer uma coisa melhor*.

A falta de identificação ao perfil profissional é justificada pelo seu posicionamento adotado e as características profissionais diferenciadas: *não é que eu não quisesse parecer assistente social não. Eu quero parecer sim, mas quero que assistente social tenha outro perfil, uma outra forma de atuar...* E vai mais além, afirmando que a busca por outros ambientes, por outras perspectivas teóricas tende a lhe favorecer intelectualmente, lhe permitindo avançar tecnicamente em relação às demais colegas: *Eu estou sendo bem honesta, se eu ficasse apenas no meio das assistentes sociais eu podia ser mais uma desse jeito, entendeu?* O “jeito” ao qual Nanã se refere estão relacionadas as atitudes rasas, com pouca consistência teórica apresentadas por um grande número de assistentes sociais, conforme sinaliza Vasconcelos (2002) em seus estudos sobre a prática profissional. Em sua pesquisa a autora elencou uma série de micro atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais que, segundo a autora, dificilmente contribuirão para o desvelamento das questões sociais bem como a efetivação do projeto ético político, pela ausência de uma fundamentação

teórico/técnica, impossibilitando aos profissionais apreendê-las em sua complexidade, restringindo-se - independente da área de atuação – a uma prática direcionada a minimização das demandas.

Observamos, entretanto, que a não identificação de Nanã com os princípios profissionais pode ser decorrente da falta de motivações e aptidões registradas desde a escolha profissional. Ela afirma ter entrado no curso pelo método de exclusão, ou seja, visando fugir das profissões *que tinham química, física e matemática no curriculum*, optou pelo vestibular em Direito. Como não conseguiu ser aprovada na primeira opção, automaticamente foi aprovada em sua segunda opção - Serviço Social. Durante a graduação diz ter sempre sentido incômodo com a *pequenez intelectual da maioria das colegas, com as restrições da prática e do lugar de menor valor dentro da equipe profissional*. Essa falta de identificação profissional torna compreensível o significado atribuído a profissão: *Ser assistente social [hoje] é atender família! Isso é o que gosto de fazer, é o que me dá prazer!* E complementa: *mas eu me sinto talvez mais gratificada sendo professora [não de serviço social] do que sendo assistente social*. A falta de identificação tem reflexos também na falta de perspectivas profissional tanto como assistente social do órgão público, quanto assistente social exercendo a prática clínica ou mesmo quanto a reconsideração do Conselho sobre o veto à prática clínica. Com o mesmo distanciamento emocional, mantido durante toda a conversação sentencia: *eu não estou preocupada com nada disso, não estou preocupada mesmo...*

- ***Iemanjá – Ajudar. Eis o verbo***

Iemanjá demonstrou grande interesse em participar da pesquisa desde o primeiro contato, realizado através de informações retiradas de sua página na internet. Principal organizadora do grupo de discussão virtual sobre a prática clínica no Serviço Social, promove nesta *home page* constantes debates, enfrentamentos, questionamentos e trocas de experiência sobre essa modalidade interventiva, com profissionais do Brasil, Américas e Europa. Preferiu nos receber em seu consultório, disponibilizando o período de duas horas para a nossa conversação, o qual foi rigorosamente cumprido em função da agenda de atendimentos.

Formada no ano de mil novecentos e setenta e oito, pela única Faculdade de Serviço Social existente na cidade neste período. Possui especialização em Psicanálise e relata que, desde a formação, apresentava interesse pela temática psicossocial. Sentia-se estimulada pela própria Faculdade, que há época dispunha em sua grade de disciplinas voltadas ao estudo da clínica – psicopatologia, Serviço Social de caso, Serviço Social de grupo- direcionando ainda mais seu interesse pelos aspectos subjetivos, por considerar que o sujeito encontra-se constituído por aspectos além do aparente, explícito e imediato: *“achar que o sujeito só é afetado por fatores externos é a mesma coisa que pegar uma parede cheia de mofo e de umidade, passar uma tinta por cima sem tomar nenhuma outra providencia de reparar aquilo ali”*.

Durante a graduação realizou estágio voluntário em um hospital psiquiátrico, buscando um contato maior com a prática de Serviço Social em saúde mental e assim poder aprofundar seus conhecimentos nos aspectos subjetivos, visando melhor intervir e acompanhar seus futuros pacientes: *Não me interessei pela filantropia, válida*

naturalmente em situações emergenciais. Curioso observar que mesmo proveniente de uma educação formal religiosa – realizou estudo básico e fundamental em colégios religiosos tradicionais da cidade – e da opção por um curso que há época apresentava forte viés assistencialista, não despertou o interesse pela filantropia, o que se poderia supor inicialmente. A partir desses indicadores, construímos nosso primeiro núcleo de sentidos: *Em busca do saber*. Esse núcleo integra os elementos referentes à constante busca pelo conhecimento e aprendizado expressos em sua trajetória profissional pelas constantes atualizações técnicas e teóricas e pelo desenvolvimento do grupo de discussão *on line* que vem suscitando um novo olhar para a prática clínica.

Logo após a formatura, realizou um curso denominado “Contribuições da Psicologia e da Sociologia na formação do Assistente Social”, o qual relata ter lhe despertado ainda mais o interesse pela intervenção clínica. Além do conteúdo do curso ter lhe motivado a investir nessa área, a coordenadora da instituição foi a primeira assistente social que conheceu desenvolvendo a prática clínica em consultório privado, despertando-lhe interesse para constituir o seu próprio consultório: *Então [o curso] bateu com as coisas que eu acreditava, que eu via, que eu lia nos livros de Serviço Social. Aí eu vi que era possível assistente social ter o seu consultório, em mil novecentos e setenta e nove.*

Exatamente pelo seu perfil profissional, baseado em estudos e perspectivas subjetivas, Iemanjá foi selecionada, para o primeiro emprego, por uma empresa privada de grande porte que buscava um assistente social com estas características. Ela afirma não ter criado expectativas por causa da magnitude da empresa, do número elevado de concorrentes e por não ter experiências profissionais. *Eu confesso que nem esperava chegar perto das demais candidatas... aí o gerente de recursos humanos disse que*

estava procurando justamente uma assistente social que tivesse o perfil voltado para a subjetividade.

Nessa empresa, suas principais atividades consistiam em desenvolver atendimentos sistemáticos aos empregados, visando conhecer e intervir sobre as demandas que de forma direta ou indireta, afetavam a sua produtividade: *saber o que é que se passava com o funcionário-indivíduo, o que estaria velado em determinados comportamentos, como, por exemplo, problemas familiares, problemas financeiros, doenças ocupacionais etc...* A partir dessa escuta o funcionário poderia ser encaminhado para psicoterapia ou para outros programas e benefícios institucionais. Entretanto, reconhece que o objetivo maior da empresa ao desenvolver essas ações, num período marcado pela ditadura militar e gerenciado por um oficial das forças armadas era *“manter a ordem acima de tudo”*. Apesar do reconhecimento desta visão gerencial com bases funcionalistas, procurava sistematizar sua prática através de referenciais teóricos da Psicanálise, citando de forma eloquente, diversos e importantes autores: *Mary Richmond, Gordon Hamilton, Annette Garrett, Florence Hollis, Isca Salzberger-Wittenberg, Clare Winnicott*. Sobre esta última autora considera ter sido uma das grandes assistentes sociais representantes dessa área, principalmente pela influência de Melaine Klein, sua analista.

A sua permanência nesta empresa se encerrou com o nascimento do seu terceiro filho. Iemanjá afirmava não ser mais possível conciliar a vida pessoal com a vida profissional, priorizando assim, a primeira esfera. Vale ressaltar que esta opção precedeu de intensos conflitos internos, principalmente pelo reconhecimento da perda de um emprego numa empresa reconhecida, desenvolvendo um trabalho que lhe proporcionava satisfação e desafios, principalmente quanto a necessidade de *“estudar muito”* para dar conta do trabalho, avaliado por ela como de *alto nível*.

A família aparece como elemento central na vida de Iemanjá. Durante a conversação, apresentou vários exemplos citando a convivência com os filhos, demonstrando uma relação materna de confiança, amizade e equilíbrio. Refere também sua família de origem como seu grande alicerce, afirmando que estes foram os responsáveis por várias escolhas em sua vida, inclusive a escolha profissional. A mãe, professora primária, lhe despertou o interesse pela busca incessante pelo conhecimento, influenciando inclusive sua primeira escolha profissional: Letras com ênfase em neolatinas. Posteriormente mudou a opção profissional, ao se aproximar do Serviço Social da empresa onde o pai – cirurgião dentista – trabalhava.

O Serviço Social desta empresa era considerado, à época, referência nacional em promoção de saúde, acompanhamento familiar e saúde do trabalhador, o que lhe fez decidir pela Faculdade de Serviço Social. A partir destas construções evidencia-se a força do referencial familiar na vida de Iemanjá, tanto para sua escolha profissional, quanto no momento de adiar esse desenvolvimento profissional, ao priorizar o papel materno ao papel de profissional, demitindo-se então da empresa cuja atividade desenvolvida lhe despertava grande interesse e motivação.

Os indicadores acima, da importância e prioridade da família de origem e constituída de Iemanjá, levaram a construção do núcleo de sentidos denominado: *A família em primeiro lugar*. Este núcleo integra a priorização dada pela participante ao núcleo familiar, seja naquele onde priorizou o cuidado aos filhos, seja atualmente, através das diversas citações feitas ao longo da entrevista envolvendo situações cotidianas do contexto familiar, constituindo assim um importante elemento da sua configuração subjetiva. Dessa forma, é possível compreender que ainda que a participante tenha vivenciado tensões e conflitos anteriores ao pedido de demissão, após

o ocorrido não são verbalizados arrependimentos, sentimentos negativos ou mesmo retorno do conflito.

Após a saída da empresa, ingressou no serviço público, via concurso, sendo convocada para trabalhar num hospital de saúde geral, com o qual ela afirma não ter desenvolvido nenhuma afinidade: *Via-me em outro momento, no serviço público com todos os vícios institucionais, em uma área que passava longe do meu desejo. Eu sei que eu penei durante algum tempo.* O que a fez continuar nesta instituição, apesar da rejeição ao tipo de trabalho desenvolvido e as precárias condições institucionais, foi acarga horária flexível, que lhe possibilitou estar mais próxima de sua família.

Nesta unidade, além do Serviço Social não estar estruturado, a prática existente era *pobre e improvisada*, além de existir uma hierarquia extremamente acentuada que dificultava a proposição de mudanças. As atividades desenvolvidas consistiam em: *arranjar vagas em hospitais para os casos específicos, conseguir ambulâncias para as remoções dos pacientes, telefonar para o IML* o que provocou intensos conflitos com seu estilo profissional bem como o registro das experiências bem sucedidas vivenciadas no último emprego.

Decidindo não dar continuidade as atividades comumente realizadas pelo Serviço Social, fez uma proposta de trabalho a sua chefe a qual ela se refere como pseudo-chefe: *vamos fazer o seguinte, você tem a sua filosofia de trabalho e eu tenho a minha. Nós somos profissionais liberais, [venho] de uma experiência diferente, eu vou dar seguimento ao que eu sei fazer, essas coisas eu não sei fazer.* A partir daí começou a fazer grupos nas enfermarias, com troca de experiências entre os pacientes, fornecimento de orientações e encaminhamento aos recursos da comunidade, sempre com foco na subjetividade.

O objetivo maior de Iemanjá era ingressar na área de saúde mental. Para tanto, passou um ano realizando contatos e negociações com o nível central da Unidade de Saúde até conseguir sua transferência para uma unidade estadual de saúde mental, onde passou a fazer atendimentos a partir desta perspectiva psicanalítica. O desenvolvimento desta prática contava com o apoio dos gestores, uma vez que alguns diretores possuíam também, formação em Psicanálise, além de acreditar obviamente em sua efetividade. Dessa forma foram desenvolvidas atividades direcionadas ao público interno e externo a unidade, tais como reuniões clínicas, apresentação de trabalhos teóricos, discussão de casos clínicos e observação de entrevistas com pacientes psicóticos. Todas as atividades contavam com sua participação efetiva.

Essa experiência vivenciada – assistente social psicanalítica - Iemanjá considera o auge de seu desenvolvimento profissional e os guarda *sempre em um bom lugar* de sua memória afetiva. A saída precoce da Instituição, entretanto, deveu-se a um problema de saúde, não revelado, que a levou a aposentadoria por invalidez: *Eu amo aquela instituição, onde tive grandes oportunidades.*

Conforme dito anteriormente Iemanjá permanece atendendo em seu consultório onde desenvolve suas atividades analíticas sem desvincular-se do título de assistente social: *[Eu] me sinto psicanalista graduada em Serviço Social. Olha aqui o meu carimbo [no carimbo constam nome, número de registro no Conselho e Formação Psicanalítica].* A atribuição permanente do título de assistente social à prática clínica a ela associa à sua forte ligação com a profissão. *[Eu] me aproximo da assistente social no momento em que observo a realidade com sensibilidade e percepção do outro, sem me deixar levar por circunstâncias que não identifico como verdadeiras.* Curiosamente, quando questionada sobre o significado atribuído ao ser assistente social, responde de uma forma técnica, desvincilhada dessa “forte ligação”. *Para Iemanjá, portanto, ser*

assistente social significa estar atrelada a área das ciências humanas, a área de saúde (conforme reconhecimento do Conselho Nacional de Saúde) e é também um terapeuta. Em seguida, continua afirmando que trata-se de um profissional com toda condição de trilhar seu caminho, com [várias] saídas profissionais além do lugar hegemonicamente estabelecido pelos representantes da profissão: *cada um escolhe de acordo com seu dom, seu gosto e nem por isso deixa de ser assistente social.* Essa aparente dissociação entre os sentimentos pela profissão e a descrição do seu significado nos remeteu a uma hipótese referente ao momento conflituoso vivenciado por ela. A proibição do exercício de uma prática que desenvolve há anos, com alto investimento material e emocional, pode estar refletindo em suas representações, afetividade e identidade profissional, causando-lhe esta aparente dissociação entre aquilo que sente e o que pensa atualmente sobre os significados e rumos profissionais.

Partindo dessa compreensão Iemanjá inicia seus questionamentos sobre o projeto ético político, abordando inicialmente os princípios da liberdade e pluralidade: *O que eu acho é que não deveríamos ter um projeto [único]. Nós temos que ter liberdade.* Essa liberdade estaria direcionada a sua área de interesse e disposição acadêmica: *eu sou interessada em psicopatologia, nas relações humanas, na relação na área de saúde, na subjetividade humana, nas relações familiares, nas causas psicossociais.* Evidenciamos que o interesse pela área subjetiva encontra-se associadas a sua história pessoal com forte rebatimento em sua trajetória acadêmica e profissional. Por esse motivo afirma que a psicanálise contribuiu para completar a formação de assistente social, associando-a aos conhecimentos adquiridos na formação em Serviço Social: *O conhecimento que o curso de Serviço Social me deu para eu acompanhar o curso, a teoria, a minha análise pessoal e tudo mais foi perfeito, eu não senti falta de nada.*

Retomando a discussão sobre o projeto ético político, observamos que a relação estabelecida por Iemanjá com este constructo, encontra-se atravessada por fortes conflitos, questionamentos e divergências, o que nos provocou a construir o núcleo de sentidos denominado: *Projeto ético político – eu tento, mas não entendo*. Esse núcleo integra os elementos de indignação, insatisfação e divergências significadas e sentidas sobre o projeto, como único referencial possível de desenvolvimento profissional, além da compreensão que este movimento de proibição às práticas clínicas pelo Conselho, apresenta em primeira instância um forte aprisionamento ao período de reconceituação, recusando admitir que na atualidade, os profissionais clínicos estejam subsidiados por outras bases epistemológicas e metodológicas. Ademais, Iemanjá considera que o discurso do projeto obedece a interesses econômicos, não sendo viável economicamente para as instâncias gestoras aceitar outras bases epistemológicas e teóricas para a profissão: *acredito que há interesse financeiro por trás disso: livros, palestras, cursos, uma série de questões. Pensar que não existe? Existe. A gente observa claramente uma força política muito grande né?*

As consequências desse engessamento profissional, para Iemanjá, são devastadores para o crescimento profissional. Ela acredita que muitos profissionais com afinidades distintas, ao serem obrigados a se aglutinar no projeto hegemônico, não garantiriam sua legitimidade e efetivação, uma vez que esta adesão pode ser uma mera formalidade não traduzida numa prática efetiva. Iemanjá considera que o projeto hegemônico deveria dar lugar ao pluralismo uma vez que os princípios nele estabelecidos deveriam garantir esta liberdade e democracia profissional. De forma humorada sintetiza o atual cenário profissional: Um, dois, feijão com arroz!

Com o desenvolvimento desta temática torna-se perceptível o seu ressentimento com o não reconhecimento da prática clínica pelo conselho profissional. Afirma que ao

não reconhecerem essa linha de trabalho estariam *cuspiendo nos assistentes sociais pioneiros: eu não tenho o que eu mereço. Uma parte da minha profissão... não tem o que ela merece.* Logo em seguida afirma: *nós queremos um pouco mais, a gente cutuca tudo né?* Quando acreditávamos ter esgotado esta temática, ela retoma o tema afirmando não conseguir compreender o significado do projeto bem como o que fazem os assistentes sociais, uma vez que considera estes princípios demasiadamente abrangentes e assistemáticos: *Eu confesso aqui para você meu não saber, a minha ignorância, mas eu procuro assim estar focada nesse projeto, mas eu não entendo...* Ao tempo que de forma simples e curiosa, me questiona: *O que é que eles fazem?*

Ao avaliar a prática clínica, reconhece que os profissionais dessa área deveriam se *posicionar mais, fortalecer-se, reconhecer-se como legítimos.* Ao contrário afirma que estes assistentes sociais, quando não fazem outro curso de graduação, escondem sua titulação profissional pelo medo que sentem em perder o apoio do Conselho ou serem expostos: *Eu percebo muito medo na grande maioria dos clínicos. Medo de que? De perder o apoio que não temos... tem que responder praticamente tudo isso, tanto que muita gente que nem conta que é assistente social.* Em seguida reconhece que após os encontros promovidos pelo Conselho, anteriores a publicação da Resolução proibitiva da prática clínica, houve uma intensa movimentação e debate destes profissionais. Ao final do encontro, de forma espontânea reconhece que mesmo com todas as dificuldades vivenciadas, sente-se uma profissional realizada e motivada *ao fazer poucas coisas grandes e desafiadoras,* ao tempo que reflexivamente reconhece os ganhos obtidos ao longo da vida profissional: *Tudo aquilo que eu pude alcançar de positivo eu devo à minha trajetória profissional* de forma humorada – conforme se apresentou durante todo o encontro – sentença com um riso longo e contagiante: *Eu acho que o assistente social clínico vai se dar muito melhor que o assistente social “hegemônico”... Será?*

Oiá – Indo à luta

O encontro com Oiá aconteceu em uma sala disponibilizada pela Faculdade, por ser um local próximo à sua residência. Desde o primeiro contato, mostrou-se bastante interessada em participar da pesquisa o que facilitou sobremaneira o transcorrer da conversação.

Assistente social há trinta anos, trabalha há aproximadamente quatro em um órgão estadual de saúde, com vínculo empregatício caracterizado pela prestação de serviços. Desenvolve atividades de capacitação e gestão em projetos direcionados à saúde do idoso. Por decisões gerenciais, no momento da entrevista aguardava transferência para outra unidade do órgão, ainda não definida. Trabalha também como docente do curso de Serviço Social em uma Universidade privada, lecionando disciplinas relacionadas à família, grupos e gerontologia – principais áreas de sua experiência, capacitação e interesse profissional – além de atender clinicamente em seu consultório.

Registra que seu interesse pela saúde mental, assim como Iemanjá, começou desde a época da graduação, principalmente por causa da grade curricular que disponibilizava disciplinas com enfoque no estudo da subjetividade: *dentro da grade curricular eu tinha a disciplina saúde mental e psicopatologia...tinha serviço social de caso, de grupo, de comunidade...eu vivi esses três espaços e fui me interessando por essa área de saúde mental.* Entretanto, no transcorrer da conversação observamos que seu interesse pelo subjetivo surgiu antes mesmo do período acadêmico. Surge da influência dos pais que *sempre olharam de forma integral para as pessoas que*

atendiam e ajudavam em seus trabalhos, como professores e membros de uma igreja evangélica.

A partir desses elementos construímos o primeiro núcleo de sentidos denominado: *Nos caminhos da subjetividade*. Este núcleo se justifica pela constante busca da nossa entrevistada pela compreensão dos diversos aspectos que compõem a trajetória dos sujeitos bem como a sua própria. Em relação a sua própria busca, ela refere ser uma característica pessoal construída a partir das suas relações familiares, quando era constantemente estimulada a buscar respostas para seus questionamentos. Dessa forma, iniciar um processo de análise pessoal fez emergir seu interesse em fazer o curso de formação em Psicanálise. Concomitante a este curso, resolveu fazer um curso de formação em grupos operativos: *já tinha um interesse muito grande desde a época de graduação em trabalhar com grupos... com a psicanálise, comecei a me envolver mais...*

Ao concluir o curso de Serviço Social, trabalhou durante um ano, num programa estadual de desenvolvimento comunitário. Apesar de não apresentar muitos detalhes, refere ter sido uma experiência positiva. Após esse período, ingressou numa instituição pública bancária, onde considera ter encontrado um Serviço Social diferenciado, por não estar totalmente direcionado à concessão de benefícios e questões burocráticas, mas sim ao setor de saúde ocupacional e segurança do trabalho, atividades que lhe permitiram direcionar sua prática ao enfoque subjetivista no acompanhamento de empregados com problemáticas relacionadas ao sofrimento psíquico e ao uso abusivo de substâncias psicoativas: *eu comecei a me enveredar por esse caminho também nos atendimentos que eu fazia a esses funcionários... entrei mais que tudo na questão da saúde mental, apesar de estar na área de saúde do trabalhador em empresas.*

Após dezesseis anos nesta Instituição, aderiu ao programa de demissão voluntária, por não conseguir mais vivenciar nem mediar os intensos conflitos e sofrimento dos trabalhadores bem como o seu próprio: *eu achei que estava na hora de sair, pois eu vivia uma angustia muito grande... eu comecei a me sentir um balde de lixo de angústias, onde [os empregados] descarregavam as coisas e eu não tinha o que oferecer pra eles, entendeu?* Visando aprofundar ainda mais a sua necessidade de mudança, abandonou a formação e processo de psicanálise para começar um novo curso em psicodrama, por entender que este ramo do conhecimento lhe forneceria maiores subsídios para trabalhar com grupos e famílias - temáticas de seu interesse.

Oiá relata com muita emotividade que seu interesse pelo estudo da família advém de um conflito pessoal vivenciado há tempos, que se reatualiza nas lembranças, em sua não aceitação do ocorrido bem como na busca incessante para uma explicação. Por ter vivido uma relação familiar estruturada, *baseada no amor, respeito*, pais casados há anos, ressentiu-se profundamente por não ter conseguido constituir e manter a sua própria família. Há aproximadamente vinte anos engravidou de um namorado, com o qual mantinha fortes sentimentos afetivos e tinha expectativas em constituir uma família. Entretanto, ao saber do ocorrido o namorado terminou a relação e não assumiu a paternidade, causando-lhe uma grande desestruturação emocional, financeira e profissional. Relata de forma emotiva que a sua família a apoiou nesta fase desestruturante. Ainda desejando constituir sua família, envolveu-se posteriormente em alguns relacionamentos afetivos, mas nunca conseguiu realizar este sonho.

A partir desse registro fortemente emocionada, Oiá confirma ter sido este alguns dos motivos que lhe despertou para trabalhar com a temática da família: *A pergunta que sempre me fazia era: por que tendo uma família considerada "estruturada", tendo recebido tanto amor e apoio, não conseguia formar a minha própria família?* A

configuraçãodestesentido subjetivo - representação familiar – remete a análise de Rey (2005a) ao afirmar que os elementos de sentidos, integrantes da configuração subjetiva atual,resultam da tensão existente entre esta experiência e os elementos de sentidos que antecederam esse momento, configurando-se e reconfigurando-se em inúmeras formas, evidenciado para nós, mais um núcleo de sentidos na sua configuração subjetiva– em busca de reparação. Este núcleo compreende as formas pelas quais nossa participante vem configurando estes elementos de sentido da experiência passada em sua vida profissional, buscando respostas, explicações ou a reparação destas dores vivenciadas.

Retomando sua trajetória profissional, ao concluir sua formação em psicodrama,ingressou num hospital psiquiátrico, utilizando-se dessa técnica em suas intervenções e atendimentos grupais, tanto com pacientes quanto com familiares, mesmo sofrendo resistênciainicial dos gestores da instituição, que, em principio, se posicionaram contra as atividades grupais, principalmente quando ela propôs o atendimento de familiar e paciente conjuntamente. Reconhece um amadurecimento e consolidação de sua prática nesse período, tanto pelo atendimento em consultório como noacompanhamento aos pacientes e familiaresdo hospital, ainda que os conflitos na instituição pública estivessem cada vez mais acirrados.Por não concordar com o tipo de cuidado dispensado aos usuários do hospital, por causa do nível de resistências e embates com os gestores, decidiu rescindir seu contrato no Hospital, intensificando sua prática no consultório: *justamente por não concordar com algumas coisas com relação aos pacientes, como eram tratados e tal, então, eu preferi deixar o hospital.*

Após a saída do hospital, visando dar continuidade ao seu processo de formação profissional e garantir uma renda mínima para sua subsistência, ingressou numa residência multiprofissional em saúde da família, onde refere ter conseguido ampliar sua técnica psicodramática com o respaldo dos preceptores e supervisores de campo: *Lá na*

residência foi muito legal porque eu utilizava o psicodrama nos meus trabalhos em família, atendendo pacientes, nos trabalhos de grupo com gestantes e idosos.

Registramos ao longo da conversação que em todos os campos de trabalho por onde Oiá ingressou, ela fez uma especialização correspondente à área de trabalho - Psicanálise, Psicodrama, Gerontologia, Formação em Grupos Operativos, Saúde da Família e Violência Doméstica. Ela afirma ser necessário estar suficientemente preparada para o exercício profissional, seja qual for a área de atuação: *acho que pra você fazer bem o seu trabalho você tem que ir fundo naquilo que você está se propondo a fazer. Eu precisava desses respaldos teóricos.*

O psicodrama, entretanto, foi eleito o respaldo teórico de seu maior interesse, maior até que o conhecimento de Serviço Social, o qual ela não registra nenhum curso específico na área: *hoje o psicodrama está introjetado na minha vida; tudo que eu faço, cada ação que eu tenho, até na minha relação de amizade, na minha relação familiar eu tenho a influência do psicodrama.* Ela sinaliza que é a teoria psicodramática que lhe oferece subsídios importantes exercer o Serviço Social: *acho que o psicodrama me [dá] esse respaldo... e aí eu me encontrei, inclusive enquanto assistente social.* É a partir da representação dramática dos papéis desempenhados e vínculos mantidos pelos sujeitos que ela tenta se aproximar de suas reais necessidades.

Oiá considera os referenciais adotados pela profissão, limitantes, insuficientes e tecnicamente inconsistentes. Estes referenciais estariam restritos ao estudo das políticas sociais, negligenciando a leitura sobre os sujeitos: *a gente vê o Serviço Social mais voltado para as políticas sociais, mas a gente não se contenta só com isso...* Questiona onde estão os sujeitos nestas leituras predominantes sobre as políticas públicas, sem uma devida contextualização destes em suas necessidades micro, causando forte

impacto na intervenção profissional: *E aí quando você vai pra prática não é isso que você vê... você vai para os postos de saúde, vai atender nos hospitais... e aí não sabe, fica no discurso. O contexto todo não é nada sem os indivíduos isoladamente assim como os indivíduos não se formam sem o contexto, então eu acho que isso é o que é negado pelo Conselho, pelos “donos da profissão”.*

A contundente afirmação acima é um claro indicador de sua opinião e posicionamento sobre a Resolução proibitiva da prática clínica. Ressente-se principalmente por ter provocado e participado ativamente dos poucos debates promovidos pelo Conselho visando à discussão dessa área: *a gente peitou... fizemos reuniões no CRESS, reuniões pesadas... para mim foi decepcionante essas duas reuniões...eu inclusive questionei muito que o CRESS ficou de marcar outras, não marcou e quando a gente soube, a Resolução já estava aprovada e não aparece no documento a reunião que teve aqui.*

Os indicadores acima permitiram construir mais um núcleo de sentido denominado – *Nós evoluímos*. Esse núcleo contempla os elementos de reflexão, questionamentos e indignação quanto ao atual embate ocorrido no interior da profissão, quanto a proibição de uma prática histórica do Serviço Social. Defende sua prática como legítima, teoricamente evoluída e legalmente possível. Sente-se tão segura em defender essa modalidade que não só se colocou à disposição para o enfrentamento teórico quanto provocou os debates no Conselho, mesmo não tendo as repercussões desejadas. Gentili (2006, p. 28) afirma que as várias questões que não conseguem expressão no Serviço Social, que se desenvolvem nas franjas das análises teóricas, apesar de estarem presentes nas formações discursivas e práticas, na verdade, são reflexos da direção hegemônica da profissão.

Ainda assim, a participante afirma que continuará *lutando contra* a decisão do Conselho e pela revogação da Resolução expedida: *Não, eu não vou parar não, eu já disse isso, inclusive na última reunião do CRESS: eu não vou parar.* A sua coragem e determinação para este enfrentamento advém tanto da constatação que a prática clínica, tal como realizada atualmente, não apresenta as mesmas características da prática exercida nas origens da profissão no Brasil: *A gente evoluiu... a nossa formação clínica[deve ser compreendida] no sentido amplo da palavra clínica ... não a questão clínica da cura da intervenção médica e tal,* quanto de sua necessidade em preservar sua identificação profissional: *Eu sou assistente social. Se eu quisesse ser outra coisa eu ia fazer outra graduação, mas eu sou assistente social!*

Diferente da estratégia de Nanã, que refere ter optado pela atitude esquizofrênica, quando se refere a cisão entre o exercício de assistente social e a prática clínica, Oiá, demonstra uma preocupação pela inclusão, reconhecimento e legitimidade profissional. Ao contrário da afirmação de Gentili (2006, p. 52) que encontrou nos resultados de sua pesquisa, prevalência da negação da identidade profissional por assistentes sociais que desenvolvem práticas ou exercem cargos que levem outra nomenclatura, no caso específico, a clínica ou terapia. Para a autora, estes profissionais, tenderiam a preferir a identidade profissional dos cargos ou práticas assumidas, ao título de assistente social.

Portanto, torna-se compreensível a não aceitação da possibilidade de dissociação entre o exercício do Serviço Social e a prática clínica, conforme determinado pela Resolução: *eu me sinto as duas coisas: tanto assistente social como assistente social clínica porque eu acho que não tem como desvincular.* Afirma ainda que, ao omitir a graduação em Serviço Social, estaria se colocando numa posição inferior tanto em relação aos outros assistentes sociais quanto em relação a outras categorias

profissionais: *eu [me sinto] um profissional de segunda categoria, porque o psicólogo pode dizer que ele é psicólogo psicoterapeuta ou psicanalista... eu não posso? Eu não aceito isso!*

A partir destes conflitos, ela considera que ser assistente social é estar vendo o sujeito exatamente dentro do seu contexto familiar, social, de trabalho. Entretanto, reconhece que às vezes se sente como uma *assistente social meio estranha no ninho, porque é como se eu falasse outra linguagem, eu me sinto uma marginal e isso me incomoda*. Embora verbalize esse desconforto, ao mesmo tempo revela ser este, o propulsor para *continuar lutando, saindo do lugar: Incomoda-me no sentido de que eu tenho que continuar nessa luta*. Oiá segue refletindo e constatando um importante e perigoso paradoxo no Serviço Social, a partir dessa proibição: *uma profissão que prioriza, na teoria, a inclusão e internamente ela está excluindo de uma forma muito perversa...* e afirma que *a profissão vai além do projeto hegemônico*.

O projeto profissional para Oiá representa um instrumento que tende a aprisionar a pluralidade profissional, mesmo acreditando que ele se efetivará internamente, por causa da aceitação dos assistentes sociais que o apoiarão sem o devido questionamento, mas externamente terá dificuldades para se consolidar exatamente pelo *vazio técnico instrumental* que ele apresenta. Apesar da visão contundente sobre os novos direcionamentos profissionais Oiá reconhece na profissão alguns elementos convergentes a suas crenças e valores pessoais, principalmente os ideais de coletividade, justiça e reparação social.

Ainda que refira nunca ter pensado nos motivos de sua escolha profissional, acredita que além das referências paternas de ajuda e cuidado ao próximo, o contexto sócio histórico da época, marcado pela ditadura militar geravam discussões em sala de

aula (do ensino médio) que lhe motivavam questionar a realidade vivenciada e o desejo de contribuir por um Brasil e um mundo melhor. Atualmente, observa-se que a luta de Oíá ganhou amplitude, onde agora ela “luta”, não somente por um Brasil e um mundo melhor, mas também por uma profissão melhor, que possibilite agregar os diversos saberes do Serviço Social: *A profissão vai além do projeto hegemônico*, finaliza.

Repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais

As Zonas de Sentido

Após análise individualizada das conversações mantidas com as dez assistentes sociais participantes, passaremos neste capítulo a construção das zonas de sentidos sobre a temática estudada.

As zonas de sentidos compreendem o estágio de construção de modelos teóricos em busca de uma inteligibilidade sobre a realidade estudada, a partir das análises, reflexões, hipóteses e inferências do pesquisador. Trata-se de amplos sistemas de interações extraídos dos núcleos de sentidos das participantes visando uma significação de suas experiências. É compreendido também como um modelo que representa a síntese teórica em processo permanente a ser desenvolvida pelo pesquisador em sua trajetória pelo momento empírico (Rey, 2005, p.116). Esta síntese teórica encontra-se relacionada aos valores, intuições e representações teóricas do pesquisador bem como as novas ideias que surgem nesse momento de construção, caracterizando assim sua produção ativa e produtiva.

A partir dessa compreensão construímos quatro zonas de sentidos que expressam as formas pelas quais os assistentes sociais vivenciam o tensionamento acima descrito, lembrando, a partir das contribuições de Rey, que as reflexões e hipóteses construídas buscam um esforço analítico em nos aproximarmos da realidade estudada e não descrevê-la como uma verdade absoluta. Ainda que a temática estudada tenha produzido um volume de informações consideráveis, buscamos integrá-las em quatro zonas de

sentido priorizando uma compreensão qualitativa e sintética do tema. As zonas de sentido construídas foram:

- Prazer. Eu sou Assistente Social!
- Projeto ético político – para efetivar é preciso adaptar
- Teoria? Bem, enfim, claro, é... preciso estudar um pouco mais!
- Serviço Social clínico: prática contraventora ou prática contra hegemônica?

1. Prazer, eu sou Assistente Social!

Esta zona de sentido se configurou pelo acentuado sentimento de pertença e identificação ao papel de assistente social, demonstrado pelas participantes ao longo das conversações. As análises evidenciaram que, apesar das dificuldades e tensionamentos vivenciados pelas contradições existentes no discurso sobre o *devoir* proposto pelas características do projeto, o dever da prática e as divergências teóricas e técnica internas à profissão, os assistentes sociais demonstraram uma ligação afetiva importante com a profissão, expressando sentimentos similares, mesmo em distintos contextos institucionais, distintos vínculos empregatícios e perspectivas teórico interventivas.

Esse expressivo sentimento advém, em nossa compreensão, da congruência entre determinados elementos da subjetividade individual, construídos dentre outros aspectos, a partir das vivências pessoais de injustiça, desigualdade, discriminação e preconceito de gênero, etnia e classe social e os princípios humanistas presente na profissão, que visam através da prática profissional minimizar as manifestações extremas das iniquidades sociais, presentes na sociedade. Estas congruências foram encontradas na fala de Iansã que, vivenciando a estabilidade empregatícia em órgão público e com dez anos de

experiência profissional, afirma: *se tinha uma profissão que me identificasse, era essa, que me deixasse plena como eu sou*, bem como a fala de Oxumaré que, com apenas um ano de formada e vivenciando acentuados conflitos profissionais e pessoais declara *“Hoje vejo que desde pequena tinha identidade. É algo mais profundo...”* ou ainda Nanã que mesmo contrariada com as determinações profissionais que impedem a sua prática de acordo com sua preferência teórica afirma: *“Eu sou assistente social. Se eu quisesse ser outra coisa eu ia fazer outra graduação, mas eu sou assistente social!”*.

Dessa forma, evidenciamos que a identidade pessoal compreendida como as *representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências* (sendo esta representação processual, contínua e inacabada) (Bock, 1997), funde-se em diversos momentos e aspectos com a identidade profissional, entendida segundo Martinelli (1997, p.02) *“como uma produção coletiva, politicamente assumida pelos profissionais... capaz de criar alternativas e práticas sintonizadas com o desvelamento das contradições sociais e dirigidas para busca de novas totalizações”*. A partir desses enunciados é possível compreender porque os nossos entrevistados dizem não ser possível dissociar a profissional, assistente social, da pessoa, mulher, mãe, filha e outros papéis desempenhados na vida. *Olossá mulher, filha, namorada, companheira, também reflete nessa mulher profissional*, bem como a fala de Euá: *a minha vida(...) não é diferente da minha pessoa e a vida profissional*.

Curioso observar que mesmo tratando-se de uma profissão cujo valor produzido para a sociedade e o retorno produzido para os profissionais (valoração monetária, condição de status, poder e prestígio social), sejam incipientes - conforme visto anteriormente - os sujeitos participantes da pesquisa demonstraram, em sua maioria, sentimentos positivos, crença na sua efetividade e desejo de permanecer

atuando na profissão, ainda que duas delas estejam, neste momento, questionando sua afiliação identitária, por situações vivenciadas no contexto institucional.

Gentili (2006) afirma que a formação e adesão identitárias decorrem da convergência de três fatores. O primeiro deles denomina-se *núcleo identitário* e se organiza a partir das representações sobre o processo de trabalho profissional - objeto, processo e produto de trabalho. O segundo elemento denominado *referências representacionais* compreende as expressões da consciência profissional – perspectiva ideológica, política, teórica e por último, os *elementos subjetivos* compreendendo os sentimentos, emoções que sustentam a identidade profissional e pessoal.

Interessa-nos aqui abordar o segundo e terceiro elemento. O primeiro elemento retomaremos em outra zona de sentido relacionada a prática dos assistentes sociais. A representação da consciência profissional, em grande parte dos entrevistados de nosso estudo, encontra-se marcada pela expressão de insatisfações e indignação com a sociedade compreendida como desigual e injusta, impulsionando segundo Iamamoto (2011, p. 65) *um humanismo histórico-concreto, voltado à criação de condições para que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos.*

Dessa forma, compreende-se a afirmação de Euá - *[Ser assistente social] é não perder de vista que podemos construir um mundo mais justo* – bem como na angústia expressa por Oxumaré - *Estou angustiada, percebo o lucro em detrimento do ser humano* – na tranquilidade de Oxum - *ser assistente social pra mim é reconhecer direitos, é você lutar com o cidadão de direito*, ou mesmo no olhar clínico de Oiá, que vem motivada desde a escolha profissional a questionar a realidade vivenciada e o desejo de contribuir *por um Brasil e um mundo melhor.*

Observa-se que a necessidade de mudanças, diante da insatisfação e indignação com a sociedade, age como uma força motriz para os profissionais que levam esse envolvimento nos movimentos da sociedade, configurando mais do que um exercício profissional, um meio de realizar projetos sociais e pessoais, sejam eles de fundo religioso, político, humanista, etc. (Iamamoto, 2011, p.65).

Dessa forma, justifica-se a recorrência das verbalizações feitas pelas participantes da pesquisa sobre seus questionamentos e relatos de inconformidade com as desigualdades presentes na realidade: *“porque o assistente social é aquele que reivindica que luta, que mostra, que critica”*, seja por sua própria história ou por presenciar a história do outro: *“Embora meus pais sejam pobres, até hoje privilegiaram por eu ter conhecimento...”* (Axabó) ou ainda *“Eu devo reconhecer além da necessidade [material, objetiva] que ela tenha”* (Naná).

Outro elemento presente na configuração identitária do Serviço Social, refere-se ao nítido recorte de gênero apresentado pela profissão - constituída predominantemente por mulheres, apresentando, portanto, tanto elementos de discriminação e reprodução da cultura de subordinação das mulheres – baixos salários, subalternidade, qualificação inferior em relação a outras profissões “masculinas” - quanto apresenta os ganhos do processo de emancipação das mulheres na sociedade brasileira – movimentos sociais femininos, políticas sociais, de saúde e legislação específica para as mulheres.

Evidenciamos nos sentidos expressos por nossas entrevistadas, explícitos ou não, um direcionamento prevalente à concepção emancipatória das mulheres *“Foi [Iansã] mulher que buscou essa profissão, entendeu?”* quando relata sua identificação com a figura da mulher guerreira e plena, ou ainda o relato de Olossá: *“foi a mulher, filha, namorada, companheira, também reflete nessa mulher profissional”*. Euá por sua vez, apresenta a concepção de gênero no âmbito coletivo evidenciando as implicações das

ações e posicionamentos adotados como forma de enfrentamento a esta subalternidade: *“Trata-se de um setor formada por mulheres. Então não é a pessoa, mas, é a categoria. A gente tem que ter a questão de... preservar a equipe”*.

As demais participantes, de forma indireta expressam a sua concepção de gênero, através de atitudes e comportamentos que sugerem esta opção emancipatória, a exemplo de Iemanjá que afirma ter sido uma das mulheres pioneiras no estudo da psicanálise, uma vez que esta formação era predominantemente masculina ou Nanã, que ao priorizar o atendimento de famílias para discutir os papéis desempenhados pelos membros do grupo, afirma enfatizar sua intervenção para as problemáticas apresentadas pelas mulheres: *Mulheres que eram agredidas por seus maridos, sempre foi meu foco de interesse*.

A concepção de gênero no Serviço Social é um elemento imprescindível para problematização e organização das práticas adotadas pelos sujeitos que constroem, vivenciam, acumulam saberes, efetuam sistematizações e contribuem para criação de uma cultura profissional que vem historicamente atrelando-se à evolução dos direitos das mulheres.

Quanto à compreensão dos sentimentos, emoções e processos simbólicos presentes na configuração da identidade pessoal e profissional dos nossos participantes, foram evidenciados distintos e múltiplos sentidos subjetivos configurados a partir dos diversos espaços de intervenção profissional e das experiências pessoais vivenciadas pelos assistentes sociais. Analisando pelos grupos participantes, observou-se que os profissionais membros do Conselho – Grupo 01 – encontravam-se fortemente atravessadas pelos elementos do contexto da subjetividade social - aqui expressa na participação da gestão atual do Conselho Regional de Serviço Social- que ao associarem a sua subjetividade individual demonstravam sentimentos positivos,

otimistas e altamente defensivos aos interesses profissionais, conforme relata Iansã: *“lutas, vitórias, injustiças, ganhos, grandes perdas que eu tive, estão [associadas] a profissão que eu escolhi. (...) ser assistente social é ser guerreira”* bem como na fala de Olossá: *Eu tinha o referencial [de minha mãe] em lidar com pessoas, de estar sempre assim em processo de articulação, de movimentação o que a fez buscar na profissão o desejo de estar lidando com pessoas, com gente, conversar... resultando em seu sentimentos sobre a profissão - assim eu sou apaixonada... eu gosto tanto que não sei...eu já vou fazer vinte e sete anos de formada,é amor mesmo!*

O segundo grupo composto pelos profissionais da prática, sem nenhuma outra vinculação com as instâncias gestoras da profissão, demonstraram sentimentos distintos entre as participantes ou mesmo ambivalentes, fortemente influenciados pelo momento pessoal ou contexto profissional, demonstrando conforme sinaliza Rey(2005) *as complexas combinações de emoções e de processos simbólicos que estão associadas a diferentes esferas e momentos da vidas dos sujeitos participantes.*

Oxumaré, ao vivenciar as angústias e ansiedades de um profissional recém formado, com expectativas e projetos elaborados ao longo da vida, ao ser questionada sobre o significado em ser assistente social responde: *Ainda estou aprendendo ...Tinha tantas expectativas e quando cheguei na prática foi diferente.* Axabó e Obá, ambas trabalhando como profissionais terceirizadas de uma grande empresa da área petroquímica, curiosamente de forma similar, declaram estar em fase de questionamentos indefinições ao significado de ser assistente social. Ainda que não tenham expressado sentimentos negativos em relação à profissão, os sentidos estão postos em análise, o que consideramos positivo, dentro do contexto vivenciado: *Eu acho que o momento que eu estou passando agora que me leva a ter essa interrogação [sobre o significado de ser assistente social], justificando essa interação ao atual*

momento: *Já tive algumas definições, mas essas definições que eu tive, não casam com a compreensão hoje que eu tenho da realidade, não casam (Axabó); Hoje eu vejo como uma interrogação. Eu interrogo isso (Obá) ou ainda “O que significa ser assistente social? Ainda estou aprendendo o que faz o assistente social, ainda não está difundido” (Oxumaré).*

O terceiro grupo formado por assistentes sociais da área clínica demonstraram sentidos positivos à profissão, claramente destituídas, entretanto, da *paixão* e do *amor incondicional* expresso em grupos anteriormente. Observa-se uma ligação predominantemente racional, imbuídas de fortes questionamentos, críticas e distanciamento ao perfil majoritário dos profissionais, mas não foi manifestado desejo de abandoná-la ou negá-la, ainda que em uma participante tenha predominado a indiferença e dissociação, ao menos em sua expressividade. *“Eu tenho que dizer que sou uma assistente social [no emprego público]. Lá no consultório eu não posso. Já que eles estão indo por um caminho esquizofrênico para sobreviver, eu também vou”.*

Em síntese observamos uma convergência representacional sobre os significados e sentidos atribuídos ao papel de assistente social. Neste universo simbólico, estão expressas as referências, valores, crenças, ideologias, os modos de ser e pensar sobre o papel profissional, muito atreladas as características da subjetividade individual dos participantes, características estas que são reforçadas pelo modelo dominante da subjetividade social presente no contexto profissional.

A subjetividade social marcada pela forte vinculação a luta e defesa de direitos e tão presente no discurso das participantes, marca um elemento desta identidade profissional que mereceser analisada. *“Ser assistente social pra mim é reconhecer direitos, é você lutar com o cidadão dedireito... é você lutar com ele” (Oxum).*A significação deste e outros discursos similares, expresso por um grupo significativo de

participantes, pode gerar uma interpretação falaciosa sobre a concepção de luta enquanto estratégia de intervenção profissional, perdendo-se o caráter técnico e sobressaindo-se o caráter ideológico.

Conforme visto, esta direção decorreria da insatisfação e indignação com a sociedade, *perfilando significativas parcelas da categoria, como uma força que impulsiona o seu envolvimento, com garra e determinação, nos movimentos da sociedade* (Iamamoto, 2011, p.65). A autora coloca este ponto como algo positivo e contrastante com outros segmentos profissionais, que se acomodam ao *status quo*. Entretanto, os assistentes sociais enquanto trabalhadores, embora regulamentados como profissionais liberais, sua inserção no mercado de trabalho, dá-se mediante a contratação de sua mão de obra por instituições empregadoras públicas ou privadas que demandam e requisitam este trabalho.

Logo, este profissional não detém todos os meios necessários para efetivação do trabalho, tendo sua ação profissional mediada pelos interesses institucionais e por sua própria condição de trabalhador assalariado, o que pode ressignificar esta luta em um elemento muito mais discursivo do que efetivo, por um lado, e por outro uma forma de substituir o profissional de ajuda das gêneses profissionais ao profissional de luta, conforme concebido atualmente. Trata-se de uma luta circunscrita, predominantemente, a um espaço institucional e um tempo determinado. Segundo Gentili (2006, p. 102), o Serviço Social sempre operou serviços, cujos produtos sociais se circunscreveram dentro dos marcos e ordem organizacional vigente, onde todas as ações, intervenções visando a mudança, ocorre dentro dos limites da lógica produtiva. Dessa forma, ainda que os integrantes afirmem que “*o assistente social é aquele que reivindica que luta, que mostra, que critica*” – (Iansã), o faz dentro das fronteiras estabelecidas entre as classes sociais e dentro dos limites institucionais.

Entretanto, no movimento dialético, esses limites impostos não significam necessariamente a estagnação profissional. A partir de uma apreensão crítica e instrumental da realidade, pode-se detectar possibilidades de intervenção que viabilizem estas alternativas profissionais, pois a conjuntura pode impor limites, mas também possibilidades, uma vez que consideramos que a realidade não se apresenta de forma definitiva e unilateral. O que chamamos atenção é que a atuação do Serviço Social pode sim interferir nessa dinâmica social que poderia alargar estas fronteiras econômicas, políticas e culturais.

O assistente social apesar de vender sua força de trabalho e estar sujeito aos condicionantes institucionais tem sido capaz de refletir, ainda que minimamente, sobre essa inserção, seja como sujeito singular, seja como representante de uma coletividade, discriminando-se das demais mercadorias de venda do sistema capitalista, pois enquanto sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações da prática, têm direcionado sua prática aos interesses dos usuários (ainda que intencionalmente), incidindo, portanto, no campo do conhecimento, dos valores, comportamentos, da cultura apresentando efeitos reais sobre a vida dos sujeitos e da sua própria vida (Gentilli, 2006, p.111). Entretanto, como veremos nas zonas de sentido seguintes, a forte adesão identitária, os discursos apaixonados e as reiteradas declarações de comprometimento com a profissão, não se sustentam sem uma série de outros elementos necessários ao desenvolvimento do Serviço Social e dos sujeitos representantes dessa categoria.

2. Projeto Ético Político – Para efetivar é preciso adaptar

A segunda zona de sentidos do nosso estudo trata das discussões sobre o projeto ético político a partir da delimitação encontrada no relato das participantes e os

constantes discursos sobre a necessidade de adaptação do mesmo— para efetivar é preciso adaptar. Essa zona objetiva abordar as múltiplas compreensões das participantes sobre o significado do projeto, bem como as estratégias, formas e processos utilizados para efetivação deste, em sua prática profissional.

O projeto ético político representou os processos de mudanças no Serviço Social relacionados à ampliação e laicização da profissão, sendo desde este período, temática central das produções, debates, reflexões, questionamentos e orientações profissionais. Segundo Lopes (2009), ainda que não tenha sido feitas pesquisas específicas sobre os efeitos das transformações profissionais contemporâneas, sob a vigência do projeto nestes 30 anos, é possível visualizar fortes dilemas significativos à sua hegemonia e efetividade no interior da profissão, tal como encontrado entre as participantes da pesquisa.

Em nosso estudo, esse dilema surge nos discursos, gestos, silêncios ou inquietações e questionamento expresso pelas assistentes sociais seja na crença absoluta ao projeto, nas dúvidas ou descrença, bem como na indiferença demonstrada ao mesmo. Percebe-se, entretanto, que estes posicionamentos apresentaram forte influência do contexto institucional e aos valores pessoais emprestados aos direcionamentos profissionais das participantes.

As profissionais do primeiro grupo demonstraram forte crença na efetividade do projeto, não só como referência profissional, mas como uma referência pessoal de conduta e convivência social: *Eu acho que esse embate aqui dentro deve ser o mesmo embate que a gente vive lá fora, na sociedade como um todo. O que acontece aqui acontece em todos os lugares (Oxumaré).*

Essa fala, originária de uma das participantes (representantes do Conselho Regional), demonstra a importante interligação às premissas e valores configurativos da

subjetividade social presentes nas organizações deliberativas da profissão. Nesta instância tem sido difundida a ideia que os assistentes sociais precisam se dedicar na formulação de um amplo projeto de sociedade que incorpore os valores que são caros à classe trabalhadora, logo também aos valores da própria profissão (Guerra, 2009, p.11). Para difundir esses valores seria preciso investir tanto na capacitação teórico-política e técnico-operativas permanentes, como também no envolvimento dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil e em entidades da categoria.

Ao refletirmos sobre as propostas do projeto profissional, que visa, dentre outras prerrogativas à transformação social, compreende-se que não poderá ser apenas pela intervenção profissional institucionalizada que esses princípios se efetivarão, mas sim um alto nível de comprometimento pessoal. De forma oposta ao Código Moral de Assistentes Sociais que ditava regras de condutas e boas maneiras, as exigências do projeto ainda que não explicitadas, sugerem um direcionamento pessoal não mais casto, mas sim subversivo a toda moral alienante.

As ações dos indivíduos dentro de um contexto social tendem a ser correspondidas por inúmeras reações dos demais integrantes desse espaço, seja por reações favoráveis ou contrárias ao proposto, criando-se assim em seu interior zonas de tensão (Rey 2005b, p. 203). Essa zona de tensão tende a resultar tanto em momentos de crescimento social e individual como em momentos de repressão e constrangimento, o que torna compreensível a atuação profissional para além dos muros institucionais: *Eu acho que não é uma conquista que a gente vai deitar na rede e oh! Nós conseguimos. Não! É o tempo todo, é o tempo todo quando eu falo com meu filho... é numa conversa com uma pessoa que eu estou num barzinho ... (Iansã)*

Os profissionais da prática exclusiva - grupo 02 - por sua vez, guardam representações sobre o projeto demasiadamente ampliadas e inespecíficas quanto

aconceituação, tendendo a abstração e desconhecimento de sua materialização através do exercício profissional. Observamos que estes assistentes sociais fazem intensos questionamentos, levantam dúvidas e críticas ao projeto, ainda que reconheçam (no discurso) a importância dos princípios estabelecidos, dos valores propostos, do compromisso profissional assumido e da responsabilidade com a profissão.

Dessa forma compreende-se as respostas pouco consistentes obtidas sobre o significado do projeto, nos relatos de algumas entrevistadas, a exemplo de Oxumaré: *aquilo que norteia nossa prática, aquilo que orienta o nosso fazer, aqueles princípios que estão no código de ética que devemos tentar cumprir...os valores da profissão que temos que seguir...* Também é compreensível os questionamentos sobre a real possibilidade de alinhamento entre o discurso e a prática, afirmando dentre outras coisas, que: *Esse discurso da ética, é que eu digo é moda né?*(Obá) ou ainda a crítica quanto a possibilidade de compreensão e consequentemente efetivação do mesmo: *acho o projeto muito evasivo* (Axabó).

Os diversos relatos das participantes apontaram questionamentos e descrença sobre sua efetividade ante as desfavoráveis condições sociais e econômicas bem como os empecilhos provenientes do processo de desenvolvimento profissional. Estes profissionais acreditam que as prerrogativas do projeto não foram pensadas em conformidade com as condições concretas da prática, provocando esse hiato epistemológico. Iamamoto (2011, p.192) pondera que a prática profissional não trilhou o mesmo *estatuto de prioridade na pauta do debate sobre o projeto*, carecendo de investimentos no campo da produção acadêmica e da pesquisa, no fortalecimento da rede de intercâmbios entre Universidades e o meio profissional o qual estendemos para os órgãos deliberativos, por serem formados atualmente, em sua maioria, por membros da própria academia.

Este hiato é sentido por profissionais em qualquer fase de formação ou contexto institucional. Em nossa pesquisa, tanto o profissional recém-formado, atuando em uma empresa privada com condições precárias de vinculação trabalhista, registrou esta experiência: *Não vejo como. Eu acho que daqui a algum tempo pode até acontecer, mas hoje não, nesse momento não.* “*Não acredito na efetivação, mas sim em momentos, possibilidades, alguns indivíduos, mas na massa, na coletividade não está conseguindo efetivar não*” (Oxumaré) bem como relatos similares são encontrados no profissional com vínculo estatutário, com vinte e sete anos de experiência profissional, assumindo a função de gestora de uma unidade regional de Serviço Social: *Eu acho que deixa a desejar* [a efetivação do projeto]. *Não sei se acaba radicalizando [o Conselho] e a gente tem que ter muito cuidado porque assim, trabalhar o real e o ideal (Euá).* De forma muito cuidadosa Euá tece uma crítica aos órgãos deliberativos da profissão: *Não posso estar longe dessa realidade propondo algo...*

Teixeira (2009), por sua vez, de forma mais contundente questiona se é possível um projeto ético político balizar a formação e o exercício dos profissionais, ou, “*tratar-se-ia na verdade de uma pretensão imprecisa, duvidosa, de incipiente clareza, que se expressa mais com uma frase de muito efeito e de pouca consistência*” (p.13). Observamos que os profissionais da execução, emaranhados no conjunto das relações cotidianas de trabalho, caracterizadas pela sobrecarga de atendimentos e demandas, escassez de recursos, fragilidades técnicas, independente dos vínculos empregatícios e ganhos laborais, não têm conseguido conectar-se com as possibilidades de efetivação do projeto através de sua prática profissional, tal como relatado por alguns dos participantes, principalmente aqueles que exercem funções de execução ou “*linha de frente profissional*”.

Teixeira (2009) chama atenção, entretanto, que, como trata-se de um projeto em construção, há que se exigir dos profissionais um permanente direcionamento para reflexão e escolha de princípios e valores ético políticos do projeto que agreguem a universalização dos direitos e minimização das iniquidades. Essa exigência se estende a escolha de opções teórica e metodológica consistentes, onde os profissionais “estranham” as situações cotidianas de ajustamento e imposições sociais, o engajamento em lutas histórica-concretas de combate as formas de dominação e opressão, além de construção de alianças para articulação de forças e efetividade das ações propostas. Apesar das dificuldades concretas vivenciadas pelos profissionais, seria preciso transformar estes princípios em alternativas profissionais e não em obstáculos ou justificativa para a inércia profissional. De todo modo, são proposições que necessitam ser apropriadas pelos profissionais em consonância com seu contexto institucional para efetivar as transformações possíveis e não as idealizações, para não incorrerem no risco de transformá-la em um manual de boas intenções ou apenas letras mortas.

No grupo formado pelos assistentes sociais clínicos, predominou a descrença no projeto, não talvez por minimizarem a importância dos seus princípios e valores, mas sim por não conseguirem visualizar a dimensão prática e operativa dos mesmos, além de não se sentirem contemplados em sua prática como membros da profissão pelas próprias organizações de defesa da profissão, nem aos princípios do projeto, uma vez que são acusados de atuarem na contra mão do projeto, desconsiderando todo investimento pessoal, material e afetivo. Dessa forma, Nanã afirma que o projeto ético político, tal como estruturado, se configuraria “fora da realidade”, não conseguindo percebê-lo com um conjunto de princípios plausíveis bem como tecnicamente compreensível. Tratar-se-ia em verdade, de princípios gerais para uma prática que necessitaria ser mais específica e eficaz. Este posicionamento é também compartilhado

por Oiá que o considera composto por um *vazio técnico instrumental* além de aprisionar a pluralidade profissional. Iemanjá por sua vez, afirma que o projeto segue bases ortodoxas de aprisionamento ao período de Reconceituação, negando a existência de outros referenciais teóricos técnicos, a exemplo da dimensão subjetiva para auxiliar a prática profissional: *achar que sujeito só é afetado por fatores externos é a mesma coisa que pegar uma parede cheia de mofo e de umidade, passar uma tinta por cima sem tomar nenhuma outra providência de reparar aquilo ali (Iemanjá).*

As publicações mais recentes do Serviço Social têm sinalizado para importância dessa abertura paradigmática como viés inevitável das múltiplas referências teóricas e discursivas, legítimas, que possam contribuir para que os profissionais possam tratar os mais diversos aspectos da prática cotidiana, ou seja, as múltiplas dimensões da questão social. Carvalho (como citado por Yamamoto, 2011, p.187) vem constantemente sustentando a necessidade de um intercâmbio paradigmático nas produções e debates do Serviço Social, evitando assim que a profissão se alheie às múltiplas tendências teóricas presentes nas ciências sociais, bem como a evolução do conhecimento, a exemplo do estudo da subjetividade, hermenêutica, etc. Dessa forma, o Serviço Social manteria um debate teórico plural distanciado do ecletismo, uma vez que a perspectiva marxista continuaria balizando a interlocução com estes outros modelos analíticos.

Observa-se que ao longo das conversações mantidas, os profissionais clínicos não se mostraram contrários aos princípios estabelecidos pelo projeto, até porque em vários outros trechos discursivos, mostraram posicionamentos favoráveis a uma nova ordem social. Eles o consideram, entretanto, demasiadamente endógeno e focalista, propondo uma necessária revisão para melhor situá-lo no momento sócio histórico, requalificando o fazer profissional e ampliando as possibilidades de intervenção.

Independente da divisão grupal, os assistentes sociais participantes da pesquisa, demonstraram uma importante convergência quanto a necessidade de submeter os princípios do projeto a constantes reflexões, adaptações e reformulações, adequando-os às especificidades presentes em cada contexto de atuação profissional.

2.1. Projeto ético político em prática: Zona de conflitos

Conforme visualizado na zona de sentidos anterior, os profissionais representantes do grupo de assistentes sociais participantes no Conselho Regional, demonstraram um acentuado otimismo ao projeto, relacionando sua efetivação ao desenvolvimento de um conjunto de atributos presentes nos sujeitos, tais como senso crítico sofisticado, capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas ao desenvolvimento social, bem como ao firmamento de um compromisso profissional que se estende a outras esferas da vida pessoal dos assistentes sociais.

Os profissionais do segundo grupo direcionaram suas representações e significados ao projeto para as dificuldades presentes no exercício profissional cotidiano, o que inviabilizaria a consolidação dos objetivos do projeto a contento, mesmo relatando trabalharem nesta perspectiva. Os profissionais do terceiro grupo, por sua vez, tenderam à indiferença ou rejeição, muito mais pela proibição da prática clínica e menos por desacreditarem na importância dos princípios estabelecidos.

A despeito desse otimismo, cautela ou indiferença, os participantes de modo geral, sinalizaram uma significativa afinidade com os valores e prerrogativas do projeto, ainda que sob perspectivas teóricas distintas. Dessa forma, essa zona de sentido descreve a prática desses profissionais baseadas ou não no projeto, sinalizando as dificuldades, obstáculos e potencialidades desta aplicação no exercício profissional, bem como os

conflitos existentes. Ficou evidenciado que, independentemente do grupo participante, os assistentes sociais sofrem múltiplas interferências em sua prática tais como as condições de trabalho, pela natureza do vínculo empregatício, pelos compromissos ideológicos assumidos, além do contexto institucional e também as competências e atributos profissionais.

Os profissionais com vínculos fragilizados, ou seja, os dois assistentes sociais terceirizados de uma empresa pública, cuja lógica vigente baseava-se na exploração, alta competitividade e lucro, demonstraram os maiores níveis de tensionamento e sofrimento ante as imposições institucionais: *Porque eu vejo coisas que se fazem lá dentro, absurdas, que rompe [com o projeto] (Axabó)*. Ressalta que muitos profissionais têm se submetido a estas políticas institucionais – avanço de nível, produtividade, participação nos lucros, ascensão profissional, competitividade, processos de trabalho distintos entre empregados concursados e terceirizados - de forma acrítica e alienada: *as pessoas têm que ter realmente clareza do que é esse compromisso ético e aí cai naquela situação do discurso muito bonito, certo? As pessoas tem um discurso muito envolvente, mas na prática... (Oiá)*;

Em nosso estudo, os interesses organizacionais (divergentes muitas vezes dos interesses profissionais), ou como citado por Iansã – os *nãos* das políticas públicas – caracterizado pela fragilização, minimização do acesso a bens da população atendida, se mostrou prevalente nas experiências das entrevistadas, inviabilizando uma intervenção efetiva, mesmo quando os vínculos profissionais não eram tão instáveis ou precários: *Eu achava que no órgão público eu ia poder fazer e acontecer, [hoje percebo] que não é bem isso que acontece*. Os resultados desses embates foram em princípio, desfavoráveis para os profissionais, conforme relato de Oxum ao ser desligada de uma instituição pública de saúde, mesmo tendo sido efetivada por concurso público: *“lá eu fui de-mi-ti-*

da, aí pronto” ou ainda as retaliações vivenciadas por Olossá também num órgão público nas mesmas condições trabalhistas que Oxum: “*um belo dia eu trabalhei o dia inteiro, quando eu cheguei a casa, tinha um telegrama dizendo que eu estava à disposição da secretaria*”(Olossá).

Em outros relatos, os próprios profissionais, dentro dos limites e possibilidades de subsistência material, ao não concordarem com a lógica institucional vigente, optou pelo desligamento institucional: *teve uma [instituição] e por conta não só da questão ideológica, mas por causa da questão ética, eu tive que abrir mão - ou eu ficava e compactuava com aquilo e eu feria o projeto ou então eu saía...* Nesse relato Iansã, confirma a existência de uma segunda fonte de renda que lhe permitiu desligar-se da instituição, mesma situação vivenciada por outra participante: *justamente por não concordar com algumas coisas com relação aos pacientes, como eram tratados, então eu preferi deixar o hospital (Obá).*

Aos profissionais que não dispunham dessa segunda fonte de renda, a estratégia utilizada se volta ao processo de mediação, recuos ou redirecionamento dos objetivos momentâneos: *nem sempre a gente pode dizer né? (...) nem sempre a gente pode propor o que a gente realmente acredita né? Nem sempre a gente pode defender como é?(Oxum).* Reconhecendo, entretanto, que o trabalho do assistente social exige do profissional propositivo, uma ruptura com as atividades preestabelecidas e determinadas, buscando uma competência para propor, para negociar com a instituição, defender seu campo de trabalho, alguns desses obstáculos tem sido manejados pelos profissionais a partir de uma visão que vai além das possibilidades institucionais: *você percebe que aqui dentro ele pode até não conseguir, mas se ele for pra justiça, com base na legislação ele pode conseguir(Oxum);*

Essa constatação advém principalmente pela condição de trabalhador assalariado com limitações institucionais sobre as intervenções propostas: *“discutir com uma instituição privada, você remunerada por ela, suas contas dependem do seu salário, pra você enfrentar essa instituição e falar... é muito mais difícil”* (Iansã). Entretanto, a sujeição constatada pelo pertencimento a classe trabalhadora, não significa a impossibilidade de realizações profissionais obedecendo um movimento histórico e dialético, de conquistas e retrocessos, desde que conectado com os objetivos estabelecidos, conforme sinalizado por Euá: *“As coisas vão, as coisas vêm, já tivemos momentos maus, já tivemos momentos no fundo do poço, mas... a gente nunca pode perder o encantamento”*. De forma sábia e compreensiva sintetiza a forma como se vivencia esta trajetória: *É fácil? Não. É possível? É.* (Euá)

A partir dessa compreensão, as instituições não devem ser vistas apenas como obstáculos ou impedimentos. Elas também apresentam e/ou podem oferecer possibilidades de ampliação profissional, uma vez que necessitam dos produtos e intervenções decorrentes da atuação profissional *que ao participarem do processo de criação e prestação de serviços que atendem as necessidades sociais, estão imprimindo e consolidando uma utilidade social*, tanto para as instituições contratantes quanto para os usuários de seus serviços (Iamamoto, 2011, p.64).

Iamamoto (2011, p.64), contribui com esta discussão sugerindo aos profissionais não visualizarem instituições somente com zona de obstáculos ou elementos externos a prática, uma vez que estas também necessitam dos produtos do trabalho do assistente social, entre eles o consenso, como requisito para sobrevivência dos próprios interesses institucionais e capitalistas. O Serviço Social torna-se socialmente necessário também, ao atuar sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material da classe

trabalhadora como também incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, ou seja, um contra consenso.

Dessa forma, a autora nos mostra que o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade que apresenta um valor de uso, constituindo-se como socialmente necessário ao produzir serviços que atendem às necessidades sociais, trazendo efeitos e resultado na produção e/ou redistribuição do valor e da mais valia. Não por acaso Axabó, reflete sobre a importância do Serviço Social em sua instituição empregadora, que adota como estratégia gerencial a nomeação de diversos assistentes sociais como gerentes, acreditando em sua capacidade de coesão, consenso e mediação dos interesses de ambos – empregador e empregado: *Ela [a instituição] usa desse saber do Serviço Social. Exemplo disso você percebe que tem vários gerentes que são assistentes sociais. É um processo de reconhecimento? É. Mas a gente não pode tratar isso como fato isolado.*(Axabó)

Em outros cenários institucionais, o assistente social não tem obtido este reconhecimento como demonstrado acima. Conforme o relato das participantes, muitas destas instituições têm visualizado o Serviço Social, muito mais como um setor idealista, reforçado pela visão heroica dos profissionais sem um discurso coerente e pautado nos reais limites e possibilidades da vida social: [somos vistas como] *idealista, sonhadora, fora da realidade; [assistentes sociais] são todas “revoltadinhas”; uma equipe que tem mania de ser diferente!*

Encontramos também nos relatos dos assistentes sociais registros de instituições que mantêm uma percepção do Serviço Social relacionando-os a uma profissão e um setor inócuo, que conduz a ações inócuas, frágeis, podendo ser, como foram em determinados momentos, retirados das instituições tanto o profissional, como nos mostrou a experiência de *Oiá: amanhã de manha eu não quero mais assistente*

social. Agente pode funcionar sem assistente social, bem como toda uma estrutura organizacional de Serviço Social em uma instituição pública em nível nacional: Com o Serviço Social foi: não precisamos mais do Serviço Social. O Ministro [...] na época veio e falou: Porque essa sala para o Serviço Social? Tira essa sala.

Esses episódios corroboram com as análises de Iamamoto (2004) sobre algumas dificuldades que o Serviço Social vivencia em sua história para manter-se socialmente necessário. Em decorrência das fragilidades profissionais ainda existentes – imprecisão conceitual, falta de um corpo específico de conhecimento, além da ausência de atributos específicos e inteligíveis - aumentam os obstáculos profissionais para atender aos interesses dos seus demandantes (instituição e classe trabalhadora) além de potencializar os riscos e fragilidade para manter-se socialmente necessária. Esta vivência, entretanto, não ocorre sem conflitos, sem necessidades constantes de mediações, reflexões bem como outras estratégias descritas ou sentidas pelas participantes, conforme veremos a seguir.

2.2 Vivenciando os conflitos:

As possibilidades estão dadas, mas não transformadas automaticamente em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (Iamamoto, 2011, p. 21)

O cenário atual de trabalho tem sido, segundo Iamamoto (2011), fonte de angústias e questionamento para os assistentes sociais, sobre o seu papel profissional e as dificuldade de criar, recriar e implementar propostas de trabalho. Os profissionais

imersos na condição de classe trabalhadora sofrem, não só os efeitos das explorações vivenciadas por esta categoria, como também as explorações advindas da condição de trabalhadores femininas, que historicamente apresentam características distintas no processo de apropriação dos direitos laborais em relação aos trabalhadores do gênero masculino. Além dessas especificidades, os assistentes sociais possuem como elementos de fundamentação profissional um compromisso com a transformação social, com a minimização das iniquidades e com o fim da exploração social, o que inclui necessariamente transformações nas relações trabalhistas, sobre os quais devem influenciar e são, também, diretamente influenciados pelos interesses capitalistas majoritários.

Acreditamos que esse emaranhado ideológico, podem ser a causa das manifestações emocionais e cognitivas dos participantes sobre o projeto, relacionada a um significativo sofrimento psíquico, caracterizado pela auto exigência, frustrações, idealizações bem como outras situações e conteúdos que desencadeiam emotividade negativa dos sujeitos: *eu comecei a me sentir um balde de lixo de angústias, onde [os empregados] descarregavam as coisas e eu não tinha o que oferecer pra eles, entendeu?* (Oia)

Outro nível de sofrimento apontado pelas participantes refere-se ao estado de vigilância pessoal permanente que a defesa do projeto lhes impõem implicitamente: “*não poder relaxar nunca*”, bem como o sentimento de impotência pessoal: “... *você lida com o drama do usuário... doente, ou em situação de pobreza, ou em situação de violência e em situação de vulnerabilidade... Então como é que você vai resolver e você vai lidar com tudo isso?* Além do sentimento de impotência sobre a incapacidade de satisfação de suas reais necessidades e desejos como profissional e como sujeito: *Via-*

me em outro momento, no serviço público com todos os vícios institucionais, em uma área que passava longe do meu desejo. Eu sei que eu penei durante algum tempo.

A vivência conflituosa com o projeto não ocorre apenas em relação com os interesses dos usuários, mas sim com seus próprios interesses e expectativas profissionais, sempre marcadas por sentimentos de angústia e sofrimento: *“Estou angustiada, percebo o lucro em detrimento do ser humano... Uma loucura... pessoal e profissional, eu me sinto destruída, nós também fazemos parte desse proletariado. Me vejo invadida, um bichinho acuado...” (Oxumaré)*

Observou-se também, processos de desqualificação e invisibilidade pessoal provenientes das instituições empregadoras: *Eu sou igual a Bombril, faço o mesmo efeito e custo mais barato (Axabó); Eles dizem que não contratam pessoas, mas sim, posto de trabalho. Nós não existimos! (Obá).* Ademais, foram registrados também casos de preconceitos e discriminações, provenientes do tipo de vinculação empregatícia dos profissionais. Estas retaliações partem inclusive dos próprios colegas assistentes sociais: *aqui na [organização] às vezes eu me sinto podada, tem a questão do preconceito de contratar um “impróprio” isso é muito claro, eles tentam mascarar dizendo que não existe, mas isso existe e muito. (Obá)*

A manifestação irônica à condição de profissional terceirizado, a partir do uso do termo “impróprio”, refere-se às condições de trabalho aos quais estes profissionais estão submetidos. Apesar de possuírem a mesma formação e estarem submetidos as mesmas regulações profissionais, os processos de trabalho entre estes profissionais são distintos, muitas vezes com a concordância ou mesmo silêncio dos colegas. Os profissionais terceirizados assumem, em sua maioria, funções periféricas, funções auxiliares aos empregados próprios, além de serem impedidos de assinar ou participar de projetos de sua autoria, em virtude de não pertencerem ao quadro da empresa. Conforme

explicitado anteriormente, na contratação terceirizada, compra-se o posto de trabalho e não o profissional: *Eles dizem que não contratam pessoas, mas sim, posto de trabalho.*(Obá)

Outra característica presente na relação conflituosa dos profissionais entrevistados entre o projeto e as condições da prática diz respeito aos assistentes sociais que além de técnicos, assumem também a função de gestores de unidade em Serviço Social. Nestes casos, os profissionais gestores relataram um alto nível de exigência pessoal associada à cobrança institucional para que pudessem, além de cumprir as metas profissionais e institucionais estabelecidas, serem exemplos aos demais colegas: *Nem você pode errar, como ao mesmo tempo, coisas que antes você falaria tranquilamente, hoje você não pode mais falar porque tem uma proporção muito maior.*(Olossá)

Ao lado dessas manifestações do sofrimento psíquico, pontos de enfrentamento foram sinalizados nos relatos dos assistentes sociais, tais como o reconhecimento profissional e importância dos posicionamentos técnicos consistentes: *tenho comprometimento com minha prática, procuro dar o melhor de mim (Oxum); Tem que tá muito atenta pra que não se deixe levar pela pressão [institucional](Oió).* Ficou evidenciado ainda uma priorização - ainda que de forma muito mais intencional que efetivamente comprovada - às necessidades dos usuários: *Tento não passar isso para os [usuários], essa insatisfação, ele não tem nada a ver. No meu atendimento eu priorizo para que ele saia daqui completamente orientado.* Essa priorização tem sido possível, em partes, pela apropriação do significado da relativa autonomia presente na prática profissional: *Eu tenho uma liberdade (...) uma relativa autonomia, né?*Essa relativa autonomia também se faz presente na atuação flexível e mediadora: [tem que ter] *jogo de cintura [para] lidar com os interesses que estão em jogo.* A preservação da relativa

autonomia tem permitido definir prioridades e distintas formas de execução do trabalho do assistente social pela capacidade intrínseca que esta prerrogativa profissional tem de permitir o redirecionamento das ações profissionais para atender objetivos distintos, dentro dos parâmetros legais existentes.

Pontos de mediações foram registrados, principalmente nas decisões coletivas: *A gente decide as coisas muito coletivamente, faz aqui tudo discutido. Não é o resultado do que [Olossá] pensa. É sempre resultado do grupo.* Ou ainda a certeza de que a concessão de direitos não trata-se de uma atribuição exclusiva dos assistentes sociais, mas sim um processo de articulação com outras instâncias: *Embora na prática a gente lide com conflitos dos usuários e da instituição, mas assim, você percebe que aqui dentro ele pode até não conseguir, mas se ele for pra justiça, com base na legislação ele pode conseguir*

Os relatos acima apontam o que tem sido feito pelos profissionais em suas práticas, no convívio e manejo dos conflitos existentes pela necessidade de efetivação dos objetivos profissionais e a realidade social. Esses fragmentos discursivos, apesar de pouco explorados, tentam demonstrar como os profissionais, a partir da apropriação da autonomia profissional, tentam responder às questões imediatas que ocorrem no cotidiano do mercado de trabalho.

A autonomia profissional, já retratada anteriormente, refere-se à possibilidade do assistente social dispor de uma interferência possível na sua relação com o usuário, lhe permitindo difundir determinados princípios estabelecidos no projeto. A garantia dessa autonomia não é exercida, entretanto, sem um esforço e desgaste vital de energias para quem o realiza, haja vista os registros anteriores de angústia, sofrimento, descrença ou mesmo sofrimento psíquico. Entretanto, ao lado desse desgaste e sofrimento, surgiram estratégias psíquicas que mostram formas diferentes de manejar os conflitos.

Observamos inicialmente algumas leituras de realidade, com base na experiência e elaborações mentais, além do acesso a outros recursos subjetivos que evitam um sofrimento maior: *eu não sei se isso é vivência, se é experiência, eu não sei, mas eu acho que aprendi ao longo do tempo [não] levar os conflitos para algo pessoal, que me adoça, que me faça sofrer, que chegue em casa e não possa ler um livro ou assistir algo legal, está me acabando por isso, entendeu?*

Entretanto, ao lado dessa maturidade psíquica, caracterizada pela ampliação das possibilidades de atuação profissional e dissociação entre a vida pessoal e profissional, surgiram curiosamente e perigosamente, entretodos os grupos, importante dissociação entre a identidade de assistente social da prática e assistente social docente, contrariando a forte identificação demonstrada na primeira zona de sentidos:

“Hoje... eu sou mais docente do que assistente social. Eu não estou na ponta, não estou na execução; (Iansã – grupo 1)

“Mas eu me sinto talvez mais gratificada sendo professora [não de Serviço Social] do que sendo assistente social” (Obá – grupo 2)

“Eu tenho que dizer que sou uma assistente social [no emprego público]. Lá no [consultório] eu não posso. Já que eles estão indo por um caminho esquizofrênico para sobreviver, eu também vou” (Nanã – grupo 3)

Esses discursos, a despeito de sinalizarem uma estratégia de minimização das tensões, reacende a necessidade de questionarmos a acentuada desarticulação entre a formação profissional e o mercado de trabalho. Essa explícita dicotomia aponta os dilemas profissionais pelo qual atravessa, desde longas datas, o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro: a necessidade de uma competência teórico-crítica – que permita aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social e suas

expressões teórico-práticas no Serviço Social; a consolidação de uma competência técnico-política que permita no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais eficazes para então caminhar na defesa de uma prática profissional envolvida com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida (Iamamoto, 2011, p.114).

Ainda que a docência, a gestão, a prática clínica ou qualquer outra forma de atuação possam gerar mais gratificações e satisfações que a atividade institucional cotidiana, com seus múltiplos problemas imediato, espera-se que esta zona de prazer, surja de uma opção construída dentro de elementos saudáveis dos sentidos subjetivos produzidos pelos profissionais e não apenas como uma saída esquizofrênica, distanciada da realidade das demandas dos usuários e dos verdadeiros desejos dos profissionais.

3. Teoria? Bem, enfim, claro, é... preciso estudar um pouco mais!

Na zona de sentido anterior, as representações sobre as dificuldades da prática, vivenciada pelos profissionais, foram direcionadas as limitações e obstáculos impostos pelas instituições empregatícias – públicas ou privadas. De forma menos enfática, ficou evidenciado que os profissionais reconheceram as dificuldades provenientes de sua formação e atualização profissional.

Ainda que as descrições da prática exercida tenham sido superlativizada, não conseguimos evidenciar em nossas conversações, práticas tarefas, burocráticas ou desprovidas de uma reflexão teórica e técnica. Ao contrário, a sofisticação da intervenção esteve presente nos relatos, desde o papel de gestores, de coordenadores de programa até estruturação e reestruturação de unidades de Serviço Social. Mesmo não tendo identificado no registro das assistentes sociais, uma relação entre os problemas

concretos enfrentados no cotidiano e as deficiências teórico-técnicas, observamos que a articulação teórica, tal como descrita, se mostrou apropriada pelos profissionais de forma instrumental e inconsistente, podendo ser este um dos obstáculos a articulação entre a teoria e a prática, presentes nos registros anteriores.

Tal como inicialmente descrito por Oxumaré, a dificuldade de articular a prática aos conhecimentos teóricos apreendidos, dão-lhe aquela sensação de desamparo e falta de efetividade. Em seus relatos, ela atribui claramente a sua pouca sedimentação teórica e experiência prática, aos problemas pelos quais vem vivenciando: *“tem que estudar, se especializar; o segredo é estudar; estou tentando estudar duas vezes por semana.; a falha é na questão do estudo; essa precariedade do estudo”*. Os demais profissionais mesmo com uma trajetória consolidada ou com anos de experiência profissional, relatam seu desconforto e incipiência aos referenciais teóricos. *Referencias [teóricos]? ...enfim, agora claro que eu preciso estudar muito mais, como você disse que já tenho um tempo grande, né? Eu já, daqui a pouco eu já estou indo embora né? (Oiá).*

A falta de discriminação teórica entre atividades profissionais e atividades organizacionais, assim como a falta de distinção entre atividades, instrumentos empregados e produtos visados, contribuem para o agravamento desse quadro de indefinição profissional, com reflexo imediato na sua identidade profissional (Gentilli,2006, p.39). Dessa forma, compreende-se a incipiência dos conteúdos apresentados por Oxum: *Referenciais que você fala, teóricos? Ah sim, a gente analisa a parte da inclusão* ou nos elementos gerais apresentados por Olossá. Quando perguntada: *Quais os referenciais que vocês mais utilizam aqui?* A participante nos responde: *A gente estuda SUS, todos os textos, olha as coisas que saem, a gente traz do ponto de vista mesmo, mais da profissão não tem essa divergência... De vez em quando a gente [reclica], senta faz estudo de casa.A gente tenta, entendeu? pra ver se aproxima*

*um pouco as leituras...*A tentativa de aproximação nas leituras, deve-se ao fato dela reconhecer que num universo de quinze assistentes sociais, existem leituras e estratégias de intervenção bastante diferenciadas, o que ela considera um importante obstáculo para o alinhamento de práticas com base mais educativa e reflexiva ao invés da acentuada prática indutiva e positivista.

Observamos também que a falta de articulação técnica entre os profissionais em determinados contextos e momentos da história do Serviço Social caracterizou-se como outro obstáculo presente no desenvolvimento da profissão em determinados contextos institucionais: *verdade seja dita, havia a ligação do serviço social com algumas dessas atividades [burocráticas e tarefas]: guardar objetos dos pacientes, ou me responsabilizar pelos cigarros. Eu não tinha esse perfil e não fazia (Naná),* ou ainda na constatação que as atitudes assumidas por determinados profissionais visavam muito mais interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos: *temos atitudes, assumimos posturas, defendemos coisas que devem ser do grupo. Não são individuais de “Ana”, “Maria” e “João”. Essa é a nossa perspectiva, [mas] nem sempre acontece (Olossá).*

O assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho responsável pela difusão de seus objetivos profissionais (Iamamoto, 2011, p.63). Dessa forma, em setores onde existe um número significativo de profissionais que não apresentam coesão ou alinhamento de trabalho tem-se estes objetivos comprometidos, além das abordagens unilaterais provocarem um relativo afastamento entre o Serviço Social, a própria realidade social e os interesses dos usuários que poderiam, inclusive, desconhecer o potencial de intervenção do Serviço Social,

tornando-se *verdadeiros estranhos* aos interessados em sua prática: “*As pessoas não sabem o que o Serviço Social*” (Oxumaré).

Um dos grandes desafios atuais do Serviço Social tem sido transitar da bagagem teórica acumulada para a efetividade da profissão, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social. Iamamoto (2011) por sua vez, considera que o desafio do Serviço Social na atualidade tem sido articular os três grandes elementos de sustentação profissional – conhecimento teórico, articulação política e desenvolvimento técnico. Estes três elementos considerados fundamentais e complementares entre si, podem a partir de uma articulação efetiva promover resultados consistentes a intervenção profissional além de consolidar o desenvolvimento profissional.

O grupo formado por assistentes sociais da prática (resguardando-se as particularidades) demonstraram apesar das dificuldades e deficiências existentes, um acentuado engajamento político e ideológico de crença na transformação social, na leitura macro estrutural, da manifestação de ideais de justiça e equidade social. A compreensão teórica e técnica desse grupo, por sua vez, mostrou-se demasiadamente frágil e desarticulada.

Na concepção dos profissionais clínicos, a fundamentação teórica, ainda que controversa ao projeto hegemônico (conforme posicionamento adotado pelo Conselho Federal e Regional) apresentaram melhor compreensão e fundamentação, conforme demonstrado na descrição de Iemanjá: [as intervenções são embasadas nos referências teórico dos autores]: *Mary Richmond, Gordon Hamilton, Annette Garrett, Florence Hollis, Isca Salzberger-Wittenberg, Clare Winnicott*. A segurança transmitida pelos profissionais, a exemplo de Nanã, não nos permitiu evidenciar

dificuldades significativas em sua prática profissional, provenientes de limitações teóricas ou técnicas. Ela atribui esta facilidade ao fato do estudo estar presente em toda sua trajetória profissional: *Acho que isso se deveu também ao fato de eu ser uma pessoa que estudava então, eu nunca tive as portas fechadas nesse sentido.* O já por sua vez, atribui aos estudos um poderoso instrumento para uma prática eficaz: *pra você fazer bem o seu trabalho você tem que ir fundo naquilo que você está se propondo a fazer. Eu precisava desses respaldos teóricos, referindo-se às diversas especializações e cursos feitos ao longo de sua vida profissional, referentes a cada área de atuação.*

O engajamento político e o comprometimento com uma nova ordem, ainda que passe por sua concordância, não aparecem tão explícitos quanto estes referenciais teóricos. A articulação política expressa por estes representantes na atualidade refere-se ao enfrentamento que estão mantendo contra as instâncias gestoras sobre a proibição a prática clínica, da forma precocemente ocorrida: *O que eu estou gostando, bom é o pessoal está se reunindo um pouco mais, se mostrando um pouco mais, se declarando mais (Iemanjá).*

Os profissionais do primeiro grupo - representantes do Conselho Regional - apresentaram-se como porta vozes da vertente política profissional, sobressaindo-se em suas conversações a acentuada articulação dos princípios do projeto em sua trajetória profissional descrita, além da capacidade demonstrada em difundir e imprimir um caminho para a adesão dos diversos segmentos integrantes da categoria profissional: *Eu tenho que fazer com os olhos [profissionais e estudantes] brilhem também, entendeu? Então assim, eu faço com que eles acreditem, eu mostro que tudo é possível!* Ressaltamos, entretanto, que mesmo os profissionais deste grupo, apresentaram suas fragilidades tanto teóricas quanto técnicas para articular o projeto nas várias vertentes profissionais: *hoje... eu sou mais docente do que assistente social! ;A gente estuda SUS,*

todos os textos, olha as coisas que saem, a gente traz do ponto de vista mesmo mais da profissão não tem essa divergência

A apreensão teórico metodológica descolada de uma aproximação da realidade, do engajamento político ou de uma base técnico operativa são obstáculos que dificultam a impressão de novos caminhos ao trabalho profissional, correndo-se o risco tanto pelo excesso quanto pela falta de um dos elementos de transformar a prática numa intervenção estéril. Entretanto, ainda que não tenha sido o objetivo desse estudo avaliar a articulação desses três elementos no exercício profissional – teórico, técnico e político – evidenciamos em nossos registros como cada elemento tende a sobressair em cada grupo profissional entrevistado, direcionado por suas especificidades e sentidos subjetivos atribuídos a estes elementos da efetivação profissional. Entretanto, ficamos nos questionando o que efetivamente se espera dessa articulação e o quanto eles precisam estar coesos para garantir esse desenvolvimento profissional. Ademais, conhecer como articulá-los em níveis satisfatórios, demanda outros estudos.

Parece-nos, entretanto, que esta articulação estéril apresenta suas gêneses no processo de formação dos profissionais. Esta fragilidade foi-nos relatada tanto pelo profissional com maior tempo de formação na pesquisa, cujo currículo e diretrizes profissionais eram distintos dos atuais: *E aí quando você vai pra prática não é isso que você vê... você vai para os postos de saúde, vai atender nos hospitais... e aí não sabe, fica no discurso (Iemanjá)*, quanto aparece no profissional mais novo da pesquisa, cuja formação contempla todo o discurso atual das bases de intervenção do Serviço Social para transformação da sociedade: *Eram conflitos diários entre o que estudei, com o Código e com essa realidade.*

Ainda que o debate sobre a formação profissional vise uma conciliação com os novos tempos, constata-se, nesse processo de ensino aprendizagem, o vazio e a

esterilidade entre as estratégias de intervenção eficazes, associada a falta de um arsenal teórico sustentável e o engajamento político racional efetivo: *Eles (alunos) vêm insuflados, cheio de esperanças... Açam que isso [o projeto] é coisa de marxistas, de militantes, de “vermelhos”*. Ressaltamos que a pesquisa feita por Ortiz (2007) já havia sinalizado que estudantes de graduação, trazem ambiguidades na imagem sobre o Serviço Social. Seus discursos encontram-se baseados em ideais transformadores da realidade social bem como escolha profissional influenciada pelos trabalhos sociais desenvolvidos em instituições religiosas. (p.274-79). Uma ou outra concepção trazida pelos estudantes carece de reflexões e ajustes ao longo da formação profissional. Quando esta formação apresenta-se estéril, surgem as dificuldades encontradas na atualidade, ressaltando-se mais ainda o abismo profissional.

Este abismo tem sido reiteradamente denunciado pela categoria profissional, nos relatos de experiências, encontros e nesta pesquisa: “... *na verdade, eu saí da (universidade) sem ter a menor noção do que é atender um usuário... como fazer uma anamnese, como fazer uma entrevista, como fazer encaminhamento. Eu aprendi na prática mesmo...* Esse registro é de um profissional formado em uma Universidade Pública de grande reconhecimento no país cujo ensino de Serviço Social tem sido considerado de excelência, conforme avaliação do Ministério da Educação. Registro semelhante é também sinalizado por outra participante da pesquisa formada em uma Universidade privada, que apesar de sua longa trajetória de ensino, não apresenta o mesmo nível de desempenho da Universidade anterior: *mas que conhecimento é esse mesmo que não conseguimos relacionar com a prática. Que [gera] sofrimento quando entra no mundo do trabalho?*

Esse abismo, ainda longe de se reestruturar tem aparecido reiteradamente no processo de formação atual, seja pela profusão de universidades, cuja qualidade do

ensino não acompanham este crescimento, seja pela desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão (principalmente no ensino à distância) ou ainda a subordinação da formação aos interesses do mercado, conforme relatado pelos profissionais que também exercem a docência em Serviço Social.

Não sei em que isso vai dar... o crescimento do número de instituições privadas... acaba dando acesso a pessoas que não têm um conteúdo ou uma formação anterior mais consistente. A base de formação desses alunos é muito complicada... Eu não sei o que o mercado vai fazer com isso. Eu fico preocupada. Onde vai chegar essa profissão?

4. Serviço Social clínico: prática contraventora ou prática contra hegemônica?

Nesta última zona de sentidos, as análises se iniciam a partir da hipótese levantada por Iamamoto (2011), sobre outra característica do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Segundo a autora, ao longo de sua evolução no país, a profissão direcionou-se mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos de sua intervenção, logo se distanciando da apropriação dos modos e condições de vida desses sujeitos.

Paralelo ao desenvolvimento da visão macro social, um número significativo de profissionais, manteve e/ou direcionou sua prática e atualização profissional para intervenção clínica/terapêutica, seja pela influência da própria formação profissional, que à época, dispunha de disciplinas voltadas para o atendimento individual e enfoque subjetivo, tais como Serviço Social de Casos, Psicopatologia etc. ou ainda pela história

pessoal das participantes que apresentavam afinidades com o estudo e conhecimento da subjetividade.

A partir da constatação da insuficiência técnico interventiva, presente nas discussões recentes no Serviço Social e sinalizadas nas falas de nossas entrevistadas, tem ocorrido uma tímida aproximação do Serviço Social para as condições de vida e de trabalho de seus usuários, visando conhecer e *decifrar* as múltiplas formas de explicitação cultural, social e política destes sujeitos, bem como suas experiências e interesses, expressão dos modos de viver, pensar, enfrentar e resistir às desigualdades sociais. Dessa forma, segundo Yamamoto (2011), o duplo desafio que se coloca para os profissionais na atualidade, tem sido além de compreender a gênese da questão social, apropriar-se das situações singulares dos sujeitos atendidos. *Dar conta dessas particularidades é tentar compreender os processos sociais que as produzem, reproduzem e são experienciadas pelos sujeitos que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas. (p.62)*

A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente, ou seja, na gênese de toda subjetividade individual, estaria contemplada as diversas manifestações da subjetividade social referente às trajetórias dos sujeitos Rey (2005a). A partir dessa compreensão a nova perspectiva epistemológica do Serviço Social Clínico, portanto, não se apresentaria contrário às prerrogativas profissionais nem ao desenvolvimento teórico técnico e político. Ao contrário, apresentar-se-ia como um novo campo de leitura e apropriação teórico técnico para os profissionais que poderiam se aproximar da temática subjetividade sem a atual superficialidade, intuição e bom senso com que o tema tem sido tratado na profissão.

O reconhecimento dos múltiplos aspectos sociais, individuais, biológicos, culturais apresentados pelos sujeitos ou grupos de sujeitos atendidos, ou conforme

registrado por Iemanjá – *o lado subjetivo da questão social*—pode ser entendido como um campo epistemológico legítimo para o Serviço Social. Esse campo, conforme sinalizado pelas participantes, encontra-se distanciado do padrão clássico do *casework* utilizando novos referenciais teórico-metodológicos e instrumentais diferenciados e contemporâneos: *A gente evoluiu... a nossa formação clínica[deve ser compreendida] no sentido amplo da palavra clínica ... não a questão clínica da cura da intervenção medica e tal.*(Obá)

Essa evolução visa além de considerar as questões macro sociais que interferem na demanda dos usuários, o encaminhamento e garantia do acesso aos direitos garantido pelas políticas públicas, explorar as reais necessidades e demandas dos usuários, muitas vezes ocultadas pela urgência do fato ou incapacidade de leitura do profissional por falta de referenciais teóricos específicos. Gentilli (2006), apresenta um reforço a esta argumentação afirmando que os atendimentos na perspectiva clínica derivam da compreensão teórico técnica que reconhece as dificuldades subjetivas do cliente *decorrentes de conflitos em processos interativos complexos*. Dessa forma, a intervenção buscaria mudanças nas relações pessoais a partir de uma problematização destes, sempre na perspectiva psicossocial.

Entretanto, a autora não se furta a reconhecer que algumas demandas dos usuários, nessa perspectiva, envolveriam alguns assuntos difíceis, relacionados, por exemplo, a questões emocionais ou de saúde (reabilitação, doenças mentais, neurológicas, alcoolismo, doenças crônicas, terminais, etc.) onde as deficiências macro institucionais ou da própria formação técnica do profissional poderia comprometer este atendimento, resumindo-o a um espaço para o cliente desabafar ou mesmo ao retorno da visão funcionalista e adaptativa das gêneses profissionais. Apesar de não conseguirmos detectar estas deficiências nas participantes, ao contrário, a característica deste grupo de

profissionais associa-se ao acentuado envolvimento com o estudo, capacitação constante e aperfeiçoamento técnico sistemático. Ainda assim, segundo Gentili (2006) é possível encontrar na prática clínica, intervenções técnicas e representações de profissionais presas às antigas formas de conceber a profissão, o que o Conselho Federal (2009) ratifica ao afirmar que esta modalidade quando não claro para o profissional sobre seu comprometimento profissional, pode assumir e reforçar posturas ligadas ao cuidado terapêutico, de forma que o projeto profissional vê-se guiado principalmente por uma perspectiva psicologizante.

Talvez por essa existência interventiva, contrária ao desenvolvimento da profissão no Brasil, que os Conselhos Regionais e Federais vêm se posicionando contrária a prática atual no Brasil. Questionam, inicialmente, em quem medida as práticas terapêuticas se compatibilizam com as competências e atribuições privativas do assistente social e como poderiam consolidar no exercício profissional, o projeto ético-político que representa, hegemonicamente, o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão (CFESS, 2009). A partir de uma análise teórica, baseada em discussões parciais promovidas por alguns conselhos regionais, concluíram que mesmo não podendo afirmar um retorno reacionário do conservadorismo profissional, acreditam que a prática clínica tem retomado uma direção psicologizante, principalmente proveniente de algumas áreas de inserção profissional cuja área psi predomina, a exemplo dos serviços e instituições da área de saúde mental.

Vale ressaltar que as participantes da pesquisa, representantes do Serviço Social Clínico, a partir de suas trajetórias individuais distintas, atuam ou já atuaram profissionalmente na área de saúde mental. O Conselho - mesmo reconhecendo que a realidade e as demandas atuais exigem outros referenciais analítico-interventivos - afirmam que as práticas profissionais direcionadas ao atendimento clínico tendem a se

estabelecer de modo acrítico e distante das novas bases do Serviço Social. As assistentes sociais clínicas, ao contrário, verbalizam que esta prática não se apresenta contrário às prerrogativas do projeto, ainda que a pouca descrição da prática profissional não tenha evidenciado esse compromisso com as mudanças sociais em sua base. Dessa forma a argumentação do Conselho Federal ao afirmar que o “Serviço Social Clínico” não ampliaria a consolidação do projeto como às vezes anuncia a atuação profissional, pode sim ter um respaldo importante.

Ainda que o Conselho não negue a dimensão subjetiva no trabalho do assistente social, afirma que esta vertente não é atribuição privativa, nem tampouco competência deste profissional realizar trabalhos terapêuticos. Eles afirmam que a área “psi” e a clínica não encontram respaldo no estatuto legal da profissão e no arcabouço teórico metodológico consolidado nas últimas décadas. Segundo Vasconcelos (2010) o que se percebe é que ainda na atualidade, a temática subjetividade no Serviço Social encontra-se recalcada alargando o fosso no interior da profissão entre aqueles que necessitam de um maior conhecimento nesta área, seja pelas especificidades técnicas da sua área de trabalho ou pelas afinidades pessoais, e os referenciais atuais da profissão: *a gente viveno limbo (Obá)*.

Não é demasiado ressaltar, entretanto, que um projeto profissional não poder garantir nem se transformar em força de lei, obrigando a existência de uma homogeneidade nas intervenções e adesões teóricas pelos profissionais, anulando a existência de tensões e lutas no interior da profissão, em função da esperada presença de projetos alternativos na mesma. A conformação de um projeto hegemônico não se constituirá exclusivo da profissão, pois segundo Freidson (1998), é legítimo de qualquer profissão, ter mais de uma orientação para seu corpo de conhecimento e competência,

com teorias e práticas contrastantes apresentadas por especialidades formais e seguimentos informais ou escolas diferentes.

Assim, grupos profissionais podem apresentar ideais diferentes e ainda assim permanecerem membros legítimos dessa profissão. Podem ser representantes de uma escola minoritária de pensamento, ainda que ignorados pelos representantes oficiais da profissão e desaprovados pela maioria do seu corpo técnico, de forma refletida ou muitas vezes apenas seguida pelo direcionamento majoritário. Por fim, Freison (1998) sinaliza algo sobre o qual deveríamos, enquanto é tempo, refletirmos, para não incorremos no risco de fragmentarmos e fragilizarmos o que ainda se apresenta bastante incipiente: o legado do Serviço Social para a sociedade: *Não se deveriam excluir as opiniões minoritárias dentro de uma profissão por serem incomedidas ou “não-profissionais” porque as escolas de pensamento e práticas aceitas variam em importância e mudam com o tempo. (p. 71)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada neste ponto do trabalho, diferentemente do que o título sugere, não nos leva a tecer qualquer consideração finalística. As reflexões, conjecturas, hipóteses, dúvidas e questionamentos levantados além dos intensos diálogos teóricos e empíricos mantidos, geraram inúmeras lacunas, hiatos e questionamentos que precisariam continuar sendo explorados e compreendidos pelo Serviço Social, haja vista escassez de estudos nessa linha de pesquisa.

O estudo de cada material produzido nas conversações mantidas com as dez assistentes sociais participantes da pesquisa nos permitiu conhecer e construir um conjunto de reflexões sobre os aspectos das configurações subjetivas destes sujeitos, constituídas na zona de tensão existente entre o discurso do projeto ético político e as condições concretas da prática, ou seja, entre o *ser e o dever ser* do Serviço Social, na atualidade.

Como não se trata de uma linha de pesquisa predominante no Serviço Social a construção da dissertação na perspectiva da teoria da subjetividade associada a minha vivência pessoal sobre esta temática exigiu-nos uma profunda revisão inicial nos sentidos e significados de ser assistente social, uma vez que, conforme intensas discussões mantidas com o orientador, falar desse tema no início da pesquisa foi altamente desestruturante emocionalmente e cognitivamente.

Outro movimento necessário para construção da pesquisa, foi aceitar a revolução paradigmática e epistemológica que este tema me causou, saindo das certezas e

predefinições, para o caos e reorganizações conceituais pautadas na complexidade do tema eleito para o estudo. Não posso deixar de registrar a dose de ousadia, perseverança e humildade necessárias para sustentar essa empreitada até o presente momento. Essa caminhada, entretanto, não ocorreu sozinha. A participação e apoio do meu orientador foram fundamentais nessa caminhada, principalmente quando em determinados momentos de desesperança, desânimo ou mesmo desespero, tomada pela insegurança, incertezas e fragilidades emocionais lhe perguntava: “*Vai dar certo, professor?*” Diante dessa questão, refeita diversas vezes nesse período, ele calmamente respondia: “*Claro que vai dar certo...*”.

Essa revolução emotiva e cognitiva deu-se, não só pelo desafio de eleger a Teoria da Subjetividade (tema novo para um profissional de Serviço Social), mas também por trabalhar este tema na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, desenvolvida por Fernando Gonzalez Rey. Nesta nova proposta de produção do conhecimento, torna-se imperioso uma ruptura com as formas tradicionais de fazer ciência, baseadas predominantemente no positivismo, simplificação além da “esterilidade e assepsia” entre o pesquisador e o objeto de seu estudo.

Nessa perspectiva, o conhecimento é construído processualmente, implicando inúmeras idas e vindas, reviravoltas, adesões e abandonos de concepções e resultados. Faz-se necessário uma postura investigativa e reflexiva constantes, desenvolvimento da habilidade criativa e inovadora, provocar questionamentos sistemáticos além de colocar em suspeição tudo aquilo que aparece de forma muito clara, óbvia e definida.

Não digo com isso que tenha conseguido alcançar este nível avançado de postura investigativa, mas que sempre estive direcionada para apropriar-me desse ideal. Tal como nosso projeto, entre o real e o ideal da postura do investigador, registra-se a perseverança e uma capacidade de renovação e superação diante dos obstáculos

surgidos. A pesquisa, segundo Lüdke e André (1986) constitui uma atividade humana e social, trazendo consigo a carga de valores e preferências, interesses e princípios, afeições e rejeições que norteiam a pesquisa.

Dessa forma, ter vivenciado as questões tratadas na pesquisa anteriormente, permitiu o grande encontro com a Epistemologia Qualitativa, para poder falar dessa vivência de outro lugar. O lugar não só da vítima, não somente de algoz, tampouco da revolucionária subversiva ou mesmo do profissional indiferente e alheio a todos os fenômenos que perpassavam o cotidiano. Essa vivencia permitiu transformar-me numa pesquisadora que não precisou abster-se de sua experiência, como seria recomendado na produção científica clássica, mas que também não implica um emaranhamento subjetivo a ponto de transformar o estudo num instrumento terapêutico de reparação pessoal.

Portanto, a construção desse estudo ainda que tenha me atravessado emocionalmente em muitos momentos, a exemplo das conversações que me exigiu estabelecer um intervalo de tempo considerável entre elas, não me paralisou a ponto de prejudicar uma construção científica pautada na tentativa de aproximar-me da realidade vivenciada pelas colegas assistentes sociais participantes da pesquisa, em sua complexidade e múltiplas formas de compreensão e justificativas.

O estudo sobre as repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais, mediados pelo discurso do projeto ético político profissional e as condições concretas da prática, mostrou-nos um conjunto de sentidos subjetivos diversos, associados à história dos sujeitos que a exercem e suas características indissociáveis - gênero, classe social, etnia- a história da evolução da profissão e as especificidades do contexto institucional onde ocorrem as práticas profissionais.

Esses sentidos subjetivos, considerados pontos centrais nessa teoria, nos permitiu aproximar da forma como os sujeitos vivenciam as experiências singulares,

nos mostrou que os integrantes da pesquisa - guardada as apropriações coletivas embasadas nos elementos presentes da subjetividade social da profissão – atuando sobre a égide do projeto ético político hegemônico ou sofrendo as consequências dele, vivenciam este produto profissional nas condições concretas da prática de forma acentuadamente singular e demasiadamente complexas, ainda que em determinados pontos compartilhem entre si sentimentos, concepções e até mesmo atitudes similares.

Analisando o processo histórico do Serviço Social no Brasil, observa-se que saímos de uma concepção embrionariamente religiosa, pautada nos referenciais cristãos de ajuda e caridade ao próximo, passando por uma reformulação conceitual voltada a adaptação e funcionalidade dos sujeitos, sem uma articulação com as reais necessidades destes indivíduos, até alcançarmos recentemente, uma concepção teórica técnica e política, laica, de base marxista com ideais revolucionários.

O contexto social sobre os quais estes profissionais atuam também sofreram mudanças significativas, retroagindo da tímida inspiração social democrática para uma política neoliberal de acirramento principalmente das condições de subsistência da classe trabalhadora, entre os quais se encontram os próprios assistentes sociais. É esperado, portanto, que neste curto, porém, profundo período de transição ocorra tensões, divergências, pensamentos contrários e rejeições a este novo Serviço Social, como também é possível haver a coexistência destas formas de ser e pensar o Serviço Social no país.

Em nossa pesquisa, o objetivo geral propunha identificar e analisar as repercussões subjetivas derivadas das contradições existentes entre o discurso do projeto ético político e as sujeições das condições concretas da prática profissional na vivência dos assistentes sociais. As informações referentes a este objetivo apontaram que esta vivência acontece de forma multifacetada, com alto nível de complexidade,

destacando-se aqui a história singular dos sujeitos, sua relação com a profissão, o nível de pertencimento e afiliação identitárias e ideológica às prerrogativas profissionais, os obstáculos presentes na prática profissional, a coesão e o sentimento de grupo e equipe entre os demais colegas assistentes sociais.

A outra face da vivência mostra que os assistentes sociaisclínicos, colocados como profissionais contráriosas práticas vigentes sentem-se duplamente rechaçados e preteridos tanto pela própria categoria profissional, quanto pelo mercado de trabalho que não legitima o trabalho do assistente social terapeuta, não sendo possível inclusive associar-se aos planos de saúde. Estes profissionais por sua vez, posicionam sua prática como legítima e coerente aos princípios do projeto. Ressentem-se pela falta de canais de comunicação para debater a atual proibição, bem como pelo falta de coesão entre o grande número de profissionais que adotam esta prática, preferindo aceitar, entretanto, as determinações a ter que promover um debate e questionamentos. Apesar deste cenário desfavorável e tensionado, os representantes deste grupo não abandonam a afiliação ao estatuto de assistente social.

Seguindo nossos objetivos, ao analisar os discursos proferidos pelos assistentes sociais sobre o projeto, buscando identificar as formas pelas quais os sujeitos se relacionam com este conjunto de princípios, orientações e determinações profissionais nas possíveis tensões, contradições e superações, as construções mostraram que os assistentes sociais, a partir de suas especificidades e singulares profissionais, vinculam-se com o projeto de formas distintas.

Enquanto os profissionais representantes do Conselho apresentam uma acentuada adesão ao projeto, mesmo reconhecendo as dificuldades presentes na atualidade e as necessidades constantes de adaptações e reformulações do mesmo. Os profissionais da prática, ou do segundo grupo de participantes, apontaram para uma

significativa rejeição e descrença motivadas pelas acirradas condições concretas da prática: subserviência institucional, vínculos trabalhistas fragilizados, questões sociais complexas e técnicas profissionais precárias, excesso de demandas e escassez de recursos, dentre outros. Os profissionais da clínica por sua vez, mesmo não rejeitando os princípios do projeto, não demonstraram uma apropriação consistente destes elementos em sua prática, apesar da singular compreensão e preparação técnica demonstrada para fazer uma leitura dos elementos subjetivos dos sujeitos atendidos, considerando nesta leitura os aspectos presentes nas questões sociais apresentadas por estes.

O aspecto subjetivo singular e compartilhado que mais nos chamou atenção ao longo do estudo foi a forte adesão identitária à profissão de Serviço Social - independentemente do grupo participante. A força que esta representação surge no trabalho desmistifica possíveis conjecturas sobre o lugar de menos valia, baixa auto-estima ou irrelevância social, ao menos para seus membros. De forma poética Iamamoto (2011) sinaliza que apesar do pouco prestígio social e ganhos salariais, *formam uma categoria que têm ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro no presente (p.80)*. Espera-se, entretanto, que essa afiliação afetiva não aprisione seus membros quanto a necessidade de avaliar, refletir e denunciar congruências profissionais, superando o corporativismo infrutífero para a cooperação social.

A forma como os assistentes sociais manejam as tensões vivenciadas, ainda que tenham uma expressão singular, conforme descrito nas entrevistas individuais, apresentam determinados elementos coletivos que configuram a apropriação da subjetividade social presente no contexto dos profissionais ou nas construções de Bourdieu (2009) o *habitus* do Serviço Social. Em outras palavras, o princípio gerador e organizador das práticas individuais e coletivas, de acordo com os esquemas

engendrados pelos grupos majoritários. Nesse sentido, foram observados que os profissionais manejam os conflitos a partir das mediações dos interesses da classe empregadora e classe trabalhadora, flexibilidade para ceder às pressões institucionais quando necessário, retroagir quando o contexto não permitir outras possibilidades ou mesmo avançar quando as condições sociais, institucionais e as competências teóricas e técnicas forem minimamente favoráveis.

O Serviço Social clínico foi integrado à pesquisa pelas características das tensões criadas na precoce proibição desta prática histórica no Serviço Social. Nestes registros foram evidenciados sentimentos de ambivalência e práticas dicotômicas que além de contribuírem para o desenvolvimento profissional, aumentam o hiato e a dificuldade de comunicação entre os representantes das diversas práticas e afiliações teóricas legítimas da profissão.

As considerações feitas até aqui, não pretendem ser generalizadas para outros contextos profissionais, mas podem contribuir para reflexões e questionamentos sobre a vivência dos assistentes sociais, protagonistas desta história. Propusemos levantar discussões sobre os múltiplos aspectos, cognitivos, emocionais, afetivos, culturais, econômicos, sociais e biológicos que apresentam valor potencialmente crítico e analítico das repercussões desses elementos subjetivos na vivência dos sujeitos em sua prática profissional cotidiana, mediada pelo discurso do projeto ético político do Serviço Social.

A principal característica deste estudo, na perspectiva da epistemologia qualitativa, foi poder explorar os diversos aspectos presentes na configuração subjetiva destes protagonistas, dando-lhes voz e vez de expressarem seus sentimentos, opiniões, decisões e comportamentos, desvinculando-se das pesquisas descritivas, comumente realizadas no Serviço Social. Estes estudos, assim como faz a profissão, colocam o

profissional e sua subjetividade como pano de fundo das questões sociais que inviabilizam ou potencializam o projeto hegemônico.

Esperamos que este estudo desperte o interesse de pesquisadores, profissionais e estudantes de Serviço Social para, em suas pesquisas, saírem da superficialidade ou parcialidade na análise de temas relacionados aos sujeitos, sejam eles os usuários de seus serviços, ou os próprios assistentes sociais. É certo que quebrar paradigmas é um processo demasiadamente desafiador, desestruturante, com grandes possibilidades de resistências, rejeições ou mesmo retaliações dos grupos hegemônicos. Reafirmo, entretanto, o meu compromisso com o Serviço Social e com o desenvolvimento da profissão, de uma maneira honesta, destituída de concepções ideológicas alienantes e apaixonadas que mitificam as reais possibilidades e limites concretos de atuação dos sujeitos que antes de exercerem o papel de assistente social, são tão somente, seres humanos, em suas grandezas e fraquezas, limites e possibilidades, portadores de um corpo, uma mente e uma alma que sente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, W.J. (2009). Consciência e Atividade: Categorias Fundamentais da Psicologia Sócia Histórica In: Bock, A.M, Gonçalves, M.G. & Furtado, O. Psicologia Sócio Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia). (4ª. ed.. chap.5 pp. 95-113). São Paulo: Cortez Editora.
- Amorin A.G.(2008). *Precarização e Condições de Trabalho do Assistente Social no Contexto Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.
- Antunes, R. (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In Druck, G. & Franco, T. (orgs). *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e Precarização*. (chap.1, pp. 13-22). São Paulo: Bomtempo Editora.
- Arrais, A. (2005). As Configurações Subjetivas da Depressão Pós-Parto: Para além da padronização patologizante. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.
- Behring, E. R. (2006). O plano plurianual do governo Lula: um Brasil de todos? In Freire, L.M.B., & Freire, S.M. *Serviço Social, Política Social e Trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez editora, Rio de Janeiro: UERJ.
- Bernardes, L.H. (2007). *História da Psicologia no Brasil: Subjetividade um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. Brasília: Casa do Psicólogo.
- Barroco, M.L.S. (2001). *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos* (pp.123-124). São Paulo: Cortez Editora.
- Bock, A., Gonçalves, M.G.M. & Furtado, O. (2009) *Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)*. (4ª. ed.) São Paulo: Cortez Editora.
- Bock, A.M., Furtado, O.Trassi, M.L. (1997) *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia – 10ª. Ed.* São Paulo:Saraiva
- Bourdieu, P. (2009). O senso prático. (3º cap. pp. 86-107). (Ferreira, M. trad.) Petrópolis, RJ: Vozes, (obra original publicada em 1980).
- Cardoso, D. (2005). *A Sociologia das Profissões de Eliot Freidson: Uma aplicação à análise do Serviço Social como profissão no Brasil Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

- Castel, R.(1978) *A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- Descartes, R. (2010) *Discurso do Método* (Corvisieri, E. trad.) São Paulo: Acrópolis (obra original publicada em 1637).
- Diniz, M.(2001).*Os donos do saber: Profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro:Ed. Revan.
- Druck, G & Franco, T. (orgs).(2007). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Faleiros, V. P. (2009). A relação entre clínica e política em serviço social. Recuperado em 25 de março, 2010 de http://praticasterapeuticas.blogspot.com/2009_05_01_archive.html
- Figueiredo L.C., &Santi, P.L.R. (2003)*Psicologia – uma (nova) introdução*. (série Trilhas) São Paulo: Educ.
- Furtado, O.,& Rey, F.L.G.(2002) *Por uma Epistemologia da Subjetividade: Um debate entre a teoria Sócio-Histórica e a teoria das Representações Sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freidson, E. (1998). *Renascimento do Profissionalismo*.Teoria, Profecia e Política. (Paciornik, C. trad.)São Paulo: EDUSP. (obra original publicada em 1988)
- Gentili, R. (2006). *Representações e Práticas: Identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. (2ª. ed. pp 17-23)) São Paulo: Veras Editora.
- Giddens, A.(1991) *As consequências da modernidade* (5ª.reimp. pp. 30-31) (Fiker, R. trad.). São Paulo: Editora UNESP (obra original publicada em 1990).
- GUERRA, Y. (2009). A “Virada” do Serviço Social. In: Revista Inscrita, Ano VIII, no. XII. Brasília.
- Gramsci, A.(2004).*Cadernos de Cárcere 1: Introdução ao Estudo da Filosofia*.(3ª. ed. pp.206-209). (Coutinho, C.N. trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hamilton, G.(1987). *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*. (4ª. ed. pp.58-59). (Carneiro, M.D. trad.). São Paulo: Editora Agir (obra original publicada em 1979).

- Hernandéz, O.D. (2005). Subjetividade e Complexidade: Processos de Construção e Transformação Individual (chap. 4 pp.81-102). In: Rey, F.G (org).*Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*.São Paulo: Thomson
- Iamamoto, M.V. (1999).*As Dimensões Ético-políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*. [apostila disciplina **Serviço Social e Saúde**]. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB.
- Iamamoto, M.V. (2004). *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez Editora
- Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993*(1993). Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 15 de maio de 2010, de <http://www.cress-ba.gov.br>.
- Leite, M.C. T. M. (1982). *A Intervenção em Serviço Social: Visão Praxiológica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Lopes, J.B. (2009). Os desafios, 30 anos depois: In: Revista Inscrita, Ano VIII, no. XII. Brasília.
- Ludke, M. & André, M.E.D.A. (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas São Paulo: EPU.
- Madureira, A.F. & Branco, A.U. (2005). A Noção de Sujeito na Ciência Psicológica: Linguagem e Constituição da Subjetividade em Discussão In: Rey, F.G. *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. (pp.127-154). São Paulo: Thomson.
- Marques, M.I.B.(1996). *A quem serve o Serviço Social? O “Significado Social” da profissão de acordo com Marilda V. Iamamoto*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil.

- Martinez, A.M. (2005). A Teoria da Subjetividade em González Rey: Uma Expressão do Paradigma da Complexidade na Psicologia In: Rey, F.G. *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*.(Cap. 1 pp. 1-26) São Paulo: Thomson.
- Martinelli, M.L.(1997). *Identidad Y Alienacion*. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. São Paulo: Cortez Editora.
- Marx, K. (2004). *Manuscrito econômico-filosóficos*. (Ranieri, J. trad.). São Paulo: Boitempo. (obra original publicado em 1844).
- Marx, K.(1982). *Teses sobre Feuerbach*.(Avante Editorial trad., pp.1-3). São Paulo: Avante. (obra original publicada em 1888).
- Mendonça, D.B.A. (2007). *Projeto Ético-Político e Exercício Profissional: O que se tem a dizer da atualidade dessa relação?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Montano, C. (2009) *A natureza do serviço social: Um ensaio sobre a gênese, a "especificidade" e sua reprodução*. (2ª. ed.) São Paulo: Cortez editora.
- Morin, E. (2000).*A cabeça bem feita: Repensar a Reforma, reformar o pensamento*. (8ª.ed.) (Jacobina, E. trad.).Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.(original publicado em 1921)
- Netto, J.P. (2001).*A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social* [Apostila da disciplina Serviço Social e Saúde]. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB.
- Netto, J. P.(2005). *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64*. (8ª ed.). São Paulo: Cortez Editora
- Neubern, M.S. (2005). A Subjetividade como Noção Fundamental do Novo Paradigma: Breve Ensaio. In: Rey, F.G., *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia* (Chap. 3 pp. 53-80). São Paulo: Thomson.

- Ortiz, F.S.G. (2007). *O Serviço Social e sua imagem: Avanços e continuidades de um processo em construção*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Teixeira, J.B. & Braz, M.(2009).*O projeto ético-político do Serviço Social*. [Apostila disciplina Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais]. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb.
- Rey, F.G. (2005a). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Rey, F.G. (2005b). *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Rey, F.G.R. (2005c).*Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo:Thomson.
- SILVA, M.O.S. (2002). *O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura* (2ª. ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, M.V. (2009). *Estamos no Caminho Certo!* Recuperado em 28 de outubro de 2009 de:<http://www.crepop.pol.org.br/ESTAMOS%NO%CAMINHO%20CERTO1.pdf>
- Souza, M.L. (1979) *As indefinições do “Social” na política social e no Serviço Social*. Revista Serviço Social e Sociedade, (1),32-51. São Paulo: Cortez Editora
- Vasconcelos, A. M. (2002) *A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo:Cortez Editora.
- Weber, M. (1991) *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (3ª. ed., Barbosa, R. e Barbosa, K trad.)Brasília, DF: EDUnb volume 1. (original publicado em 1920)
- YAZBECK, M.C. (2009) *O Significado Sócio-Histórico da Profissão Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Brasília, DF: EDunb